

TATIANA SILVA TEIXEIRA

**IDENTIDADES FEMININAS E TRABALHO DOMÉSTICO: UM ESTUDO DE  
CASO COM MULHERES MIGRANTES DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO,  
VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Teixeira, Tatiana Silva, 1989-

T266i  
2015

Identities femininas e trabalho doméstico : um estudo de  
caso com mulheres migrantes do bairro Santo Antônio,

Viçosa-MG / Tatiana Silva Teixeira. – Viçosa, MG, 2015.

xi, 139f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Amélia Carla Sobrinho Bifano.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Inclui bibliografia.

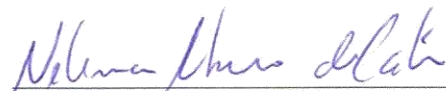
CDD 22. ed. 305.4

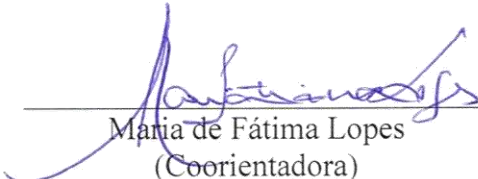
TATIANA SILVA TEIXEIRA

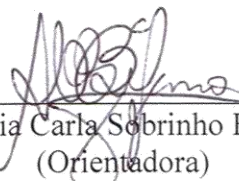
**IDENTIDADES FEMININAS E TRABALHO DOMÉSTICO: UM ESTUDO DE  
CASO COM MULHERES MIGRANTES DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO,  
VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade  
Federal de Viçosa, como parte das  
exigências do Programa de Pós-  
Graduação em Economia Doméstica,  
para obtenção do título de *Magister  
Scientiae*

APROVADA: 27 de março de 2015

  
\_\_\_\_\_  
Nelimar Ribeiro de Castro

  
\_\_\_\_\_  
Maria de Fátima Lopes  
(Coorientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Amelia Carla Sobrinho Bifano  
(Orientadora)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus todo poderoso que me iluminou, me deu força e sabedoria nos momentos mais difíceis dessa caminhada e pela concretização de mais um sonho.

Aos meus pais, Antônio e Penha, minha fortaleza, de quem recebi apoio incondicional. Os primeiros a acreditar no meu potencial e por fazerem dos meus sonhos os seus sonhos.

Ao meu querido namorado José Wilson por ter caminhado ao meu lado, pela paciência, lealdade, companheirismo, compreensão, amor e carinho.

As minhas grandes amigas do mestrado Jordana, Marli, Flávia Leão, Clarissa e Leiliane, pelo incentivo e o apoio constante, pelo companheirismo, amizade e carinho. Pessoas com quem pude compartilhar minhas angústias, incertezas e momentos de vitória.

A minha orientadora Amélia Carla que compartilhou seus ensinamentos e que, com sabedoria, dirigiu os meus passos e pensamentos para a concretização desse estudo.

A minha coorientadora Maria de Fátima Lopes pelas contribuições tão valiosas para a realização desse estudo.

Às professoras do Departamento de Economia Doméstica pelos conhecimentos compartilhados e pela dedicação.

Aos funcionários do DED: Íris, Cida, Roberto, Efigênia, Aloísia e Beatriz que se mostraram atenciosos e que sempre me trataram tão bem.

As minhas queridas amigas do apto 115 Líbia, Angélica, Ana Paula e Marina com quem pude compartilhar minhas vitórias e minhas dificuldades e que, por vezes, me abrigaram.

Às mulheres participantes desse estudo Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês, por terem me acolhido tão bem, por me permitirem acompanhar o cotidiano de suas famílias e, principalmente, pelos ensinamentos.

À CAPES pelo fomento financeiro imprescindível para a realização da minha pesquisa.

Enfim, correndo o risco de injustamente não mencionar alguém quero deixar expresso os meus agradecimentos a todos que fizeram parte da minha caminhada, que acreditaram no meu potencial e que torceram pela minha vitória. Muito Obrigada!

## **BIOGRAFIA**

TATIANA SILVA TEIXEIRA, filha de Antônio Teixeira e Maria Penha Silva Teixeira, nascida no dia 30 de outubro de 1989, em São Paulo/SP cursou o ensino fundamental e o ensino médio nas escolas públicas da cidade de Teixeiras-MG: Escola Municipal de Vista Alegre e Escola Estadual Dr. Mariano da Rocha.

Em março de 2008, ingressou no curso de Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Durante a graduação, foi bolsista de iniciação científica por dois anos, bolsista de extensão por um ano e estagiou na UNIEDHS/DED (Unidade de Estudos em Desenvolvimento Humano e Social) vinculada ao Departamento de Economia Doméstica, tendo concluído o curso em novembro de 2012.

Em abril de 2013, iniciou-se no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, atuando na linha de pesquisa “Estudo da Família e Economia do Consumo Familiar” em nível de mestrado na Universidade Federal de Viçosa. Foi premiada no Simpósio de Integração Acadêmica - UFV com a medalha Arthur Bernardes Mérito em Pesquisa pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e defendeu sua dissertação em março de 2015.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	vi
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	vii
<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>ABSTRACT</b> .....	x
<b>1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA DO ESTUDO</b> .....	1
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	4
2.1. Objetivo Geral .....	4
2.2. Objetivos Específicos .....	4
<b>3. PERCUSOS METODOLÓGICOS</b> .....	5
3.1. Tipo da pesquisa .....	5
3.2. O local do Estudo .....	6
3.3. As mulheres participantes .....	12
3.4. Técnicas e procedimentos de construção dos dados .....	14
3.4.1. Observações .....	14
3.4.2. Entrevistas .....	17
3.4.2.1. Histórias de Vida .....	18
3.4.2.2. Entrevistas abertas .....	19
<b>3.5. Análise dos dados</b> .....	20
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	20
<b>ARTIGO I: O COTIDIANO DAS MULHERES MIGRANTES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO “SER MULHER”</b> .....	23
<b>1. RESUMO</b> .....	23
<b>2. ABSTRACT</b> .....	23
<b>3. INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	24
4.1. A compreensão do cotidiano a partir da concepção de José Machado Pais .....	24
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	27
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	29
6.1. Quem são as mulheres participantes e suas trajetórias de migração .....	29
6.2. O cotidiano das mulheres migrantes e a construção do ser mulher .....	38
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	54
<b>ARTIGO II: TRABALHO DOMÉSTICO: REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIAS</b> .....	56
<b>1. RESUMO</b> .....	56
<b>2. ABSTRACT</b> .....	56
<b>3. INTRODUÇÃO</b> .....	56
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	58
4.1. Trabalho doméstico: parte constituinte do “ser mulher” .....	58
4.2. A dupla jornada de trabalho feminino .....	61
4.3. A invisibilidade econômica do trabalho doméstico feminino .....	63
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	64
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	66
6.1. A Reprodução social do trabalho doméstico e sua naturalização como atividade feminina .....	66
6.2. Micro poderes no ambiente familiar .....	71
6.3. Contradições .....	74

<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	77
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	77
<b>ARTIGO III: IDENTIDADE SOCIAL DE MULHERES MIGRANTES E A REPRODUÇÃO DO “SER MULHER”</b> .....	80
<b>1. RESUMO</b> .....	80
<b>2. ABSTRACT</b> .....	80
<b>3. INTRODUÇÃO</b> .....	80
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	82
4.1. Discussões teóricas em torno do conceito de identidade .....	82
4.2. Conceituando sujeitos e identidades ao longo do contexto histórico e social .....	84
4.3. Teoria da Identidade Social e Teoria da Identidade como Metamorfose: a busca de uma complementariedade teórico-conceitual .....	85
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	92
5.1. Método .....	92
5.2. Contextualizando o local do estudo .....	93
5.3. As mulheres migrantes .....	94
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	95
6.1. A construção das identidades das mulheres migrantes .....	95
6.2. As ideologias, as instituições sociais e a reprodução da percepção do “ser mulher” .....	107
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	113
<b>ARTIGO IV: MULHERES MIGRANTES, TRABALHO DOMÉSTICO: MODOS DE FAZER E DE SER</b> .....	117
<b>1. RESUMO</b> .....	117
<b>2. ABSTRACT</b> .....	117
<b>3. INTRODUÇÃO</b> .....	117
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	119
4.1. O Espaço/lugar como construção social .....	119
4.2. O campo e a cidade, o rural e o urbano .....	120
4.3. Contextualizando o local de estudo .....	121
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	124
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	124
6.1. Mulheres migrantes, trabalho doméstico: modos de fazer e de ser .....	124
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	133
<b>5. CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	136

## **LISTA DE SIGLAS**

**ESAV** – Escola Superior de agricultura e Veterinária.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**PEA** – População Economicamente Ativa.

**PIB** – Produto Interno Bruto .

**PNAD** – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.

**RUP** – Região de Planejamento.

**UFV** – Universidade Federal de Viçosa.

**UREMG** – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

## LISTA DE FIGURAS

Localização de Viçosa.....	6
Microrregião de Viçosa.....	7
Localização do bairro Santo Antônio na cidade de Viçosa.....	9
Segregação espacial e social da região do bairro Santo Antônio.....	11
A relação de pertencimento das mulheres com os grupos e os subgrupos sociais antes da migração.....	101
A relação de pertencimento das mulheres com os grupos e os subgrupos sociais depois da migração para a idade.....	101

## RESUMO

TEIXEIRA, Tatiana Silva, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2015. **Identities femininas e trabalho doméstico: um estudo de caso com mulheres migrantes do bairro Santo Antônio, Viçosa-MG.** Orientadora: Amélia Carla Sobrinho Bifano. Coorientadora: Maria de Fátima Lopes.

A história das mulheres mostra que a identidade feminina foi construída em torno dos papéis sociais de mãe, de esposa e de dona de casa, sendo elas as principais responsáveis pela manutenção da casa, pela sobrevivência e pelo bem estar dos membros da família. Dessa forma, o trabalho doméstico é comumente percebido como atividade inerente a esses papéis femininos e socialmente naturalizado como uma “obrigação” da mulher, fato que contribui para a sua desvalorização e invisibilidade econômica e social. No Brasil, na década de 70, com a queda dos rendimentos reais dos trabalhadores juntamente com a urbanização acelerada e a industrialização houve a inserção da mulher no mercado de trabalho, tanto de mulheres pobres quanto de mulheres de classe média/ alta e instruídas. Essa inserção feminina impulsionou os movimentos migratórios de mulheres pobres que viviam no campo e que vislumbraram na mudança para cidade a oportunidade de emprego e de emancipação social. Diante dessa realidade, objetivou-se estudar o processo de construção das identidades das mulheres migrantes, bem como a existência de relação entre a representação sobre o que é ser “mulher” e a relação destas com o trabalho doméstico. Este estudo de cunho qualitativo foi realizado na cidade de Viçosa-MG, especificamente, com três mulheres migrantes e residentes do bairro Santo Antônio. Para a sua consecução, utilizou-se a observação direta da realidade cotidiana, a história de vida e as entrevistas abertas como técnicas para a construção dos dados. Estas técnicas evidenciaram que as vivências cotidianas dessas mulheres encontram-se estabelecidas em torno do trabalho doméstico para suas famílias e do trabalho fora de casa. Apesar da sua aparente rotina, o cotidiano revelou seu caráter dinâmico e relacional no qual os indivíduos se constroem como sujeitos sociais, realizam suas atividades e suas interações sociais. Sendo assim, a construção social do “ser mulher” está associada à imagem da “boa mãe”, da “esposa cuidadosa” e da “dona de casa dedicada”. Para essas mulheres o trabalho doméstico ainda é percebido como parte constituinte do “ser mulher”, ou seja, parte da identidade feminina. A realização do trabalho doméstico confere às mulheres poderes dentro do ambiente familiar, contradizendo a hegemonia do poder masculino. Além disso, elas contrariaram, ao longo de suas vidas, o paradigma de mulher “submissa e restrita ao lar”, uma vez que as suas forças de trabalho foram imprescindíveis para a sobrevivência da família. Contudo, apesar de não se “enquadrarem” na imagem de fragilidade

feminina, constatou-se que a reposição das suas identidades femininas ocorre por meio da pertença aos grupos sociais (Família e Religião) e pela ação dessas instituições sociais e das ideologias que as “aprisionam” aos papéis socialmente naturalizado femininos. As suas percepções sobre o trabalho doméstico encontram-se fortemente relacionadas ao tempo e ao espaço vivido, onde as temporalidades e as espacialidades do cotidiano alteraram o “saber-fazer” feminino. No entanto, essas percepções não foram capazes de liberá-las de seus “trabalhos de mulher”. Conclui-se que a mudança sócio espacial campo/cidade e da transição da condição social de meeiras para de assalariadas urbanas não foram capazes de romper a relação que elas construíram ao longo das suas vidas com o trabalho doméstico. Para elas, “ser mulher”, ainda hoje, representa ser “boa esposa”, “mãe/avó cuidadora”, “cuidadora”, “dona de casa” e também “trabalhadora remunerada”.

## ABSTRACT

TEIXEIRA, Tatiana Silva, M. SC., Universidade Federal de Viçosa, March, 2015. **Women's Identities and housework: A case study with migrant women in the Santo Antônio neighborhood, Viçosa-MG.** Adviser: Amelia Carla Sobrinho Bifano. Co-adviser: Maria de Fátima Lopes.

The women's history shows that the female identity was built around the social roles of mother, of wife and of housewife, being these the main responsible for the home maintenance, by the survival and welfare of the family members. Thereby, the housework is commonly perceived as an inherent activity to these female roles and socially naturalized as a "women's obligation", fact that contributes to your devaluation and social and economical invisibility. In Brazil, during the 70's, with the falling real incomes of workers, along with the rapid urbanization and the industrialization, there was the women entering the labor both poor women and middle-class women / high and educated. This woman's insertion boosted the migration of poor women who lived in the countryside and who glimpsed in moving to the city the opportunity of employment and social emancipation. Given this reality, aimed to study the process of construction of identities of migrant women, as well as the existence of relationship between the representation of what is to be "woman" and the relationship of these with the housework. This qualitative approach study was conducted in the city of Viçosa-MG, specifically, with three migrate women living in the Santo Antonio district. For its achievement we used direct observation of everyday reality, the story of life and open interviews as techniques for building data. These technics showed that the daily experiences of these women are set out around the household work for their families and work outside home. Despite their apparent routine, everyday unveiled its dynamic and relational character in which individuals are constructed as social subjects, carry out their activities and their social interactions. Then the social construction of "being a woman" is associated to the image of the "good mother", the "caring wife" and "mistress of dedicated home". For these women the housework is still perceived as a constituent part of "being a woman", ie part of female identity. The realization of housework gives women power within family environment, contradicting the hegemony of male's power. Moreover, they countered, throughout their lives, the woman paradigm "submissive and restricted to home," since their workforces were essential to family survival. However, despite not "fit" in the female fragility image, it was found that the replacement of their female identities occurs by belonging to social groups (Family and Religion) and the action of these social institutions and ideologies that "imprison" the social roles naturalized female. Their perceptions of domestic work, it was noticed that

are strongly related to the time and lived space, where the temporality and everyday spatiality altered the "know-how" feminine. However, these perceptions were not able to release them their "women's work". It is concluded that changing social space rural / urban and social transition condition meeiras for urban salaried were not able to break the relationship they have built throughout their lives with the housework. For them, "being a woman" yet today, it is to be "good wife", "mother / grandmother careful", "caring", "housewife" and also "paid worker".

## 1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA DO ESTUDO

A proposta desta pesquisa foi construída a partir de experiências acadêmicas fruto de duas bolsas de iniciação científica e uma de extensão universitária com mulheres migrantes residentes no Bairro Santo Antônio, Viçosa-MG. A vivência com as mulheres participantes do projeto me permitiu conhecer a história do bairro, as histórias de vida dos moradores e o cotidiano das pessoas que ali moravam. Assim, deparei-me com uma realidade marcada pelos problemas sociais e econômicos presentes também nas demais regiões periféricas da cidade. Ao longo dessa minha experiência acadêmica consegui muito mais do que um bom currículo, uma vez que desenvolvi um pensamento mais crítico sobre a realidade social e pude crescer, tanto como pesquisadora quanto como ser humano, experiência essa que vai além do domínio acadêmico das salas de aulas e das bibliotecas da universidade.

No decorrer das atividades do projeto, pude perceber que as falas e as expressões faciais das mulheres, ao se remeterem ao trabalho doméstico, refletiam o quanto elas se sentiam, por vezes, desvalorizadas e relegadas a um trabalho que, apesar de importante para a manutenção da estrutura da sociedade, é muito discriminado. Estas constatações me instigaram à reflexão sobre o lugar social da mulher e do trabalho doméstico feminino.

A historiografia evidenciou uma sociedade de organização patriarcal que buscava manter a mulher no espaço doméstico e socialmente submissa a uma cultura machista e afastada dos espaços públicos. Sendo assim, havia uma diferenciação sexual dos papéis sociais e das atividades de trabalho, cabendo à mulher o papel de mãe, de esposa e de dona de casa e à execução de todo o trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. O homem, por sua vez, foi incumbido de exercer o papel de pai, de provedor/controlador e de chefe da família, assumindo a primazia nos espaços extra-lar e no trabalho remunerado (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Entretanto, essa não era a realidade das mulheres pobres, pois elas, muitas vezes, eram chefes de família que conciliavam o trabalho doméstico com o trabalho remunerado fora de casa, no intuito de manter a sua sobrevivência e dos demais membros da família. Sendo o serviço doméstico em outras residências a principal atividade ocupacional, geralmente, elas eram lavadeiras, cozinheiras, faxineiras, engomadeiras, etc (CHALHOUD, 2001).

Com relação às mulheres camponesas, além de se dedicarem ao trabalho da casa, também participavam das tarefas agrícolas, atividades estas consideradas “produtivas”. Segundo Lopes (1983), essas mulheres, tanto na condição social de produção de

subsistência quanto na condição de assalariadas rurais, participavam do trabalho agrícola, seja devido aos baixos salários dos maridos seja pela necessidade de sobrevivência. Fato este que foge aos padrões e estereótipos estabelecidos socialmente e culturalmente sobre o lugar social feminino.

A história mostra que, de forma geral, a identidade feminina foi construída em torno do papel social de mãe e dona de casa. As mulheres continuavam sendo a principal responsável por garantir a sobrevivência e o bem estar da família, sendo o trabalho doméstico parte integrante das atividades inerentes a estes papéis e invisível para a sociedade patriarcal e capitalista. Para Macedo (2002), essa organização da sociedade em que a mulher é relegada ao âmbito doméstico é fundamentada ideologicamente com o objetivo de promover um funcionamento ordenado e harmônico e de manter a formação de sujeitos sadios e produtivos para o mercado de trabalho.

Esse lugar social da mulher, contudo, foi questionado, internacional e nacionalmente, ao longo da história pelos movimentos de mulheres com o objetivo de mudar essa condição. Questionando os padrões de comportamento e os valores relativos ao papel social feminino, a ascensão desses movimentos nas últimas décadas abriu novas possibilidades e oportunidades na sociedade para o surgimento de atividades fora de casa realizadas pelas mulheres. Isso foi favorecido pelo maior acesso à educação por parte das mulheres de classe média que tanto provocou a sua incorporação no trabalho remunerado como também aumentou a sua participação política (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2007).

No Brasil, houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho a partir da década de 70. Nesse período, um processo de deterioração dos salários reais dos trabalhadores exigiu maior participação das mulheres em atividades remuneradas a fim de contribuírem para o orçamento familiar. Por outro lado, o contexto econômico também foi favorável à incorporação feminina no trabalho fora de casa, uma vez que o país passava por uma expansão econômica, uma crescente urbanização e um ritmo acelerado de industrialização. Esse ingresso ao trabalho remunerado passa a ser não somente de mulheres pobres, mas também de mulheres instruídas e de classe média. Sendo o setor terciário da economia o principal recebedor desse contingente de trabalhadoras (BRUSCHINI, 1994).

Deste modo, na década de 70 a sociedade brasileira passou por transformações de ordem econômica e social que repercutiram na composição interna da força de trabalho. Mais especificamente, a inserção da mulher no trabalho fora de casa foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas tanto no mercado de trabalho quanto no

ambiente doméstico (BRUSCHINI, 1994). Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo inseridas no trabalho tido como “produtivo”, as mulheres continuaram desempenhando as funções tradicionais femininas, sendo elas, ainda, as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com as crianças.

Em decorrência das mudanças econômicas e sociais vivenciadas na década de 70, o território brasileiro sofreu modificações demográficas uma vez que houve um intenso esvaziamento rural. Do período de 1960 a 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Apenas no começo dessa década, aproximadamente 40% da população rural migrou do campo para a cidade. Dentre estes migrantes, as mulheres deixaram o campo em busca de maior independência econômica e valorização social na cidade. Contudo, elas se depararam com uma realidade perversa, pois tiveram que se ocupar em atividades precárias do setor de serviços, empregando-se na maioria das vezes em atividades ligadas ao trabalho doméstico (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Situação esta vivenciada também pelas mulheres migrantes que deixaram a zona rural da microrregião de Viçosa para se instalarem na referida cidade em busca de sobrevivência, de independência econômica e de melhores condições de vida.

A cidade de Viçosa-MG também vivenciou uma rápida e intensa migração em decorrência das transformações econômicas e sociais acontecidas em todo o país. Segundo Pereira (2005), entre o início da década de trinta e o início da década de setenta, a cidade recebeu um grande contingente de famílias migrantes da zona rural devido às mudanças técnicas pelas quais passou a agricultura da região após 1930, à erradicação dos cafezais e a sua substituição por pastagens, fato que ocasionou a liberação de grande número de mão de obra do campo e a pauperização dos pequenos produtores. Nesse mesmo período, a atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), já estabelecida como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), se desenvolveu com a ampliação do campus e dos cursos, favorecendo o crescimento da economia local e atraindo maior número de migrantes para a cidade, devido à pretensão de se conseguir emprego na Universidade ou no setor de serviços do município.

Atualmente, Viçosa constitui a principal cidade e o centro migratório da microrregião e, por consequência, vive um crescimento urbano desordenado, acompanhado de baixo poder de empregabilidade e de arrecadação municipal, além de passar por um quadro de estranhamento sociocultural, sendo os bairros periféricos os principais recebedores dessa população migrante (BIFANO et al., 2010).

O cenário evidencia que, mesmo com as mudanças econômica, sociais e espaciais, a mulher e o trabalho doméstico continuam relegados a uma condição de invisibilidade

perante a sociedade capitalista e patriarcal. A partir dessa realidade, questiona-se as representações das mulheres migrantes sobre si mesmas, enquanto pertencentes ao grupo social “ser mulher” e as representações destas sobre o trabalho doméstico. Este estudo visa, especificamente, responder aos seguintes questionamentos: Quais as representações das próprias mulheres sobre o que é “ser mulher”? Qual o lugar social do trabalho doméstico para essas mulheres? Como ocorreu o processo de construção das identidades das mulheres que migraram do campo para a cidade? A mudança espacial impactou as percepções sobre o trabalho doméstico?

Assim, diante do fato de Viçosa receber um grande número de pessoas migrantes (BIFANO et al., 2010), este estudo justifica-se por buscar compreender como as mulheres migrantes se percebem, enquanto pertencentes ao grupo social “ser mulher”, inseridas nesse “novo lugar”, e a percepção destas sobre o trabalho doméstico. A especificidade desse estudo encontra-se em analisar a realidade dessas mulheres por meio das histórias e do cotidiano de suas vidas.

## **2. OBJETIVOS**

Com base nos questionamentos apresentados, foram traçados os seguintes objetivos para a execução desse estudo.

### **2.1. Objetivo Geral**

Estudar o processo de construção das identidades das mulheres migrantes, bem como a existência de relação entre a representação sobre o que é ser “mulher” e a relação destas com o trabalho doméstico.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Conhecer a história da vida cotidiana das mulheres migrantes a partir da construção social do “ser mulher”;
- Estudar o lugar social do trabalho doméstico para as mulheres;
- Estudar o processo de construção da identidade das mulheres migrantes;
- Comparar as percepções das mulheres migrantes, enquanto moradoras do campo e enquanto moradoras da cidade, sobre o trabalho doméstico.

A partir dos objetivos delimitados e dos procedimentos metodológicos, esta dissertação foi organizada da seguinte forma:

O primeiro artigo trouxe as histórias da vida cotidiana e a construção social do “ser mulher”.

No segundo artigo buscou-se evidenciar o lugar social do trabalho doméstico para essas mulheres migrantes.

No terceiro artigo, estudou-se o processo de construção social da identidade feminina.

E por fim, no quarto artigo, procurou-se analisar se ocorreram mudanças nas percepções das mulheres sobre o trabalho doméstico a partir da mudança campo/cidade.

### **3. PERCUSOS METODOLÓGICOS**

Buscou-se nesse tópico apresentar o percurso metodológico dessa pesquisa. Primeiramente, apresenta-se a pesquisa qualitativa que, diante de suas características, se afinam com os objetivos propostos. Em seguida, contextualiza-se o local em que foi realizada a pesquisa e quem são as mulheres participantes. Posteriormente, aborda-se as técnicas utilizadas para construção dos dados, sendo elas as observações diretas do cotidiano familiar, as entrevistas de história de vida e as entrevistas abertas. Por fim, apresenta-se os procedimentos de análise dos dados.

#### **3.1. Tipo da pesquisa**

Para a consecução deste estudo, recorreu-se ao aporte da metodologia de cunho qualitativo. Esta abordagem possibilitou a interação com as mulheres em seus cotidianos, bem como permitiu conhecer suas ações, comportamentos, princípios de vida e valores, não somente o que está em seus discursos, mas também as suas ações práticas do dia a dia. Assim, para Flick (2007), nesse tipo de pesquisa considera-se a comunicação do pesquisador com o campo e com os seus membros como parte da produção de conhecimento, em que são consideradas também as subjetividades tanto do pesquisador quanto do pesquisado.

Segundo Martins (2004), a abordagem qualitativa permite a análise de micro processos por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, o que possibilita ao pesquisador realizar um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade. De acordo com Haguette (1992), essa metodologia possibilita ao pesquisador uma compreensão profunda dos fenômenos sociais, ressaltando suas especificidades em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Assim, este método tem por objetivo produzir resultados que não são alcançados por meio de procedimentos estatísticos ou de demais meios de quantificação, pois está relacionada à “vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos das pessoas” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.23).

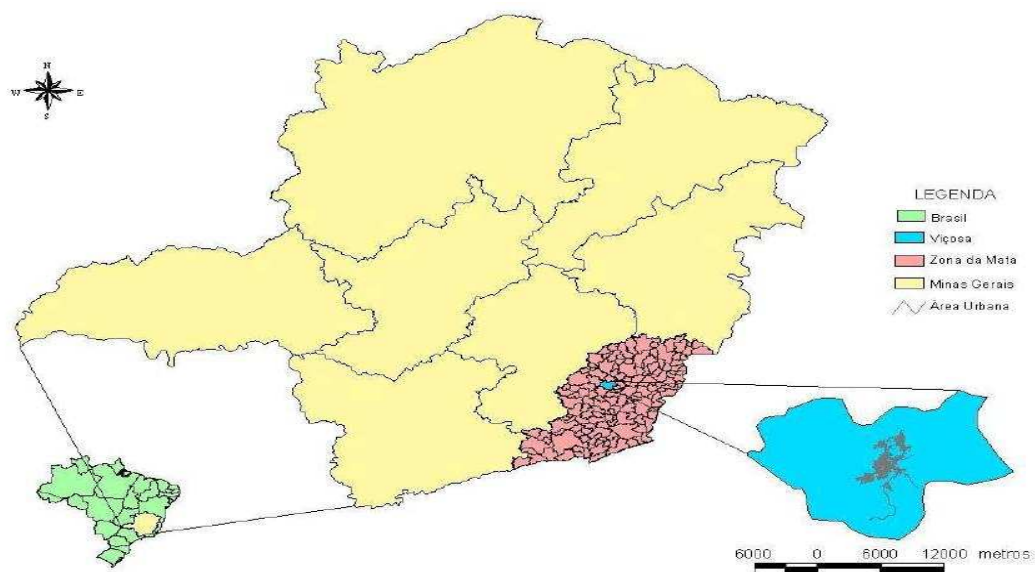
Diante do exposto, a abordagem qualitativa foi escolhida pela necessidade de se conhecer o cotidiano das mulheres migrantes, além de se mostrar a melhor opção para responder os objetivos propostos, pois “é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2007, p.28).

Esta pesquisa também se caracteriza como um estudo de caso, uma vez que se perde em extensão para ganhar em profundidade. Segundo Goldenberg (2004), esse tipo de estudo busca reunir o maior número de informações de forma detalhada, utilizando diferentes técnicas de coleta de dados, com o objetivo de entender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Isto se dá por meio de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto de estudo delimitado.

### 3.2. O local do Estudo

A pesquisa foi realizada na cidade de Viçosa situada na região norte da Zona da Mata mineira (Figura 1). Esta região fica no limite entre os estados de Minas Gerais com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro e constitui-se em uma mesorregião do estado dividida em sete microrregiões: Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé, Viçosa, Ubá, Juiz de Fora e Cataguases, sendo composta por 142 municípios. Em 2010, a população da Zona da Mata mineira era de 2.173.374 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, 2014).

Figura 1: Localização de Viçosa



Fonte: LELIS, 2011, p.59.

Especificamente, a microrregião de Viçosa é composta por 20 cidades de pequeno porte (Figura 2), sendo o município viçosense limitado pelas cidades de Teixeira, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajurí, São Miguel do Anta e Porto Firme (CRUZ, 2012). O município abrange uma área de 299,42 Km<sup>2</sup>.

Figura 2: Microrregião de Viçosa



Fonte: Prefeitura de Viçosa, 2014. Disponível em: <http://www.vicosamg.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2013.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a cidade de Viçosa quase triplicou nas últimas décadas, de 25.784 habitantes na década de 1970 para 72.220 habitantes residentes em 2010. Desse total em 2010, 35.001 eram homens e 37.219 eram mulheres. A população residente na cidade era de 67.305 pessoas composta por 32.419 homens e por 34.886 mulheres. Com relação à população do campo, totalizava-se 4.915 pessoas, destas, 2.582 eram homens e 2.333 eram mulheres. Esses dados evidenciam que o município de Viçosa é predominantemente urbano.

Com relação à economia, o Produto Interno Bruto do município, em 2009, foi estimado em R\$ 599 milhões. O setor de serviços é o de maior peso e apresentou o valor adicionado de R\$ 469 milhões, cerca de 33 vezes maior ao do setor agropecuário com R\$ 14.870 e 6 vezes maior ao do setor industrial com R\$ 73.529. O PIB per capita em 2009 foi de R\$ 8.086,00, estando abaixo do PIB do estado com R\$ 14.328,00 e do País com R\$ 16.917,00 (CRUZ, 2012).

De acordo com o referido autor, apesar do valor do PIB per capita de Viçosa ser quase a metade do nacional, o problema maior está na desigualdade de distribuição. Fato este que se reflete nas concentrações de pobreza e miséria localizadas

principalmente nos bairros periféricos como Nova Viçosa, Vau Açu, Barrinha, Amoras, Posses, Laranjal, Bom Jesus e a parte alta do Bairro Santo Antônio, bem como os distritos de Cachoeirinha e São José do Triunfo.

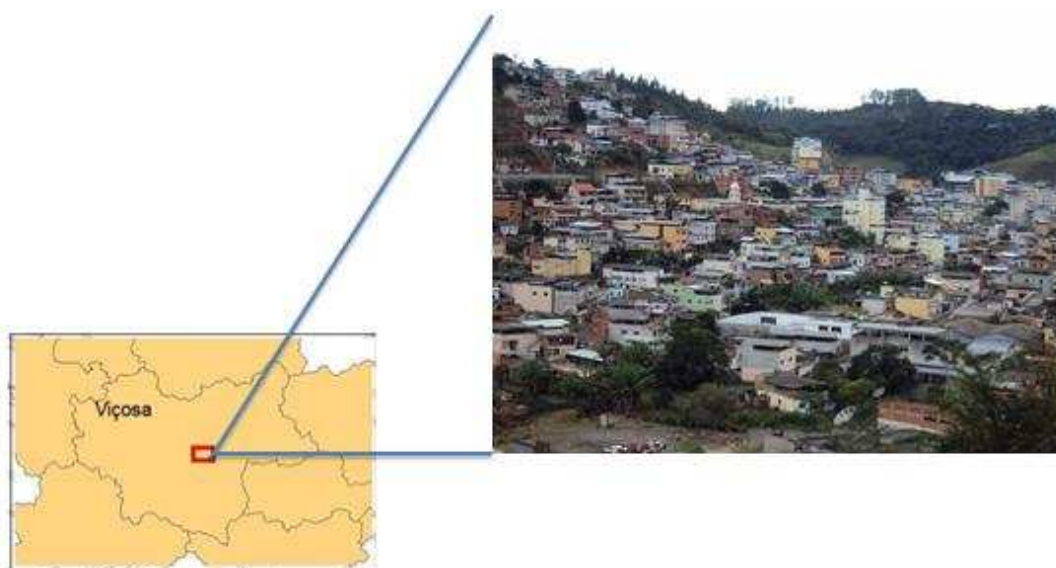
Segundo Bifano et al., (2010a), por se destacar como polo regional e por ser o centro migratório da microrregião, a cidade de Viçosa necessita de mais segurança e de reformas estruturais que possam viabilizar a sua responsabilidade social e possibilitar suporte para as cidades vizinhas. Atualmente, a cidade tem como característica o crescimento urbano desordenado, baixo poder de empregabilidade e de arrecadação municipal, bem como desigualdades sociais e espaciais (BIFANO et al., 2010).

A presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV) constitui o principal atrativo para a cidade, pois requer um grande número de mão de obra tanto para a realização de obras de infraestrutura e de expansão da planta física como também de recursos humanos para a manutenção das atividades da instituição. Além disso, em função da universidade, o município necessita de reformas estruturais com investimentos em habitação, no setor de transporte e demais serviços. Dessa forma, a UFV tem um papel crucial na dinâmica social, política e econômica local.

Este estudo foi realizado, particularmente, com 4 (quatro) moradoras do bairro Santo Antônio. A escolha do local ocorreu pela inserção anterior da pesquisadora durante três anos no projeto “Maneiras de ser e de fazer: valorização dos saberes e dos sabores culturais de Viçosa-MG”. Este projeto continua em desenvolvimento e tem como importância buscar a melhoria da qualidade de vida das famílias a partir do conhecer a história dos ofícios que, porventura, os sujeitos possuam bem como avaliar o processo e as tecnologias empregadas na sua produção, abrindo a possibilidade de transformação de um saber prático em estratégia para a melhoria da renda familiar.

O bairro Santo Antônio é o terceiro bairro mais populoso da cidade de Viçosa, com 8.586 habitantes e as classes sociais dos moradores se dividem principalmente em classe média, classe média baixa e classe baixa. De acordo com a Região de Planejamento (RUP), o bairro é lotado na região 9 (nove) da cidade, sendo integrada pelos bairros Júlia Molar e Santo Antônio (do Belvedere até o trevo de Coimbra) (SILVA et al., 2010). Entretanto, as atividades desse estudo se limitaram à área do bairro Santo Antônio (Figura 3).

Figura 3: Localização do bairro Santo Antônio na cidade de Viçosa



Fonte: Dados da pesquisa 2014.

O bairro se caracteriza por ser receptor de famílias migrantes da zona rural e também das áreas urbanas das cidades que fazem parte da microrregião. A história de ocupação do bairro remonta a década de 50 a partir de loteamentos oriundos das fazendas localizadas na região. Entretanto, foi no final dos anos de 1960 que a sua localidade foi intensamente ocupada devido a venda de novos lotes a preços baixos para as famílias migrantes que buscavam em Viçosa melhor qualidade de vida, emprego e estudos para os mais jovens.

Segundo Costa, Hollerback e Bifano (2011), a migração acentuada para essa área ocasionou um crescimento rápido do número de moradores que passaram a habitar um bairro sem infraestrutura, com a falta de escolas, com postos de saúde precários e com carência em saneamento básico como água encanada, rede de esgoto e luz elétrica. De acordo com os autores, o desenvolvimento local iniciou no final de 1970 com a chegada da energia elétrica, da água encanada e da pavimentação das ruas. Diante desse cenário, percebe-se que a efetiva melhoria das condições de vida dos primeiros moradores ocorreu após 10 anos de moradia no bairro, evidenciando o descaso do poder público para com as famílias recém-chegadas à cidade.

Ainda segundo Costa, Hollerback e Bifano (2011), anteriormente à urbanização, a área do mencionado bairro era chamada pelos moradores de Viçosa de “Cantinho do Céu”. Conforme os antigos moradores, na década de 50 a área era ocupada apenas por algumas fazendas que tinham como principais atividades agrícolas o plantio de café, de milho e da produção leiteira. Em uma dessas fazendas, o proprietário tinha uma

“vendinha” chamada “Bar do Cantinho do Céu” onde se vendia “secos e molhados”, alimentos como a farinha, o fubá, a cachaça, além de ser um local onde bailes eram organizados. E assim, quando alguém lhe perguntava onde estava indo, os moradores do centro da cidade que frequentavam essa venda respondiam “estamos indo para o cantinho do céu!” (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011, p.18). No entanto, a maioria dos moradores não sabe o porquê desse nome, apesar de existirem controvérsias com relação à origem dessa antiga denominação. Ainda hoje muitos moradores de Viçosa e do próprio bairro se referem a ele como “Cantinho do Céu”.

Após a sua instituição pela prefeitura, o bairro recebeu o nome de Santo Antônio. Entre os moradores existem divergências também sobre a origem do atual nome, pois alguns moradores afirmam que está relacionado à devoção das pessoas ao Santo Antônio, outros acreditam que é devido ao nome do córrego que corta a área, outros moradores ainda asseguram que é por causa da capela de Santo Antônio, construída por volta de 1976 (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011).

Atualmente, o bairro se destaca por abrigar um grande número de comércios, desde os pequenos comerciantes com suas mercearias familiares até o comércio de médio porte com infraestrutura moderna e com um expressivo número de funcionários. Segundo Mosqueira et al., (2014), a região do bairro é a segunda região com maior número de empresas na cidade de Viçosa, sendo o centro da cidade o primeiro nesse ranking.

Devido ao crescimento populacional rápido e desordenado, hoje o bairro vivencia um quadro de estranhamento e de desorganização em termos dos seus aspectos físicos e socioculturais, o que pode ser constatado tanto pela distribuição física quanto pela vida cotidiana dos sujeitos que habitam os espaços (BIFANO et al., 2010). O Santo Antônio apresenta condições de desigualdades internas, problemas estruturais, além de dificuldades relacionadas à identidade e ao pertencimento ao lugar, uma vez que a maior parte da sua população é de pobres e migrantes que se instalaram na cidade e no bairro (CABRAL; BIFANO; LORETO, 2014). Os principais problemas dos moradores são a falta de segurança, o desemprego e os equipamentos sociais insuficientes e precários.

Diante da realidade atual de desorganização física e de desigualdade econômica e social, percebeu-se, durante a pesquisa de campo, que o bairro encontra-se segmentado espacialmente em regiões, de acordo com uma estratificação espacial e social dos próprios moradores como mostra a Figura 4.



Castelo Branco (do lado direito e na parte superior da figura 4) onde residem pessoas de classe média e de classe baixa. Essa região também sofre com a ausência de intervenções do poder público local. Segundo os moradores, essas duas últimas áreas (marcadas de verde na figura 4) quase não são consideradas como parte do Santo Antônio, pois as pessoas que nelas residem pouco se relacionam com os demais moradores.

Atualmente, a população do bairro é composta por antigos moradores que vivenciaram o processo de ocupação da área, ou seja, por moradores migrantes que se instalaram no bairro e que contribuíram para o processo de urbanização e de jovens moradores que nasceram no bairro ou que se mudaram recentemente para estudar ou trabalhar em Viçosa.

Apesar do bairro se caracterizar pelo crescimento desordenado, pelo alto número de comércios e por ser o mais populoso, o seu cotidiano evidencia um contraste entre acalmaria e o silêncio das ruas periféricas com a grande circulação de automóveis e de pessoas nas ruas principais do bairro. Também se observou as diferentes formas de apropriação do espaço por meio da presença das pequenas hortas nos fundos dos quintais, das cruzes enfeitadas e fixadas na porta de entrada de algumas casas, dos vasos de flores nas janelas, do rádio ligado, das pequenas barbearias e mercearias, elementos que remetem ao meio rural. Em contraste, observou-se a presença dos altos prédios e dos estabelecimentos comerciais de médio porte em que se destacam as madeireiras, as fábricas de móveis, as fábricas de esquadilhas de alumínio, as concessionárias de automóveis, dentre outros que são característicos dos centros urbanos.

Assim, o bairro Santo Antônio apresenta características próprias da sua ocupação, com alguns problemas de caráter estrutural, social e econômico. Entretanto, tornou-se um lugar específico e acolhedor para as famílias de migrantes que chegaram à Viçosa em busca de melhores perspectivas de vida.

### **3.3. As mulheres participantes**

O estudo foi realizado com três mulheres migrantes participantes do projeto “Maneiras de ser e de fazer: valorização dos saberes e dos sabores culturais em Viçosa-MG”. Sendo elas Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês, a escolha dessas mulheres ocorreu por ainda permanecerem no referido projeto e ao fato de a pesquisadora conhecê-las devido à inserção anterior nesse grupo. Esse vínculo estabelecido anteriormente com as participantes contribuiu para um clima de maior aceitação e confiança no momento da construção dos dados.

Quadro I: As características sociais dessas mulheres.

Nome	Origem	Local de origem dos pais	Idade	Cor	Estado Civil	Nº de Filhos	Profissão	Escolaridade	Tempo de moradia no bairro
Maria	Zona rural de São Miguel do Anta	Zona rural de São Miguel do Anta	63	Negra	Casada há 40 anos	3	Dona de casa	2ª série do ensino fundamental	42 anos
Carmem	Zona rural de São Miguel do Anta	Zona rural de São Miguel do Anta	60	Negra	Casada há 40 anos	4	Funcionária pública	4ª série do ensino fundamental Está concluindo o ensino fundamental	42 anos aprox.
Inês	Zona rural de Viçosa	Mãe: zona rural de Viçosa Pai: zona rural de Teixeiras	60	Negra	Casada há 43 anos	6	Dona de casa	4ª série do ensino fundamental	38 anos

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

As três participantes são migrantes da zona rural e nasceram na mesma região em que os seus pais foram criados, com exceção de Dona Inês cujo pai era da zona rural de Teixeiras. Essas mulheres são negras, possuem baixa escolaridade, são casadas há mais de 40 anos, são mães e também avós. Atualmente, Dona Maria tem 63 anos e se ocupa das atividades domésticas da sua casa, Dona Carmem tem 60 anos e trabalha como servidora pública no cargo de serviços gerais no abatedouro da UFV. Dona Inês, por sua vez, tem 60 anos e também se dedica ao trabalho doméstico e ao cuidado dos membros da família. Todas elas se mudaram para o bairro Santo Antônio na década de 70 e vivenciaram o processo de ocupação e de urbanização da área: Dona Maria e Dona Carmem vivem no bairro desde 1972 e Dona Inês desde 1976.

Elas se caracterizam economicamente como de classe média baixa e dispõem de condições sociais consideradas satisfatórias, pois elas possuem estabilidade econômica, casa própria confortável, eletrodomésticos, automóvel, além de acesso aos serviços de saúde, educação e transporte público oferecidos no bairro. A renda familiar é constituída em média por três salários mínimos.

Suas residências estão localizadas em diferentes regiões do bairro. Dona Maria mora próximo à uma das avenidas principais que corta o bairro, a Marechal Castelo Branco e a Entrada Alternativa da Universidade Federal de Viçosa (UFV), um local muito valorizado economicamente. Dona Carmem reside na parte baixa do bairro também próximo à segunda avenida principal, a Joaquim Lopes de Farias e Dona Inês reside na parte alta do bairro, conhecido como “Morro da Coruja”, área estigmatizada como um lugar violento. Apesar de residirem em diferentes locais do bairro, todas compartilham os mesmos problemas que assolam o bairro e a cidade como violência, risco social, péssimas condições de acessibilidade nas calçadas, ruas esburacadas, lixo, etc.

Com relação ao grupo do projeto, elas são os membros mais antigos e permaneceram nele desde as primeiras atividades (atualmente fazem parte Dona Maria, Dona Carmem, Dona Inês e a Márcia, filha de Dona Maria). Elas se reúnem quinzenalmente ou mensalmente na residência de Dona Maria com o acompanhamento de duas alunas extencionistas do curso de Economia Doméstica. Essas reuniões acontecem no período da noite e tem duração de uma hora e trinta minutos (das 19:00 às 20:30) durante as quais as participantes tem espaço para discutirem, em conjunto, as principais atividades a serem realizadas, o planejamento de trabalho, os principais problemas enfrentados bem como o levantamento dos recursos necessários para a implementação da padaria artesanal.

A construção dessa padaria tem por objetivo contribuir para o empoderamento feminino, por meio da qual as mulheres visam o aumento da sua renda e a melhoria da qualidade de vida das suas famílias. Esse grupo também constitui um espaço de sociabilidade em que elas relatam suas vidas, contam suas histórias do passado e comentam sobre os acontecimentos cotidianos de suas casas e do bairro.

### **3.4. Técnicas e procedimentos de construção dos dados**

As técnicas utilizadas para a construção dos dados foram as observações diretas da realidade cotidiana, as entrevistas de histórias de vida e as entrevistas abertas (em forma de conversação). Por meio dessas técnicas foi possível a execução dos objetivos propostos.

#### **3.4.1. Observações**

Segundo Moacir Palmeiras (1977) citado por Mirian Goldenberg (2004, p.34), a observação possui como vantagem metodológica permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso do universo a ser estudado. A técnica da observação muitas vezes é complementada pela técnica de entrevista em profundidade. A observação “revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece em um questionário padronizado”(GOLDENBERG, 2004, p.34). Essa técnica se caracteriza por ser amplamente utilizada em estudos de caso, não sendo possível formular regras precisas para sua melhor aplicação, uma vez que cada observação é única. Os dados não podem ser padronizados e não existe uma regra objetiva que estabeleça o tempo adequado para a validade do estudo, pode durar algumas semanas ou longos períodos de tempo (GOLDENBERG, 2004).

Segundo Marconi e Lakatos (2008), as observações têm como objetivo conseguir informações utilizando os sentidos para conhecer determinados aspectos da realidade.

Não consistem em apenas ouvir e ver, mas também examinar os acontecimentos e os fenômenos do caso estudado. Essa técnica constitui o elemento básico da investigação científica e é utilizada principalmente na pesquisa de campo.

A observação ajuda o pesquisador a identificar determinados fatos sobre os quais os indivíduos participantes da pesquisa não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento. Ela possibilita descobertas e o contato mais direto tanto com a realidade quanto com o pesquisado. “É o ponto de partida da investigação social” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.75).

Diante do exposto, realizaram-se observações da vida real das mulheres participantes, ou seja, em seus cotidianos. Para tanto, estabeleceu-se um primeiro contato nas residências das três mulheres participantes do projeto “Maneiras de ser e de fazer” que ocorreu no mês de abril de 2014. Nessas visitas foram expostos os objetivos do estudo e todas as mulheres se mostraram muito receptivas a presença da pesquisadora e se disponibilizaram a contribuir para a realização da pesquisa.

Para retomar um contato constante com as participantes e conhecer o lugar social delas na família e na comunidade, a pesquisadora buscou participar, primeiramente, das reuniões do projeto. Por meio da presença nesses encontros foi possível criar um ambiente de aproximação, conhecer a interação dessas mulheres entre si, conhecer as demandas trazidas por elas para as reuniões, os principais assuntos abordados, bem como a posição de cada uma frente às decisões a serem tomadas pelo grupo. Foram acompanhadas cinco reuniões do projeto que aconteceram nos dias 10 de abril, 30 de abril, 05 de junho, 27 de junho e 17 de julho de 2014.

Acreditando que as pessoas se expressam não somente por palavras, durante as reuniões observou-se o comportamento, os gestos, as atitudes, as expressões de dúvidas e de emoções, bem como as falas de cada uma. E assim, percebeu-se que Dona Maria e Dona Carmem são as mais ativas para a realização das atividades do projeto, sempre dando sugestões, motivação ao grupo, reclamando quando não estavam satisfeitas, fazendo questionamentos, sempre inquietas e dispostas a falar. Dona Carmem faltou em apenas uma das reuniões porque se encontrava doente. Dona Inês foi a que se mostrou menos presente nas decisões, uma vez que participou somente de duas reuniões durante esse período e, quando presente, se mostrou tímida e receosa diante das atividades a serem executadas pelo grupo. Segundo ela, a sua baixa participação é devido a dificuldade de encontrar alguém para ficar à noite com a sua sogra que reside com ela e que encontra-se doente e incapacitada. Também percebeu-se em suas falas e expressões

faciais o descontentamento em ser a única responsável pelo cuidado com a idosa, fato que a impede de sair de casa quando ela deseja.

Por meio da atenção e da escuta, também foi possível conhecer um pouco mais as suas histórias, ouvi-las contar como tinha sido a semana, as novidades do bairro ou das suas famílias, conhecer os principais eventos do bairro dos quais elas participavam, além de outros grupos com os quais elas se relacionavam e pertenciam.

Simultaneamente à participação nas reuniões, a pesquisadora também buscou frequentar os principais eventos do bairro, como as missas dos sábados à noite na igreja católica local e a festa do Santo Antônio no dia 13 de junho. Esta frequência teve por objetivo conhecer a posição social dessas mulheres na comunidade e as relações delas com os demais moradores.

Durante as missas, presenciou-se, em um dia específico do mês de maio, a colaboração de Dona Carmem na organização da cerimônia de Coroação de Nossa Senhora, exercendo a função de “festeira” da noite, ou seja, a responsável pela atuação das meninas na celebração. Nesse mesmo dia, Dona Inês também participava como ouvinte. Nas missas à noite, foi possível observar que Dona Carmem e Dona Inês frequentavam-nas assiduamente sempre na companhia de “mulheres conhecidas” e nunca acompanhadas pelos maridos. Em duas missas elas faltaram porque estavam doentes ou muito cansadas. Já Dona Maria, por sentir fortes dores nas pernas, não estava, durante o período da pesquisa, participando das missas na igreja. Percebeu-se também que a igreja e a missa constituem um espaço e um momento de sociabilidade para Dona Carmem e Dona Inês, pois nesses momentos elas encontravam os vizinhos, os conhecidos e os parentes.

Com relação ao dia 13 de junho, dia da festa de Santo Antônio, observou-se a permanência da tradição no bairro em que a comunidade se reúne com o objetivo de manter viva essa celebração, além de ser um dia para firmar a religiosidade e para festejar com os amigos de outras regiões da cidade. Durante a procissão, percebeu-se que a casa de Dona Carmem era uma das que se encontravam enfeitadas para a passagem do Santo, a faixada estava ornada com flores, vasos e tecidos brancos. Após acompanhar a procissão e participar da celebração na igreja, Dona Carmem também participou da organização da missa distribuindo os “pães de Santo Antônio”. Neste dia foi possível identificar apenas a sua presença no evento devido ao grande número de pessoas. Entretanto, Dona Inês também relatou, posteriormente, ter participado, ao passo que Dona Maria não pode ir por causa das dores que sentia. Observou-se, assim,

que Dona Carmem é a que mais se envolve nas atividades da igreja contribuindo, principalmente, na organização dos eventos.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu nas residências das mulheres onde foram realizadas as observações do cotidiano de cada uma delas. Para a realização desta segunda etapa optou-se utilizar o termo “visitas” para que se sentissem mais a vontade. Para tanto, foi explicado a cada participante que o objetivo das visitas consistia em conhecer o cotidiano familiar, os grupos sociais dos quais elas pertenciam, a relação delas com o trabalho doméstico e com os membros da família, bem como a relação destes com o trabalho da casa.

Inicialmente, as visitas foram marcadas com antecedência de acordo com os dias e os horários estabelecidos por elas, mas posteriormente decidiu-se realizar as visitas em dias e horários aleatórios com o intuito de captar o real social de cada família. Nas primeiras visitas percebeu-se certo constrangimento por parte das mulheres à presença da pesquisadora, mas nas visitas subsequentes elas se mostraram mais receptivas e menos incomodadas.

Ao término de cada visita foram registrados diários de campo a partir das impressões da pesquisadora, das dificuldades, das falas que não foram gravadas em áudio, das atitudes das pessoas que se encontravam na casa e de outros fatos considerados importantes no momento da observação. Segundo Reis (2010), o diário de campo ou caderneta acompanha o pesquisador durante toda a pesquisa e é onde serão anotadas cuidadosamente as observações, sendo também o seu principal companheiro de desabafos, impressões, incertezas, pensamentos. Constitui um instrumento relevante para orientar todo o processo de construção das informações até o trabalho final de redação da pesquisa, pois auxilia na organização dos registros dos dados e colabora para propiciar insights que nortearão discussões posteriores.

### **3.4.2. Entrevistas**

Neste estudo optou-se pelas entrevistas de histórias de vida e pelas entrevistas abertas, ambas seguindo o modelo de conversação. Segundo Gaskell (2008), na abordagem qualitativa as entrevistas devem ser conduzidas em forma de uma conversa cotidiana, aparentemente normal, mas orientada de acordo com a investigação. Também cabe ao pesquisador a preparação, a habilidade para conversar e a capacidade analítica.

A entrevista qualitativa tem por objetivo mapear e compreender o mundo da vida dos pesquisados, buscando “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais

específicos” (GASKELL, 2008, p. 65). O autor também se refere a esta técnica como um processo social e interativo, não havendo uma linha unidimensional que liga o informante ao pesquisador. A entrevista objetiva uma troca de ideias e de significados por meio do qual as várias percepções da realidade são exploradas e desenvolvidas.

#### **3.4.2.1. Histórias de Vida**

Primeiramente, recorreu-se a entrevista de história de vida com o objetivo de conhecer as histórias de vida das mulheres participantes e o cotidiano passado, bem como compreender as suas formações identitárias, as suas percepções sobre o trabalho doméstico e o lugar social que este trabalho possui ao longo de suas trajetórias.

A história de vida é um tipo de entrevista em profundidade em que o pesquisador busca investigar as experiências das pessoas, grupos ou organizações. Segundo Minayo (2010), esse tipo de entrevista pode ser realizada de duas formas: de forma completa que tem por finalidade obter um conjunto de dados sobre a experiência vivida ou de forma tópica que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. No caso do presente estudo, procurou-se obter as histórias de vida dessas mulheres a partir da infância e da vida na zona rural e, posteriormente, da mudança campo/cidade e da vida no meio urbano.

De acordo com Minayo (2010), este tipo de entrevista tem como vantagem permitir que a pessoa entrevistada retome sua vivência de forma retrospectiva, produzindo uma narrativa rica para análise. Constitui em um instrumento para “a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado a partir do momento presente” (MINAYO, 2010, p.158).

Para a sua realização, os encontros com as mulheres foram marcados com antecedência nos dias e horários estabelecidos por elas com o intuito de causar o menor desconforto possível. Estas precederam à segunda fase das observações do cotidiano familiar. Durante a sua realização coube à pesquisadora o papel de expectadora permitindo que as histórias aparecessem naturalmente, mas também buscou-se criar um diálogo com as participantes a fim de manter uma interação verbal e de esclarecer fatos que não foram compreendidos no decorrer dos relatos.

As histórias de vida foram gravadas em áudio com a devida autorização de cada participante e, posteriormente, foram transcritas e organizadas cronologicamente para serem analisadas.

### 3.4.2.2. Entrevistas abertas

Após conhecer as histórias de vida das mulheres, foram realizadas as entrevistas abertas que ocorreram simultaneamente com as visitas às residências para conhecer o cotidiano familiar. Por meio destas, buscou-se, primeiramente, fechar as lacunas apresentadas nas histórias de vida.

Posteriormente, objetivou-se conhecer as famílias dessas mulheres, os papéis sociais dos membros familiares, a organização cotidiana das atividades domésticas, as relações familiares, os grupos de pertença, bem como conhecer as percepções das mulheres acerca do trabalho doméstico tendo como marco a mudança sócio espacial.

Essas entrevistas abertas ocorreram em forma de conversas nas quais foi valorizado a própria linguagem das mulheres e a forma espontânea delas relatarem os acontecimentos, assim como orientam Jovchelovitch e Bauer (2002). Segundo estes autores, as questões que expressam os interesses do estudo, as formulações e linguagem da pesquisadora devem ser adaptados durante a conversa para a linguagem dos pesquisados com o objetivo de criar uma igualdade de diálogo e de compreensão por parte destes, além de valorizar os temas, os tópicos e os relatos trazidos por eles.

Recorreu-se também às orientações de Thompson (1998:254) apud Fassini, Machado e Schultz (2013, p. 409), segundo os quais, no decorrer das entrevistas, o pesquisador deve demonstrar “interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles, e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar”.

As entrevistas aconteceram nas residências de cada mulher e foram realizadas tanto na presença de outros membros da família (filhos, filhas, sogra ou marido) quanto em momentos que elas se encontravam sozinhas. Percebeu-se que na presença dos maridos, por exemplo, elas evitavam falar livremente sobre determinados assuntos, mas nos dias que se encontravam sozinhas tinham maior liberdade para retomar tais assuntos.

Durante as conversas buscou-se não interromper a narrativa das mulheres mesmo quando relatavam temas não referentes ao estudo e a direção sobre os principais pontos foi dada quando elas terminavam a fala. Também atentou-se para as informações trazidas por elas durante as conversas para não correr o risco de serem realizadas as mesmas perguntas nas próximas visitas, o que poderia causar desconfiança e insegurança por parte delas.

As entrevistas abertas também foram gravadas em áudio, transcritas e sistematizadas de acordo com os objetivos do estudo.

### 3.5. Análise dos dados

A diversidade e a quantidade de dados, tanto das observações quanto das entrevistas, demandou empenho na organização. Os áudios das conversas foram transcritos e as anotações no diário de campo foram organizadas e, posteriormente, foram organizados em ordem cronológica dos fatos e sistematizados em categorias.

Para proceder a análise dos dados buscou-se as orientações de Thiollent (1985). Segundo o autor, o procedimento de análise consiste na leitura e na releitura dos dados disponíveis que possibilitam uma espécie de impregnação, ou seja, uma saturação e um conhecimento profundo sobre os dados. As leituras repetitivas também suscitam interpretações e “isto significa que, além da literalidade da frase, tenta-se reconstruir sua tradução interpretativa incluindo sequências de significação mais ou menos longas” (THIOLLENT, 1985, p. 205).

Portanto, realizou-se leituras e releituras tanto das histórias de vida e das entrevistas abertas quanto dos diários de campo e, por meio destas leituras, foram criadas categorias analíticas para proceder as interpretações e a análise dos dados de acordo com cada objetivo.

## 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIFANO, A. C. S., et al. **Maneiras de Ser e Fazer: Valorização dos saberes e sabores em Viçosa – MG.** Projeto de Pesquisa em andamento. DED, UFV. 2010.

BRUSCHINI, M. C. A. e ROSEMBERG, F. A Mulher e o Trabalho. In: **Trabalhadoras do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, p. 9-22, 1982.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**. 1994.

CABRAL, L. G. F.; BIFANO, A.C.S.; LORETO, M. D. S. Cartografia Sociocultural: possibilidades de construção de indicadores locais. In: BIFANO, A. C. S.; TEIXEIRA, T. S. (orgs.) **Políticas Públicas e sua efetivação local**. Viçosa, MG: UNIEDHS, 2014, p. 255-291.

CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. Identidade feminina - Um conceito complexo. **Paidéia**, v.14, n. 28, 2004, p. 211 -220.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Disponível em: < [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/.../vol15\\_n2\\_1998\\_4artigo\\_45\\_65.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/.../vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf)> . Acesso em: nov. 2010.

CHALHOUD, S. **Trabalho, lar e butiquim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

- COSTA, R. P. DE A.; HOLERBACH, J. D. G.; BIFANO, A. C. S. **Bairro Santo Antônio: relatos e história de um Cantinho de Viçosa**. Viçosa, MG, 2011, p.27.
- CRUZ, T. A (cood). **Retrato social de Viçosa IV**. Viçosa, MG: CENSUS, 2012.
- FASSINI, E.; MACHADO, N. G.; SCHULTZ, G. Identidade e pertencimento: a dinâmica social de um grupo de mulheres no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. **Cadernos Pagu**, 41, jul-dez, 2013, p. 405-433.
- FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- GASKELL, G. Entrevistas Individuais e grupais. In: In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 64-89.
- GOLDENBERG, M. A. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/caracteristicas\\_da\\_populacao\\_tab\\_municipios\\_zip\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm). Acesso em: 05 mar. 2014
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317130&search=minas-gerais|vicosa>> Acesso em: 05 mar. 2014.
- JOVCHELOVITCH, H; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 90-113.
- LELIS, J. L. **Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG**. 2011. 214f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2011.
- MACEDO, M. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero . Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002, p. 56- 79.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARTINS, H. H. T de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, mai/ago, 2004, p. 289-300.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOSQUEIRA, H. D. et al., Inovação no microcrédito: Estado e sociedade civil nas políticas públicas de microfinanças. In: BIFANO, A. C. S.; TEIXEIRA, T. S. (orgs.) **Políticas Públicas e sua efetivação local**. Viçosa, MG: UNIEDHS, 2014, p. 218-254.

PEREIRA, M. F. V. Contradições de uma “cidade científica”: processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa (MG). **Caminhos de Geografia**, v.18, n.16, out/2005, p. 197-206.

REIS, L. P. **Construção cultural da maternidade: a experiência de mães do Subúrbio Ferroviário de Salvador – Ba.** Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, A. R. da (coord.) et al. **Retrato Social de Viçosa 3.** Viçosa: CENSUS, 2010.

STRAUSS, A., & CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação e enquete operária** (4 ed.). Editora Polis, 1985.

# **ARTIGO I: O COTIDIANO DAS MULHERES MIGRANTES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO “SER MULHER”.**

## **1. RESUMO**

O cotidiano apresenta grande relevância social, pois é nele que os indivíduos se constroem como sujeitos sociais. Assim, nesse estudo, objetivou-se conhecer a história da vida cotidiana de um grupo de mulheres migrantes a partir da construção social do “ser mulher”. Para tanto, buscou-se o aporte teórico de José Machado Pais sobre o estudo do cotidiano. As técnicas de construção dos dados foram a observação direta, a história de vida e a entrevista aberta. A história da vida cotidiana dessas mulheres evidenciou um cotidiano dinâmico, relacional e contextual em que as temporalidades e as espacialidades conferem historicidade à vida cotidiana. Ao passo que a construção social do “ser mulher” encontra-se associada à imagem da mulher como mãe, esposa e dona de casa devido ao caráter conservador das instituições sociais e das ideologias. Assim, concluiu-se que, por trás da aparente banalidade da vida cotidiana, é possível perceber tanto a rotina (o nada de novo) como também a rotura, o desvio (as transformações sociais), uma vez que estas dão o caráter dinâmico ao que aparentemente encontra-se obscurecido pela cotidianidade.

**Palavras-chave:** cotidiano, construção social, “ser mulher”.

## **2. ABSTRACT**

The daily has great social relevance, because that is where individuals are constructed as social subjects. Thus, this study aimed to know the history of everyday life about a group migrant women from the social construction of "being a woman". Therefore, we sought the theoretical support of José Machado Pais about the study of everyday life. The data construction techniques were direct observation, life story and the open interview. The women's story showed a dynamic, relational and contextual daily in the temporality and spatiality confer historicity to everyday life. While the social construction of "being a woman" is associated with the image of woman as mother, wife and homemaker due to the conservative nature of social institutions and ideologies. Thus, it was concluded that behind the apparent banality of the everyday life, you can see both routine (nothing new) as well as the rupture, the deviation (social change), since they give a dynamic character to what apparently found is obscured by everyday life.

**Keywords:** everyday, social construction, "being a woman".

## **3. INTRODUÇÃO**

O cotidiano, para o senso comum, seria o que se passa todos os dias, estando associado à rotina e à monotonia. Nessa perspectiva, o cotidiano seria tudo que ocorre quando aparentemente nada se parece passar. Contudo, apenas questionando as modalidades que caracterizam ou representam o curso vital do homem é possível dar conta de que “é nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, no “nada de novo” do cotidiano que encontramos condições e possibilidades de resistência que alimentam a

sua própria rotura” (PAIS, 2003, p. 28). Para o autor, o cotidiano transita entre a rotina e a ruptura (os desvios de rota).

O cotidiano apresenta grande relevância social, pois é nele que os indivíduos se constroem como sujeitos sociais e onde realizam suas atividades e suas interações sociais. Apesar de ser rico em material empírico para o desenvolvimento de pesquisas em interação, o cotidiano, por vezes, é percebido como “menor”, pois é considerado pela ciência tradicional como uma construção do senso comum, “irracional, primitivo, basicamente emotivo e sem importância para consubstanciar a “intelectualidade científica em pesquisas que tragam subsídios para o desenvolvimento da humanidade” (BIFANO, 1999, p. 19).

Contrariando essa perspectiva da ciência tradicional sobre o cotidiano, a autora supracitada e o autor José Machado Pais percebem o mundo cotidiano como mutável, complexo e contextual onde os sujeitos pensam, vivem e realizam atividades de maneira consciente e dinâmica no interior dos grupos.

No cotidiano, os sujeitos agem de forma aparentemente corriqueira e automatizada, contudo, a atividade cotidiana é sempre um produto e uma reflexão de relações múltiplas, constituídas por normas, valores e crenças, da interação entre as pessoas e das condições de produção e reprodução de suas atividades em um contexto que é social, cultural e histórico (BIFANO, 1999; PAIS, 2003; ANTONUCCI, 2014).

Assim, o presente estudo objetivou conhecer a história da vida cotidiana de um grupo de mulheres migrantes a partir da construção social do “ser mulher”. Para tanto, buscou-se o aporte teórico de José Machado Pais sobre o cotidiano, em que este é compreendido como dinâmico, complexo, em que as temporalidade e espacialidade lhe conferem historicidade.

## **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **4.1. A compreensão do cotidiano a partir da concepção de José Machado Pais**

O cotidiano está longe de ser banal e para compreendê-lo é preciso refletir sobre o mundo que nos cerca e que encontra-se imerso no automatismo. Nesse sentido, buscou-se a definição e a compreensão sobre o cotidiano a partir da leitura da obra “Vida Cotidiana: enigmas e revelações” de José Machado Pais publicada em 2003. De acordo com o referido autor, o cotidiano “é o que se passa todos os dias: no quotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Então o quotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada se parece passar” (PAIS, 2003, p. 28). Assim, o cotidiano encontra-se visivelmente automatizado pelos sujeitos, em que determinadas atividades

são realizadas “aparentemente” de forma inconsciente, por isso a sensação de que nada se passa, mas o que não quer dizer que nada esteja acontecendo. Segundo Stecanela (2009, p. 66), o cotidiano engloba “tudo que acontece, mesmo quando, aparentemente, nada ocorre”.

A ideia de rotina expressa o hábito de fazer as coisas da mesma maneira associado à noção de regularidade, normatividade e repetitividade, sendo o cotidiano manifesto como um campo de ritualidade. Contudo, o termo rotina, segundo as raízes etimológicas, aponta para outro campo semântico e apresenta-se associado à ideia de rota, de caminho. O termo advém do latim, *via, rupta* que deriva as expressões “rotura” ou “ruptura”, rompimento, corte (PAIS, 2003). Dessa forma, o cotidiano transita entre a rotina (o que se faz todos os dias, as atividades que não se encontram no nível consciente da mente) e a ruptura (os acontecimentos inesperados do dia a dia, os desvios de rota, as atividades conscientes). Portanto, não existe uma dualidade entre o que é cotidiano e o que não é cotidiano, pois tudo que se passa no dia a dia faz parte da cotidianidade.

Nessa concepção, o cotidiano não pode ser entendido apenas como repetitivo, a-histórico e banal, porque, se assim o fosse, não haveria produção de conhecimento, não haveria mudanças sociais, históricas e culturais e, não haveria mudanças nos modos de viver e de fazer dos sujeitos, tudo teria sempre o mesmo contorno. Esse universo cotidiano encontra-se sempre em construção por um sujeito que é ativo, cultural, histórico e social. É ativo, porque possui curiosidade para descobrir e agir sobre a realidade social no qual está inserido; é cultural, porque possui normas e representações sociais característicos da cultura do qual pertence; é histórico e social, pois constrói e modifica a sua realidade a todo o momento por meio das suas interações sociais e por quem é constituído ao mesmo tempo. Para Pais (2003), o indivíduo é um sujeito que possui emoções, normas, valores e histórias de vida que refletem em suas interações sociais com o outro e com o meio onde vive.

Para o referido autor, compreender o cotidiano consiste em se estudar os pormenores que, eventualmente, podem revelar as estruturas sociais, são os fatos anônimos e transitórios que fazem parte do real-social, “são as brechas do social que a sociologia da vida cotidiana persegue” (PAIS, 2003, p. 48). É necessário entender o social a partir da visão dos sujeitos em situação de interação social, valorizando a maneira de fazer dos indivíduos no dia a dia.

Assim, o estudo do cotidiano corresponde mais a uma perspectiva metodológica do que a um esforço de teorização, buscando “desmascarar as actuações cotidianas,

procurando descobrir o que elas revelam a partir do que ocultam” (PAIS, 2007, p. 1), cabendo os conceitos e as teorias a função de instrumentos metodológicos e não moldes para a realidade. Deve-se buscar responder a seguinte questão: “Como transformar o “familiar” no “exótico” que leva ao estranhamento dessa realidade aparentemente tão familiar, mas, na verdade, tão enigmática?” (PAIS, 2003, p. 16).

Seguindo essa perspectiva, José Machado Pais nos revela alguns pontos norteadores para compreender o cotidiano, sendo eles: a) analisar as relações entre as macro e as micro estruturas sociais, buscando entender como essas estruturas estão refletidas no modo de viver dos sujeitos; b) conhecer os contextos individuais e analíticos (sociológicos) possibilitando ao pesquisador entender o contexto social e c) descobrir a historicidade do cotidiano a partir de suas “espacialidades” e de suas “temporalidades”, buscando descobrir os significados simbólicos que os sujeitos dão aos espaços e ao tempo vivido.

Para Pais (2003), o estudo da vida cotidiana não deve ficar restrito ao macrossocial que não valoriza o micro, ou seja, a realidade vivida pelos sujeitos, e nem tampouco somente ao micro que se atenta apenas para as interações dos indivíduos sem conhecer as macro estruturas nos quais eles estão inseridos. A compreensão do universo estudado demanda a complementariedade das micro e das macro estruturas sociais.

O autor ainda afirma que, para entender o contexto social, também é preciso um “complemento circunstancial”, mas existem várias maneiras de contextualizar. Sendo assim, pode-se falar dos contextos individuais ou dos contextos analíticos. Os contextos dos indivíduos compreendem os princípios cognitivos, tácitos ou explicativos que os sujeitos utilizam no seu dia a dia e que dão sentido à sua vida cotidiana. Já os contextos analíticos são as interpretações hipotéticas ou explicativas de acordo com uma construção teórica para retratar o contexto real. Esses dois contextos constantemente se resvalam de um para o outro nas práticas das ciências sociais (PAIS, 2003).

Especificamente, conhecer os contextos dos indivíduos possibilita ao pesquisador visualizar a sociedade a nível dos sujeitos. Essa contextualização atenta-se para os elementos do meio social relevantes para os indivíduos, como as normas, as condutas, os valores e as representações sociais que regulam diferentes formas de ação e de comportamentos (PAIS, 2003).

Dessa forma, os contextos sociais compreendem os atos, as condutas e as interações que ocorrem num espaço e numa temporalidade trazendo à tona a historicidade do cotidiano. A realidade da vida cotidiana não pode ser reduzida a um tempo cíclico e cronológico, pois abarca fenômenos não presentes no “aqui e agora”.

Atenta-se que Pais não quer dizer que o cotidiano presente não tenha uma dimensão histórica e sim que “tempo e espaço organizam-se também em torno do presente. Embora a existência seja sempre um projeto que ultrapassa o horizonte do presente, sua dimensão temporal tem de ser vivida no dia a dia” (PAIS, 2003, p. 83).

É verdade que realidade da vida cotidiana se organiza em torno do “aqui” do meu corpo e do “agora” do meu presente, mas o que também se verifica é que, na prática, o sujeito, muitas vezes, se fixa em setores da vida cotidiana que transcendem o seu alcance efetivo. Sendo assim,

O afeto associado ao espaço (“minha casinha”...) é a maneira de viver o presente nos variados gestos do cotidiano: os passeios de fim de semana nos espaços públicos, as conversas de café, os rumores da vizinhança, o encontro domingueiro na missa, no cinema ou no futebol (PAIS, 2003, p.86).

Assim, “o que tem importância social não é o espaço, mas as vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com significado sociológico” (PAIS, 2003, p.87), bem como na visão de Certeau que argumenta que

(...) uma narrativa só ganha sentido se situada no tempo e no espaço e o tempo e o espaço só ganham sentido com as “assinaturas” e com as relações de uso que estabelecem com os diferentes atores. Daí, que os tempos e os espaços terão tantas “assinaturas” quanto atores, do contrário, os tempos e os espaços serão como “folhas em branco” (...) (CERTEAU, 1994 apud FIORIO, 2010, p. 74).

Desse modo, o cotidiano se encontra também no passado e no sentimento atribuído pelos indivíduos aos espaços, às memórias, por exemplo: a saudade da casa onde morava (“minha casinha”...), a maneira de viver que tinha naquela localidade, a relação da vizinhança anos atrás, a maneira de fazer as atividades do dia a dia.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A realização deste estudo baseou-se na perspectiva metodológica da pesquisa qualitativa. Segundo Stecanela (2009), as particularidades dos detalhes e a unidade de acontecimentos da vida cotidiana dificilmente podem ser observados e capturados por meio das pesquisas de caráter quantitativo. De acordo com a referida autora, os estudos que buscam compreender o cotidiano ganham importância nas sociedades contemporâneas, pois é nas espacialidades e nas temporalidades da vida cotidiana que “os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites da ação” (MELUCCI, 2005, p. 29 apud STECANELA, 2009, p. 65).

Três mulheres que residem no bairro Santo Antônio em Viçosa-MG participaram deste estudo. A pesquisa com esse grupo específico justificou-se pela inserção anterior da pesquisadora nesse grupo durante três anos como bolsista de iniciação científica e de

extensão universitária. Esta inserção despertou o interesse em conhecer as histórias de vida e o processo de construção social do “ser mulher” dessas mulheres que são migrantes, de origem rural e que se mudaram para a cidade há aproximadamente 40 anos.

Para apreender a realidade cotidiana, utilizou-se como técnicas de construção de dados a observação do cotidiano, a história de vida e a entrevista aberta. A observação permite ao pesquisador um acompanhamento prolongado e minucioso do universo a ser estudado (PALMEIRAS, 1977 apud GOLDENBERG, 2004), bem como possibilita identificar determinados fatos sobre os quais os sujeitos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento, como por exemplo: os valores, a tradição, a cultura, as ideologias. Esta técnica possibilita descobertas e o contato mais direto tanto com a realidade quanto com o pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Neste estudo, optou-se adotar o termo “visitas” ao invés de observação, uma vez que percebeu-se certo desconforto das participantes com relação a este. Assim, por meio do termo “visitas” buscou-se maior informalidade e aproximação com as mulheres. Por meio desta técnica foi possível conhecer o atual cotidiano familiar dessas mulheres.

Com relação às entrevistas realizadas, a história de vida refere-se a um tipo de entrevista em profundidade e tem por objetivo compreender uma vida, ou parte dela, e os diferentes contextos vividos pelos sujeitos, bem como desvelar e/ou reconstituir processos históricos (SOUZA, 2006). A entrevista aberta consiste em uma entrevista não estruturada rigidamente que possibilita ao entrevistado maior liberdade para se expressar.

As entrevistas tiveram por objetivo conhecer o cotidiano vivenciado pelas mulheres ao longo de suas histórias de vida e ocorreram em forma de conversas informais durante sucessivas visitas às residências das participantes. Por meio destas conversas também criou-se um ambiente de diálogo e de maior interação entre a pesquisadora e as pesquisadas.

Assim, as narrativas constituíram a matéria-prima para o conhecimento do cotidiano, pois encontram-se carregadas de conhecimento e de informações sobre o modo de como reproduzem ou modificam as normas socialmente construídas, bem como os sentimentos de afetos e daquilo que foi mais significativo para essas mulheres.

Os dados obtidos foram analisados a partir da sistematização dos conteúdos das falas e das observações realizadas durante as visitas de campo e, posteriormente, organizados em ordem cronológica dos fatos.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção, apresenta-se e discute-se os resultados que estão divididos em duas subseções. A primeira delas traz o perfil das participantes bem como suas trajetórias de migração. A segunda retrata o cotidiano das mulheres migrantes e a construção do ser mulher.

### 6.1. Quem são as mulheres participantes e suas trajetórias de migração

As participantes Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês, com as quais pode-se conviver durante algumas de suas experiências cotidianas, têm origem rural. Elas nasceram e viveram por determinado tempo na “roça” e, para elas, esse espaço vai além do local onde era plantado o milho, o feijão e o arroz. As lavouras de café significa também os limites onde se localizava a casa da família e a vizinhança, sendo esta formada principalmente por amigos e parentes próximos. Dona Maria e Dona Carmem nasceram na zona rural do município de São Miguel do Anta-MG, localizado na microrregião de Viçosa, especificamente, nos Córregos chamados Guaiana e Fatura, respectivamente. Dona Inês, por sua vez, nasceu na zona rural de Viçosa na fazenda “Boa União”.

Minha origem, minha terra natal é São Miguel, eu morava na Guaiana, depois nós mudamos pra região chamada Muqueca. Porque era terreno de fazendeiro né, se não tivesse alguém na casa que trabalhasse pra eles, eles não deixava a gente ficar no terreno, meu pai era muito doente também né, e nós éramos muito pequenos, era só eu dentro de casa, porque meu irmão já trabalhava pra fora, ele era mais novo, mas já trabalhava fora, era só eu dentro de casa, aí eu não tava podendo trabalhar com ele (fazendeiro), disse que eu era muito pequena e o serviço era muito pesado, aí eles pediam a casa, aí a gente tinha que mudar (Dona Maria, 24/07/2014).

Ah eu morei na roça, aí quando eu saí da roça eu tinha uns 14 anos, nós viemos cá pra São Miguel, nós moramos lá da Fatura sabe, no terreno dos outros também, depois nós moramos pra lá do Sem Peixe (Dona Carmem, 16/09/2014).

Eu nasci na fazenda Boa União, que fica depois do Acamari (Bairro de Viçosa) (...) dentro do Acamaria era roça plantava um monte de coisa, plantava milho e hoje virou condomínio né?! (Dona Inês, 27/07/2014).

Os pais das participantes também eram de origem rural. Eles nasceram e cresceram na mesma região de origem das filhas, com exceção do pai de Dona Inês que era da zona rural de Teixeiras, cidade vizinha à Viçosa. Eles trabalhavam no campo como meeiros para os fazendeiros e moravam com a família nos terrenos dos patrões, pois não detinham a propriedade da terra. Na condição de meeiros, todos os membros da família trabalhavam desde as mulheres até as crianças menores e, em determinados casos, os “filhos-homens” ainda pequenos, também trabalhavam para outros fazendeiros

e sitiante da região para poderem receber algum dinheiro. É preciso destacar que esse sistema de parceria não consistia apenas na divisão da produção agrícola, pois era também uma forma de estar no mundo, era uma condição social na qual estas famílias pobres, negras e sem estudo se encontravam.

Por serem meeiras, suas famílias se mudavam de tempos em tempos de uma região rural para outra, geralmente, para regiões próximas. Isso ocorria quando o trabalho dos meeiros não eram mais vantajosos para os proprietários ou quando, diante das imposições do patrão, o trabalhador e sua família decidiam deixar as terras ou ainda quando, em situações de doença ou incapacidade do “chefe”, a família não mais produzia como foi o caso de Dona Maria. Com exceção dos pais de Dona Inês que morou por mais de 40 anos na mesma fazenda, vindo a sua mãe de 85 anos a se mudar para a cidade apenas há sete anos por se encontrar viúva e sozinha.

Essas mulheres são de origem de famílias meeiras, pobres, numerosas e negras. Assim, elas constituem um grupo específico que, historicamente, faz parte de um grupo maior de pessoas que tiveram e ainda têm menor acesso às oportunidades. Dessa forma, a migração campo/cidade para elas ocorreu devido a uma condição de exclusão social e de dificuldades financeiras nas quais se encontravam. Todas buscaram na cidade a oportunidade de se empregarem de forma remunerada e de terem melhores condições de vida, o que aponta para a desistência delas em continuarem na condição social de moradoras e de trabalhadoras rurais para se tornarem moradoras e trabalhadoras urbanas.

Apesar de compartilharem condições semelhantes, as histórias de vida dessas mulheres são individuais e sentidas de forma desiguais devido às próprias diferenças pessoais.

Dona Maria é mãe de três filhos, avó de sete netos, casada há 40 anos, tem 63 anos de idade e reside no bairro Santo Antônio há aproximadamente 42 anos. Atualmente ela se dedica ao trabalho doméstico e ao cuidado de três netos para que sua filha possa trabalhar. Ela migrou para a cidade aos oito anos depois que seu pai ficou doente e foi mandado embora das terras onde viviam. Ela é a segunda filha de uma família composta por quatro irmãos maternos e paternos e por seis irmãos paternos, uma vez que seu pai foi casado duas vezes, sendo ela filha do segundo casamento. Dona Maria ficou órfã de mãe aos três anos de idade e foi criada pelo pai e pela irmã mais velha. Para conseguir sobreviver, ela saiu da roça para trabalhar como babá e empregada doméstica na cidade de Juiz de Fora aos oito anos de idade.

Eu não tinha nem pai e nem mãe, meu pai sempre muito doente e eu fiquei órfã de mãe com três anos. Pra sobreviver tinha que trabalhar né?! (...) Eu fui criada mesmo em Juiz de Fora, eu fui pra lá com sete/oito anos e voltei com

18. Já a trabalho tá! Com sete/oito anos eu já fui pra trabalhar, eu tomava conta de duas crianças, e hoje são mais velhos do que eu! (...) tinha que trabalhar para sobreviver (Dona Maria 19/08/2014).

A mudança de Dona Maria para a cidade consistiu em uma “migração forçada” ou “migração compulsória” como denominou Gonçalves (2001), ou seja, diante do quadro de exclusão social em que ela e sua família se encontrava, ela deixou sua terra e sua gente não por livre ato, mas por questão de vida ou de morte.

Aos 18 anos de idade, ela decidiu retornar para mais perto da região onde passou sua infância e conseguiu emprego como empregada doméstica em Viçosa-MG onde permaneceu e conheceu seu marido, também de origem rural, da cidade de Canaã. Aos 21 anos, Dona Maria se casou e se mudou para o bairro Santo Antônio onde ela e seu marido construíram uma casa e criaram seus filhos e onde atualmente, recebem os netos. Ela e sua família residem no bairro desde 1972.

Após dedicar mais de 30 anos ao emprego doméstico, Dona Maria decidiu trabalhar como cozinheira em dois restaurantes da cidade onde permaneceu por 14 anos. Nesse período, ela também conciliou o trabalho de lavadeira em sua casa a fim de aumentar a renda familiar.

Então quando ela (a filha) fez quatro anos, ai eu comecei a trabalhar de dia no restaurante, também ne restaurante não fica muitas horas nada, lá eu pegava das 10 as 4:30 por aí. Mas ai tava dando trabalho pra poder eu levar eles pra aula né?! Ai eu mudei o horário de trabalhar, passei trabalhar à noite das seis à meia noite. Ai eu levava eles pra aula, buscava, deixava dentro de casa, deixava de banho tomado, dava janta e ia pro serviço (...) E ai eu pus ela (filha) na aula da crechinha, pra eu poder lavar roupa pra fora, eu lavava roupa pra fora também, pra estudante e família (Dona Maria, 24/07/2014).

Para cuidar dos filhos, ela teve que mudar a rotina de trabalho para o período noturno. Assim, além de se dedicar ao trabalho doméstico de sua casa, do cuidado com os filhos e da lavagem das roupas para “fora”, ela também trabalhava como cozinheira à noite, evidenciando uma árdua jornada de trabalho. Apesar das atividades pesadas e do esforço físico exigido, tanto no trabalho doméstico quanto no trabalho de cozinheira, Dona Maria falou orgulhosa “Eu já trabalhei demais moça, meu Deus do Céu! (...) eu trabalhei mesmo, Graças a Deus, louvado seja Deus!” (Dona Maria, 24/07/2014).

Com o passar dos anos, seus três filhos se casaram e saíram de casa e apenas a sua filha mais nova continuou morando próximo, na piso superior da sua casa. Depois dos filhos “criados” e dos netos nascendo, Dona Maria decidiu parar de trabalhar fora de casa para se dedicar ao trabalho doméstico da sua residência, à organização de festas aos finais de semana e de romarias para festas religiosas em cidades vizinhas. Contudo, nos últimos dois anos ela tem sofrido com fortes dores nas pernas e na coluna, o que a

impede de fazer tais atividades e o que a faz sentir impaciente. Ela argumenta que “eu to impaciente por não está podendo andar direito e poder trabalhar, eu não to podendo fazer nada” (Reunião 05/06/2014).

Nos últimos seis meses, ela se encontra debilitada fisicamente e passa os dias em repouso aguardando uma cirurgia. Entretanto, se considera a chefe da casa, a principal responsável pela organização familiar, pelo cuidado com os netos e de alguns dos afazeres domésticos, pois sua filha se responsabilizou pelos seus trabalhos domésticos que exigem maior esforço físico. Dona Maria passa a maior parte do tempo se dedicando às orações e às missas que assiste pela televisão.

Com relação à Dona Carmem, ela é mãe de quatro filhos, avó de dois netos, é casada há 40 anos, tem 60 anos de idade, mora no bairro há 42 anos e se ocupa de forma remunerada como servidora pública na UFV no cargo de serviços gerais no abatedouro da instituição. Ela é a segunda filha de uma família composta por seis irmãos sendo ela a única mulher. Viveu na roça durante toda a infância e parte da adolescência. Aos 14 anos, ela e sua família se mudaram para a cidade de São Miguel do Anta.

Nós morou na roça, ali na chegada de São Miguel ali, perto do Sem Peixe, depois nós mudou pra São Miguel, pro Rosário, ai nós morou lá no Rosário, quando pai começou a trabalhar na prefeitura, porque na roça dava muito pouco (Dona Carmem, 16/09/2014).

Diante da baixa produtividade e da renda familiar insuficiente, o pai de Dona Carmem deixou a “roça” e a condição social de meeiro para se empregar na prefeitura do município em troca de um salário fixo. No entanto, algum tempo depois, com a mudança de prefeito na cidade, seu pai foi ficando sem emprego, então o pai e a família decidiram ir para o Rio de Janeiro onde um tio já trabalhava e morava.

Depois antes de nós vim praqui nós foi pro Rio, nós moramos dois anos lá no Rio, depois que nós viemos e ficamos aqui em Viçosa, ai voltamos todo mundo pra São Miguel, ai minha mãe resolveu não ficar lá mais, e os meninos foi tudo crescendo todo mundo foi ficando sem serviço. (...) Meu tio já tava lá né, ai levou nós pra lá, mas chegou lá mãe não gostou do clima, porque muita maconha, que existe há muitos anos, muito roubo, então ela disse “não vou ficar aqui não” (Dona Carmem, 19/07/2014).

Na “cidade grande” eles moraram por dois anos, porém a dificuldade em se adaptarem às condições da favela carioca devido a presença constante de roubos e de drogas fez com que a família retornasse para São Miguel do Anta. Regressando para a sua cidade natal, Dona Carmem foi convidada por uma tia a se mudar para Viçosa a fim

de lhe fazer companhia e também para trabalhar como empregada doméstica na casa de uma família conhecida.

Quando eu vim praqui eu tinha uns 16 anos, 16, 17 anos por aí, que eu tinha quando eu vim praqui. Minha tia, que morava aqui, foi lá em casa pedir pra pai, para me chamar pra morar com ela, porque os filhos dela tinham ido embora pra trabalhar em Ouro Preto, e aí ela arrumou pra eu trabalhar na casa de uma família de São Paulo, pra cuidar de uma criança de seis anos. Eu magrinha tinha que correr pra lá e pra cá atrás (risos)! (Dona Carmem, 19/07/2014).

Ao chegar a Viçosa, aos 16 anos, ela trabalhou como babá e empregada doméstica em várias “casas de família”. Após dois anos, os pais e os irmãos de Dona Carmem também decidiram se mudar para Viçosa, pois nesse período, início da década de 70, a cidade se tornara fonte de empregos devido à ampliação do campus da UFV.

Dona Carmem, ao contrário da mudança campo/cidade de Dona Maria, veio para a cidade em busca de outra profissão, pois, mesmo já residindo na cidade, ainda trabalhava sazonalmente nas “panhas de café”. Ela vislumbrou na mudança uma maior independência econômica e pessoal. Sendo assim, ela conta que “Eu falei com eles: “eu não vou panhar café mais não!” E os meus irmãos também cresceu, já tava tudo indo pra aula, não precisava mais de eu ficar tomando conta deles, aí eu vim pra Viçosa pra trabalhar!” (Dona Carmem, 19/07/2014).

Em busca do trabalho remunerado, Dona Carmem foi o primeiro membro da família a se mudar e a se empregar na cidade de Viçosa, sendo posteriormente, seguida pelos pais e pelos irmãos. Foi ela, a única “filha-mulher”, quem abriu a porta para a migração do restante da família, diferente do processo migratório ocorrido na região. Neste contexto, o primeiro membro a migrar para a cidade era o pai na busca de emprego e de moradia seguido, posteriormente, pelos “filhos-homens” mais velhos que também buscavam se empregar e, por fim, migram as “filhas-moças” para se empregarem no setor de serviços, principalmente, em atividades domésticas remuneradas e as mães para acompanhar os filhos e o marido (LOPES, 1983).

Segundo Faria e Macedo (2013), a migração além de ser uma escolha racional, também consiste em estratégias familiares nas quais tanto os homens quanto as mulheres estão inseridos. Essa inserção contribui para novas relações familiares e de gênero, uma vez que, por meio da migração, as mulheres também conseguem se inserir no mercado de trabalho e adquirem certa independência econômica, mobilidade social, acesso a serviços, bem como novas motivações pessoais.

Em Viçosa, Dona Carmem também conheceu o seu marido. Ele e sua família eram da zona rural do município, mas se mudaram para a cidade após o pai conseguir emprego na universidade. Aos 20 anos, Dona Carmem se casou e logo em seguida ficou grávida do seu primeiro filho e, posteriormente, do segundo. Nesse período, ela decidiu parar de trabalhar como empregada doméstica para poder se dedicar à família.

Depois que casei, eu parei de trabalhar fora, logo seguida eu fiquei grávida do Sérgio, um ano depois eu tive a Selma, depois de quatro anos tive Sirlei, e depois de dois anos tive Silvinho, menino pequeno dá muito trabalho, Nossa Senhora! (Dona Carmem, 19/07/2014)

A presença dos filhos pequenos e a falta de equipamentos sociais, como as creches públicas para as crianças pequenas, a impedia de retornar ao trabalho remunerado fora de casa.

Após dois anos de casada e morando com a sogra, em 1976, Dona Carmem, os dois filhos e o marido se mudaram para o bairro Santo Antônio, principalmente, devido aos terrenos a baixo preço e pela proximidade com a família de Dona Carmem que já residia no referido bairro.

Durante os primeiros 10 anos de casada, ela se dedicou ao trabalho doméstico de sua casa, cuidando dos seus filhos e exercendo a atividade de lavadeira, trabalho este que era realizado em sua residência e de forma remunerada. Por meio dessa atividade, ela pôde conciliar o cuidado com os filhos e contribuir com a renda da família.

(...) eu lavava muita roupa, fizeram aquele Pombal, que só vinha gente estranho, de outra cidade pra ficar ali, aquele tempo o pessoal pagava muito bem pro pessoal lavar a roupa. Menina, eu peguei a roupa pra lavar, mas eu ganhei dinheiro demais com a roupa do Pombal ali pra lavar (Dona Carmem, 16/09/2014).

Com o desenvolvimento da universidade no período da década de 70, muitos estudantes de graduação e de pós-graduação bem como os professores vieram para Viçosa. Diante do número crescente da população nessa época, grandes apartamentos passaram a ser construídos na cidade para abrigar essas “pessoas de fora”, sendo o Edifício Marquês de Pombal, antigo edifício do bairro Santo Antônio, destinado a essas pessoas. Assim, por demandarem mão de obra para o cuidado de suas casas e de suas roupas, os recém-chegados acabavam oferecendo serviços de faxineira e de lavadeira às mulheres do bairro.

Após se ocupar, durante 10 anos, com a atividade de lavadeira, Dona Carmem, aos 30 anos, conseguiu emprego na universidade no cargo de serviços gerais no abatedouro da instituição. Ao retornar para o trabalho fora de casa, ela se sentiu temerosa em deixar a

casa e os filhos por longos períodos, porém sua mãe prontamente propôs auxiliá-la no cuidado das crianças. Dona Carmem relatou orgulhosa e agradecida à mãe:

Na época minha mãe era viva, ela falou comigo assim: “não, a hora que seus meninos crescerem, o quê que você vai fazer dentro de casa, não tem nada pra você fazer dentro de casa?! Eles vão estudar, vão sair e você vai ficar sozinha dentro de casa. Continua no serviço lá que a gente pode olhar os menino! (...) Mãe me ajudou demais quando esses meninos tava pequeno (Dona Carmem, 19/07/2014).

Graças ao auxílio da mãe ela pôde conciliar o trabalho remunerado fora de casa com o trabalho doméstico. Evidenciando, assim, o apoio entre as mulheres da família a fim de manter a sobrevivência e a organização familiar. Além disso, por meio da sua contribuição, a mãe permitiu que a filha se inserisse efetivamente no mercado de trabalho, quebrando o “ciclo vicioso” de que o “lugar da mulher é dentro de casa” e possibilitando a filha o que ela própria não teve, ou seja, o auxílio no cuidado com os filhos.

Atualmente, três dos seus filhos se casaram e se mudaram e um, ainda solteiro, reside com ela e o marido. O cotidiano de Dona Carmem é organizado em torno do trabalho remunerado de 07:00 às 17:00 horas no abatedouro da universidade, onde ela trabalha há 30 anos. Ela também cursa o ensino fundamental no período da noite, frequenta as reuniões no Conselho de Saúde, na Associação dos Moradores, na Pastoral do Idoso e nas demais atividades da igreja, além de se dedicar ao trabalho doméstico. Dona Carmem possui grande participação nas atividades da comunidade, evidenciando também uma participação política dentro do bairro e nas relações sociais dos grupos que ela frequenta, fato este que a destaca dentro desse grupo de mulheres.

Dona Inês, a terceira mulher participante do estudo, é mãe de sete filhas, avó de 10 netos e bisavó de três. Ela tem 60 anos de idade, é casada há 42 anos, mora no bairro há 38 anos e, atualmente, se ocupa das atividades domésticas da sua casa, do cuidado com a sogra, dos três netos que residem por cima da sua casa e do cuidado com a mãe doente. Ela é a terceira filha de uma família de 11 irmãos, trabalhou durante toda a adolescência junto com o pai e seus irmãos nas plantações e, aos 17 anos, se casou com um rapaz que também trabalhava na fazenda onde ela morava.

Eu morei na roça a infância toda, né?! Casei, depois que casei que eu vim. (...) Porque meu marido arrumou emprego na universidade, né?! (...) Ai o patrão tinha que pôr outro lá, depois que ele arrumou emprego eu ainda fiquei, nós ficamos lá três meses, mas como era difícil, os três meses! (expressão de tristeza) Porque lá ele tirava leite, então dele ir pra universidade, eu que tinha que fazer esse trabalho, três meses eu que tinha que fazer, tinha que fazer queijo, e com as meninas que eu já tinha né?! Era um aperto! (Dona Carmem, 22/07/2014).

Depois do casamento, ela e o marido se mudaram para outra propriedade da região, onde o marido também trabalhava como meeiro. Nesse novo sítio, Dona Inês também trabalhava no plantio e na colheita. Após cinco anos de casada, o seu marido conseguiu um emprego na universidade e, por desejar uma vida melhor e menos sacrificante, ele decidiu se mudar com a família para a cidade. O marido foi o primeiro membro a se mudar a fim de encontrar uma casa para a família e de se estabelecer no emprego. Durante três meses, Dona Inês relatou, com expressão de tristeza e de sofrimento, que ela e suas três filhas pequenas tiveram que permanecer na roça para que o marido pudesse se estabelecer na cidade. Nesse período, ela assumiu parte do trabalho da fazenda que era realizado por ele, tendo que conciliá-lo com o trabalho doméstico e com o cuidado com as suas filhas. Segundo Lopes (1983), esse fato evidencia que diante desse quadro de mudanças, de transitoriedade e de instabilidade, a família se organiza de diferentes formas para manter a sobrevivência, havendo mudanças principalmente na divisão social e sexual do trabalho. Assim, a mulher, no meio rural, também exerce uma função econômica, uma vez que assume atividades consideradas “produtivas”.

Com a mudança para a cidade, a família de Dona Inês deixou a condição social de meeira para ser assalariada no meio urbano. Aos 22 anos de idade, casada e com três filhas, Dona Inês migrou para a cidade, especificamente, para o bairro Santo Antônio, em 1976. Em Viçosa, durante 10 anos, ela se ocupou como faxineira e como lavadeira prestando serviços para alguns estudantes da UFV e nas “horas vagas” trabalhava como costureira. Ela relatou orgulhosa o quanto trabalhou durante a sua vida.

Comecei fazer faxina, ai eu comecei fazer, olha pra você ver como é que eu trabalhei, comecei fazer faxina pra estudante, eu fazia uma costura, costurava também, fazia alguma costura (...), e peguei costurar, e além de costura peguei fazer bolo também de casamento, aniversário (...) pra ajudar mais, na renda mais. (...) Eeee, eu passava apertada demais, tinha final de semana que saia dois, três bolo de aniversário, casamento. Depois eu parei de fazer faxina, porque essa filha minha que faleceu, já tem 5 anos, aí ela pegou dá muito problema, eu tinha que ficar, no dia da faxina eu tinha que ficar matando as faxina né, não podia ir, às vezes ela precisava ficar internada no hospital. Quando adoecia era eu que cuidava. Desde os 17 anos que ela tinha um probleminha, ai eu peguei e parei de fazer, parei de fazer as faxina, ai desisti das faxina. Ai fiquei mais em casa ai eu continuei fazendo os bolo. (...) E peguei mexer com salgado, e sai à noite pra trabalhar no bufê (...). Eu ia trabalhava a noite inteira. (...) Eu trabalhei de mais mesmo! Hoje eu não trabalho tanto assim (Dona Inês, 27/08/2014).

Dona Inês tinha uma jornada de trabalho extensa. Durante a semana, ela trabalhava como faxineira e lavadeira e aos finais de semana se dedicava às costuras e à confecção de bolos para festas. No entanto, teve que “parar as faxinas” quando uma das suas filhas adoeceu, pois era a única responsável por acompanhá-la ao hospital, “era ela

quem cuidava”, o que deixa evidente a sua “disponibilidade” materna para o cuidado com os filhos.

Diante da condição da família, ela decidiu trabalhar dentro de casa fazendo bolos e salgados para festas e, aos finais de semana, durante à noite, trabalhava como garçõete em eventos da cidade com o intuito de continuar contribuindo para a renda. Após a morte da sua filha, Dona Inês teve que, novamente, se dedicar a cuidar de sua sogra que adoeceu e foi morar junto com sua família.

(...) antes eu não podia sair por causa da minha filha, tinha que administrar os remédios, porque ela tinha um probleminha de cabeça, tinha que mandar ela tomar os remédios, minha filha morreu, acho que não passou nem um ano, minha sogra veio pra cá, e era aquela correria, minha sogra hoje quase não sai não (Dona Carmem, 22/07/2014).

Percebeu-se em seus relatos o sentimento de cansaço, pois o cuidado com a sogra lhe demandava tempo e lhe impedia de fazer o que gostava como, por exemplo, trabalhar fazendo salgados para vender. Segundo Dona Inês, ela foi a única que abdicou das atividades que fazia para cuidar da idosa, pois, mesmo aposentado, o marido continuou trabalhando fora e as suas cunhadas não se disponibilizavam a compartilhar as atividades de cuidado. Sendo assim, ela acaba se sentindo desrespeitada e subjugada aos seus familiares.

Hoje, Dona Inês não se dedica mais ao trabalho remunerado fora de casa e o seu cotidiano é organizado principalmente em torno do trabalho doméstico e do cuidado com a sogra, dos três netos que residem no piso superior da sua casa e da sua mãe adoentada. Ela cuida dos netos para que as suas filhas possam trabalhar. Por se dedicar “apenas” ao trabalho da casa e ao cuidado com os membros da família, ela acredita que não trabalha mais como antes e que “hoje trabalha menos”. Para se distrair das “obrigações domésticas” ela participa das reuniões do grupo de reflexão do bairro, o único momento dedicado a si.

Diante desses breves relatos, percebeu-se que, ao longo das suas vidas, essas mulheres enfrentaram dificuldades financeiras e, de certa forma, também raciais, em decorrência da discriminação e das desigualdades sociais. Entretanto, cabe ressaltar que elas não mencionaram a cor da pele como fator determinante para essa situação de exclusão social e de pobreza. Isso pode ocorrer pelo fato das discriminações sofridas pelos negros, no cotidiano, estarem escondidas e/ou camufladas na sociedade, sendo difíceis de serem identificadas pelos próprios sujeitos. Além disso, eles mesmos nem sempre reconhecem suas situações desfavoráveis como sendo resultante de discriminação racial, desigualdade e preconceito.

O deslocamento do campo para a cidade, mesmo que em diferentes contextos familiares, evidenciou como esta mudança sócio espacial está relacionada também com um quadro maior de exclusão social vivenciado pela população rural no Brasil, uma vez que, não encontraram no campo um acesso ao trabalho digno e à uma renda fixa e suficiente para a manutenção das necessidades da família. De acordo com Gonçalves (2001), as diversas e complexas motivações para a migração estiveram, e ainda estão, relacionadas a um contexto mais amplo como o desemprego rural, as transformações do trabalho no campo, bem como o empobrecimento dos pequenos produtores.

No caso das famílias aqui citadas, elas não mais conseguiram manter-se por meio do trabalho na terra devido ao contexto social e econômico vivenciado pela região. A Zona da Mata Mineira, onde se encontra inserida a cidade de Viçosa e a sua microrregião, sofreu um gradativo empobrecimento devido à crise do café na década de 30. Como consequência, os produtores substituíram os cafezais por pastagens e por plantações de culturas tradicionais de forma extensiva. Com a pauperização gradual nas décadas seguintes, a população rural da região não teve acesso aos novos modos de produção agrícola, bem como se encontraram sem perspectiva de emprego nas fazendas.

Diante desse contexto, a cidade de Viçosa-MG tornou-se um atrativo para a população rural devido à Universidade Federal de Viçosa que, entre as décadas de 30 e início da década de 70, demandava mão de obra pela sua expansão física e acadêmica, bem como para o setor de serviços da cidade (BIFANO, 2010; LELIS, 2011).

Dessa forma, não foram apenas as metrópoles as únicas receptoras de migrantes, pois as pequenas e as médias cidades também absorveram e ainda continuam absorvendo o grande fluxo de êxodo rural, fato este ocasionado, principalmente, pelas notícias de desemprego e de violência que assolam as capitais (GONÇALVES, 2001).

## **6.2. O cotidiano das mulheres migrantes e a construção do ser mulher**

Para conhecer a história da vida cotidiana dessas mulheres, buscou-se durante os momentos de interação atribuir importância às falas e às situações do cotidiano, reconhecendo que “[...] a fonte primeira de todo o conhecimento é o cotidiano, é o vivido” (PAIS, 2003, p.47). Para tanto, foi necessário uma escuta atenta das suas histórias para que fosse possível descobrir o que se encontrava tão banalizado e naturalizado no cotidiano.

A história de vida das mulheres migrantes remonta a época em que elas viveram na zona rural, período este marcado pela infância. É comum que as pessoas, ao se recordarem dessa fase da vida, relatem as brincadeiras, as malandragens, as meninices, a

escola e os colegas. Entretanto, ao se recordarem desse período, as mulheres se lembraram, principalmente, do trabalho cotidiano e das dificuldades financeiras vivenciadas pela família, fatores estes que foram determinantes para a busca futura de melhores condições de vida na cidade.

Essas mulheres, como já dito, são de origem de famílias numerosas e meeiras que residiam em propriedades cedidas por um patrão. Em troca da moradia, seus pais se comprometiam a dividir a “meia” tudo que fosse plantado e colhido durante o ano. Assim, para plantar e colher maior quantidade de milho, feijão e arroz, seus pais levavam consigo toda a família para o trabalho nas plantações como elas relataram.

Ia tudo pra roça, meu pai toda vida trabalhou na roça, meu pai morreu na roça, então quando ia plantar, ia todo mundo, a família toda, rapidim capinava tudo, plantava. (Dona Inês, 22/07/2014).

Lembro, os dias era tranquilo, assim, meu pai levava a gente pra roça, eu sei que era eu e minha irmã, era mais pra gente samiar os grãos né. Porque eu não aguentava a capina, eu era muito nova ainda, mas plantava feijão, milho, arroz, né. Tinha que ajudar ele plantar essas coisas pros outros, porque ele trabalhava pros fazendeiros. (Dona Maria, 24/07/2014).

(...) a gente tinha que ir lá (no brejo) esgotar aquele brejo, fazer aqueles córregos assim oh! (...) ai aquela parte que ficava seca, a gente ia e plantava o arroz, nós trabalhava na roça também, trabalha também, trabalhei muitos anos na roça, arrumando terra de feijão, plantando feijão, plantando milho. Só milho que eu não capinava, porque cortava a gente tudo (risos)! (Dona Carmem, 16/09/2014).

Para que a família pudesse plantar uma maior extensão de terra e, simultaneamente, mais de um alimento (milho, feijão e arroz), para vender e para a subsistência era preciso que as crianças, ainda pequenas, também participassem do trabalho nas plantações. Percebeu-se, assim, que a família (pai, mãe e filhos) constituía uma unidade de produção de mercadorias, bem como uma unidade de reprodução tanto biológica quanto de valores, de educação e de ideologias.

A vida cotidiana na “roça” era organizada, portanto, em torno do “trabalho da roça” e do “trabalho da casa”. O primeiro compreendia principalmente o preparo da terra para o plantio, a capina e a colheita. Especificamente, a “panha do café” era realizada pelas mulheres da região nos meses de março a junho. O segundo envolvia o processamento dos alimentos, o preparo da comida, o cuidado com a horta e o terreiro, a lavagem das roupas, o cuidado com as crianças menores, a limpeza da casa, a costura ou feitura das roupas, atividades estas que eram de exclusividade das mulheres da família, das mães e das suas “filhas-moças”.

(...) lá na roça cada um tinha uma tarefa, era muita gente, nós mesmo quando trabalhava, a minha mãe tava, mesmo se a gente trabalhava fora, mas chegava em casa tinha uma tarefa de ajudar ela. Chegava final de semana, ela gostava

de fogão de lenha né, nós ariava tudo, tinha a Lúcia minha irmã que era a dona de ariar as vaziada tudo, tinha um estaleiro assim na porta da cozinha, ariava tudo, punha brilhando lá. Minha irmã mais nova era que limpava o terreirão, ai ela pegava pra limpar os terreiros desde a estrada e ia limpando, aquelas árvores que caia muita folha né. (...) E você acha que os homem ajudava?!Ajudava nada... Ajudava, assim, picando uma lenha. (Dona Inês, 27/04/2014).

As atividades da casa eram divididas entre as mulheres da família. Cada uma delas tinha uma tarefa específica para ser realizada e, mesmo quando elas trabalhavam de forma remunerada para fora, isso não as eximiam da tarefa que a mãe determinava para ser cumprida aos finais de semana.

Apesar do ambiente da casa e do terreiro se confundirem, bem como as atividades de “produção” e de “reprodução” uma vez que se complementavam e ocorriam simultaneamente na “roça”, percebeu-se a existência de uma divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais entre o homem e a mulher no cotidiano rural. Divisão esta que se mostrava injusta para com a mulher, pois o homem se ocupava exclusivamente das atividades que envolviam o “trabalho da roça”, cabendo a ele a figura de pai e provedor da família. Por outro lado, além de ser a única responsável pelo trabalho doméstico e do cuidado com as crianças a mulher também tinha a “obrigação” de “ajudar” seus maridos no “trabalho da roça”, cumprindo uma dupla jornada trabalho, bem como os papéis de “boa mãe”, “esposa cuidadosa” e “dona de casa dedicada”.

E lá na roça trabalhava demais! Levantava minha filha, oh tomava um cafezinho e ia trabalhar, eu levantava cedo, toda vida eu levanto é cedo, lá na roça eu levantava era 5 horas, porque meu marido levantava, eu também pulava! Ele ia tirar o leite né?! Soltar as vacas pro pasto, pra depois mexer com as planta, e eu também ia, ia com ele junto pra roça, ia pra roça (...) O trabalho da casa era tudo corrido né?! Era mais no final de semana que dava uma geral, deixava o serviço da casa pra lá e ia pra roça. Ai essas meninas minha mais velhas, na “panha” de café, eu levava elas pra lá, em tempo de cobra morder elas, eu punha elas na apanhadeira e deixava elas lá dormindo, e ia colher o café, vida na roça é bem difícil! Porque se quiser ter as coisas tem que trabalhar, porque se não trabalhar não tem né?! (Dona Inês, 22/07/2014).

O relato de Dona Inês evidencia a participação feminina no trabalho da roça. Para conciliar tal atividade com o cuidado com as filhas, ela as levava consigo, ainda bebês, para as lavouras de café. Ela destaca que a vida no campo era difícil e que para ter “alguma coisa era preciso trabalhar”, evidenciando que, apenas as atividades remuneradas ou as atividades que geram produtos para serem vendidos como a “panha do café” e “mexer com as plantas” eram consideradas atividades de trabalho.

Dessa forma, além das atividades domésticas, as mulheres na roça também cumpriam atividades “consideradas masculinas”, pois tinham em comum com o trabalho dos homens as atividades de plantar, capinar e colher. Assim, elas também tinham uma função econômica na estrutura familiar, pois o trabalho realizado por elas nas plantações era socialmente necessário para a produção, reprodução e manutenção da família na propriedade. Entretanto, percebeu-se que a participação feminina no “trabalho da roça” era visto pelos membros da casa como uma “ajuda” aos maridos, fato que trazia invisibilidade ao trabalho da mulher.

Sendo assim, “o trabalho na roça torna-se uma extensão do trabalho doméstico (...), ou seja, o trabalho na roça é sempre apresentado como uma prática de ajuda e, assim, definido por ela como uma atividade secundária e subsidiária ao do marido” (LOPES, 1983, p.88). Essa “ajuda” era subestimada tanto pela família quanto pela própria mulher, mesmo que sua dupla jornada de trabalho a tornasse contribuinte efetiva para a manutenção da sobrevivência e para a reprodução social.

Segundo Lopes (1983), na condição social de pequenos produtores e de meeiros, é possível perceber, dentro das relações familiares, que os papéis sociais e as funções da mulher assumem uma complexidade maior com relação aos dos homens no quadro da divisão social do trabalho. A autora também destaca que a família, enquanto unidade de produção de mercadorias, busca organizar as funções dos seus membros de acordo com as necessidades de sobrevivência, havendo, portanto, na prática cotidiana, negociações entre as atividades e os papéis sociais entre o homem e a mulher.

O relato de Dona Inês também mostra que nas épocas em que o “trabalho da roça” exigia maior dedicação, principalmente, no plantio e na colheita, o trabalho da casa (especialmente o trabalho doméstico) cedia lugar ao trabalho fora de casa (o trabalho da roça). Assim sendo, durante os períodos de grande demanda do “trabalho da roça” por mão de obra familiar, as atividades relacionadas ao trabalho doméstico eram adiadas pelas mulheres, sendo estas atividades realizadas apenas no final da tarde ou acumuladas para serem realizadas aos finais de semana ou depois que o “trabalho da roça” fosse finalizado. O “trabalho da roça” possuía maior valor e importância econômica e social, pois era considerado produtivo, fonte de renda e de “responsabilidade do homem”, fato este que sobrecarregava a mulher de trabalho.

Essa divisão sexual e social do trabalho também se estendia às crianças, cabendo aos meninos ajudarem o pai no “trabalho da roça” e às meninas ajudarem tanto o pai nas plantações quanto à mãe nas atividades domésticas depois do horário da escola. A fala

de Dona Carmem é representativa das outras mulheres sobre a infância e sobre o difícil cotidiano de trabalho.

Oh, primeiro de manhã ia pra aula, né, estudava de manhã, ai chegava 11 hora, tinha os irmão mais novo, que eu tinha que ajudar olhar né, ai tinha que olhar os irmão mais novo. E ai nós ia pra panha café, chegava da aula, almoçava e ia panhar café, quando dava 6 hora (da tarde) nós chegava. A água era muito difícil antigamente, que hoje as coisa tá bem mais fácil né, ia todo mundo buscar água, ai tinha uma quantidade de água dentro de casa. Depois (...) não existia esse negócio de luz nas casa não, nós clariava com lamparina, lampião, sabe?! Então tinha que colocar o lampião no meio da casa (...) como é que ia estudar com aquilo? Mãe comprava querosena, punha na lamparina, ai a gente colocava a lamparina assim de lado e o caderno aberto. Quem aguenta estudar desse jeito? (...) Aqui nós, sofremos demais, Nosso Deus! Quer dizer os pais da gente sofreram muito mais ainda né! (Dona Carmem, 19/07/2014).

A partir dessa fala é possível perceber que cabiam às meninas a atividade de cuidado com os irmãos menores, o trabalho na roça e o trabalho da casa, especialmente “buscar água” no final do dia na mina ou no ribeirão. Mas se esse cotidiano de trabalho, de falta de energia elétrica e de água encanada, bem como de dificuldades financeiras se mostrava difícil para elas, existe a consciência de que os seus pais sofreram ainda mais no passado. Isso mostra a perpetuação dessa condição social entre as gerações de meeiros, porém houve uma “melhoria” de vida na geração dessas mulheres com relação a dos seus pais.

Apesar da existência de uma divisão sexual do trabalho entre as crianças, percebeu-se que havia também certa flexibilidade entre esses limites, pois era comum, em tempos de calma no “trabalho da roça”, os meninos realizarem também algumas atividades domésticas como, por exemplo, varrer o terreiro, “tirar a lenha”, cozinhar. Entretanto, determinadas tarefas não eram realizadas de maneira alguma, pois eram caracterizadas como sendo “trabalho de mulher”. Segundo Kosminsky e Santana (2006), esse fato ocorre devido às distintas considerações entre os sexos a respeito do conjunto de tarefas que envolvem o trabalho doméstico. Como lembrou-se Dona Carmem,

Eles (irmãos) ia pra roça com meu pai, e os dias que eles tava em casa, todo mundo ajudava, só não lavava roupa e nem varria casa, mas essas parte (capinar o terreiro, cuidar dos arredores da casa) ai eles fazia, se fosse pra fazer comida eles fazia também, até meu irmão que mora em São Miguel, ele sabe fazer brevidade, ele sabe fazer broa (...). (Dona Carmem, 16/09/2014).

As atividades de limpeza da casa e da lavagem das roupas eram consideradas por eles como “atividade de mulher”, ao passo que “cuidar do terreiro” e cozinhar não eram representadas como atividades femininas e, portanto, poderiam ser realizadas por eles. Isso pode ser explicado pelo fato das tarefas do terreiro estarem mais próximas ao “trabalho da roça” e o “fazer comida” estar relacionada a uma questão de sobrevivência.

Assim, mesmo quando os meninos participavam do trabalho doméstico, havia uma reprodução de uma divisão sexual das atividades, pois eles se ocupavam principalmente de tarefas relacionadas ao terreiro, como tirar lenha e a capina de seus arredores.

Percebeu-se que havia uma divisão sexual do trabalho entre os membros da família, pelo menos de forma idealizada, porém no cotidiano essa divisão se modificava de acordo com as necessidades de sobrevivência da família.

As crianças também tinham uma função especial no cotidiano de trabalho. Eram elas as responsáveis por levar o almoço para as pessoas que estavam trabalhando na roça. Era quase uma “obrigação da criança” exercer essa tarefa de grande responsabilidade como também relatou Dona Carmem.

(...) e eles levava nós pra trabalhar, então nós que tinha que levar a comida, saía com uma gamela na cabeça. Ia eu e meus irmãos no canto da estrada, nós encontrava com cachorro bravo, com boi nas estrada (...) E que comida que ia? Feijão com canjiquinha e angu, se aquilo entornava tudo, acabou, até que voltava e cozinhava outra canjiquinha! E o coro que ia tomar também! (risos). (Dona Carmem, 19/07/2014).

Se as crianças não cumprissem com as suas “obrigações” ou se o que fosse determinado pelos pais não ocorresse de acordo com o planejado era comum as crianças sofrerem sanções e castigos físicos como “coros” para que “aprendessem a trabalhar”. Essa jornada de trabalho infantil fez com que as mulheres permanecessem na escola até aprenderem a ler e a escrever e, no caso de Dona Maria foi ainda pior, pois ela apenas aprendeu a escrever o próprio nome e a fazer as quatro primeiras operações matemáticas. Atualmente, ao relatarem a baixa escolaridade, elas se mostraram tristes pela falta de oportunidade para estudarem quando eram crianças. Uma delas relatou que “Porque na gente trabalhar na roça, chegou aquela hora de você ir pra roça, sua mãe não quer saber se você está estudando não! Eu ia na aula de teimosa! Porque mãe não gostava que a gente ia pra aula não!” (Dona Carmem).

A escolha dos pais pelo trabalho em detrimento da educação das filhas se deu tanto pelas dificuldades financeiras da família quanto ao fato de eles acreditarem que as meninas não precisavam estudar para serem mães, esposas e donas de casa. Segundo Silveira e Osterne (2014), o menor acesso à educação corrobora para a reprodução acrítica dessas desigualdades de gênero dentro da família e, conseqüentemente, para uma divisão desigual e sexual do trabalho doméstico.

Percebeu-se como a organização familiar e as relações dos membros da família colocam as mulheres em uma condição social injusta, desigual e hierarquizada em relação aos homens, condição esta que é reproduzida socialmente. No cotidiano, essas

mulheres não têm o costume de fazer uma reflexão crítica sobre o seu lugar social, elas não compreendem as reproduções ideológicas, mas sentem a pressão das normas, das regras e dos valores sociais referentes aos seus papéis femininos.

Segundo Silveira e Osterne (2014), as formas de representação do gênero na sociedade, os símbolos e os conceitos contribuem para a formação social do indivíduo que, desde criança, constrói uma visão naturalizada do poder masculino em detrimento do poder feminino. Esse significado simbólico do que é ser homem repousa na imagem de um ser forte e poderoso, em contrapartida, o ser mulher é visto como um ser frágil, delicado, afetivo. Essa representação social é garantida pela divisão sexual dos papéis designados ao homem e à mulher na sociedade, que por sua vez, são pregados pela religião, pela família, pela educação, etc. Essas instituições buscam manter o cumprimento das normas por meio da coerção social que reproduz e aprofunda as desigualdades de gênero (SILVEIRA; OSTERNE, 2014).

Assim, homens e mulheres são socializados para incorporarem identidades de gênero que são fixadas pela estrutura social e cultural. Ao homem cabe o mundo público, a política, a economia, as grandes decisões enquanto a mulher fica restrita às atividades do mundo doméstico, da produção e reprodução da família e da organização da casa, funções essas que se dão como um prolongamento de seus atributos biológicos (SILVEIRA; OSTERNE, 2014).

Em contrapartida, ao conhecer o cotidiano passado dessas mulheres por meio de suas histórias de vida percebeu-se que, na prática e nas relações sociais, a mulher, na condição social de meeira, quebra o paradigma de mulher frágil, delicado e restrita ao ambiente da casa e se assume também como “trabalhadora da roça” que possui função importante na produção agrícola e na manutenção econômica da família mesmo que sem o devido reconhecimento social.

Com relação ao trabalho doméstico, este por vezes era percebido pelas mulheres como algo sacrificante, isto pelo fato de desde pequenas serem relegadas a ele e também devido à falta de tecnologias domésticas que as auxiliassem nas tarefas. Especificamente, Dona Maria relatou a sua difícil infância relegada ao trabalho da casa e à ausência da mãe.

(...) Fazia também, limpava horta, o quintal, cozinhando, lavando, passando também, com aqueles ferros de brasa, tinha que queimar a lenha pra tirar aquela brasa, pra colocar dentro daquele ferro pra passar roupa, era muito sacrificoso, ficava sofrendo. Mas eu não tinha mãe, minha mãe morreu eu tinha três anos de idade, eu que tinha que fazer (...) (Dona Maria, 24/07/2014).

Constatou-se a presença constante da figura das suas mães durante essa fase das suas vidas, tanto no que concerne ao papel da mãe cuidadora/protetora dos filhos quanto aos ensinamentos da mãe enquanto esposa/dona de casa. Estas ensinavam às meninas os comportamentos e os valores aceitáveis por meio do trabalho doméstico para que, futuramente, também se tornassem “boas mães”, “esposas” e “donas de casa”, com exceção de Dona Maria que aprendeu com sua irmã mais velha. Segundo Santana e Dimenstein (2005), ensinar o trabalho doméstico constitui um processo de socialização em que as mães, avós, tias, irmãs ou outra figura feminina próxima preparam as meninas para o futuro casamento e lhes ensinam como ser uma “boa mulher”.

Para as mães dessas mulheres, à mulher cabia a responsabilidade pelos filhos e pela manutenção da casa, bem como disporá disposição para “ajudar” o marido no “trabalho da roça.” Além dos papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa também era transmitido pelas mães a figura da “mulher religiosa”. Eram as mães que participavam das rezas e das missas de domingo e levavam consigo suas filhas a fim de que elas aprendessem as normas, os valores e os comportamentos propostos pela igreja católica e impostas à mulher. Como contou Dona Inês, “Minha mãe a gente tava tudo pequeno (...) dava nós janta e saia pra passear com nós, outra hora levava pra reza do Cruzeiro, nós fazia muita oração nos Cruzeiro ou mesmo na casa dos outros, sabe?! (...)” (Dona Inês, 27/08/2014).

Ao se recordarem dos momentos dedicados à religião, as mulheres também evidenciaram esses eventos como um espaço de sociabilidade e de socialização onde as mulheres e as meninas “aprendiam” a ser “mulher religiosa”. Além disso, esses eventos se constituíam como espaços de encontro das mulheres para conversarem sobre as novidades da semana, sobre o trabalho doméstico e o trabalho da roça, sobre as crianças, dentre outros assuntos cotidianos. Segundo Biasoli-Alves (2000), esse processo de “catecismo” ocorreu pelo fato de a religião católica, ainda no século XX, ter desempenhado um papel importante na educação das meninas/moças, sobretudo para a manutenção dos valores familiares vigentes e dos papéis femininos de “boa mãe”, “esposa cuidadora”, “dona de casa dedicada” e “cuidadora”.

Assim, a vida cotidiana, no período em que essas mulheres residiram na zona rural, foi marcada pelo “trabalho da roça” e pelo “trabalho da casa”, por meio dos quais buscavam a sobrevivência da família e a sua reprodução enquanto pequena unidade de produção agrícola, bem como pela religiosidade que mantinha a organização social e a transferência de “bons valores”.

No campo, elas permaneceram até encontrarem na cidade a esperança de uma vida melhor, emprego, mobilidade social e acesso aos serviços básicos. Mas, se antes, no cotidiano rural, essas mulheres conciliavam o “trabalho da casa” com o “trabalho da roça”, ao chegarem à cidade elas passaram a conciliar o “trabalho da casa” com o trabalho da “casa de outra família”, porém com outro sentido e significado, pois por meio deste, elas se inseriram no “mercado de trabalho da cidade”. Assim, elas continuaram ocupando-se em postos de trabalho que já eram “naturais” à mulher e de menor prestígio social.

Porque de primeiro não tinha esse negócio de ir e voltar né. A gente vinha e ficava nas casas que trabalhava [...] E sempre cozinhando, lavando, passando, arrumando, cuidando de criança, não é fácil não né! (Dona Maria, 24/07/2014).

(...) Quando eu vim pra aqui eu tinha uns 16 anos, 16, 17 anos por aí, que eu tinha quando eu vim pra aqui. Eu era nova e já trabalhava demais na casa daquele pessoal da M., trabalhei aqui na Vila na casa do professor P., trabalhei na casa de professora N. muito anos atrás, trabalhei um tempão na casa dela. Ai depois que eu e João Bosco começou namorar, ai eu fui trabalhar de faxineira. (Dona Carmem, 16/09/2014).

(...) Peguei trabalhar de faxineira, deixava os meninos em casa, e levantava cedo e fazia almoço e deixava pros menino pronto, ai saia pra fazer faxina, fiz muita faxina pra estudante, lavei muita roupa pra estudante! (Dona Inês, 22/07/2014).

Após a migração, o emprego doméstico e as atividades relacionadas a ele constituíram a principal ocupação e o elemento de fixação dessas mulheres na cidade, sendo estas atividades a única alternativa de trabalho. De acordo com Melo, Pessanha e Parreiras (2002, p.48), no Brasil o emprego doméstico constitui o principal posto de trabalho feminino, uma vez que esse trabalho foi culturalmente construído como o “lugar da mulher” e considerado sem qualificação, sendo essa atividade “o refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade”.

Ao se estabelecerem na cidade de Viçosa, Dona Maria e Dona Carmem se casaram com idade entre 20 e 21 anos, seus maridos também possuíam histórias de vida semelhantes, eles eram de origem rural e migraram para Viçosa também com o mesmo objetivo. Dona Inês se casou ainda mais jovem, aos 17 anos, quando morava na zona rural e seu marido também compartilha a mesma trajetória de vida percorrida por ela e seus familiares. Assim, percebeu-se que estas mulheres migrantes e de classe econômica baixa buscaram se casar com pessoas que compartilhavam os mesmos objetivos, as mesmas trajetórias de vida, conjunto de valores e normas sociais. Bem como constatou Lopes (1983) em seu estudo com famílias de origem camponesa na Zona da Mata mineira, “os matrimônios eram sempre mais comuns entre componentes de um mesmo

segmento social (...) há uma íntima relação entre casamento, cor e grupo social. Interferiam nos arranjos matrimoniais critérios e valores morais implícitos ao grupo” (LOPES, 1983, p.78).

Elas se casaram muito jovens, mas para Dona Maria e Dona Carmem o casamento ocorreu após já estarem inseridas no mercado de trabalho, fato este que pode explicar o casamento “tardio”, ao passo que, por ainda estar morando na casa dos pais, Dona Inês encontrou no casamento “prematureo” a liberdade. Além disso, no meio rural, as mulheres eram estimuladas a se casarem muito jovens tanto pela pressão dos pais quanto pela religião. Com o casamento, essas mulheres se tornaram múltiplas, assumindo e acumulando os papéis sociais de esposa, mãe, dona de casa e trabalhadora remunerada.

Depois de casadas, elas se mudaram para o bairro Santo Antônio, Dona Maria e Dona Carmem em 1972 e Dona Inês em 1976 e, nesse período, o bairro não possuía infraestrutura urbana, o que assemelhava sua área com as condições rurais de moradia.

Num tinha luz quando viemos pra aqui, não tinha água, num tinha rede, num tinha nada não! Aqui pra cima aqui, saindo na rua aqui, isso tudo aqui era pasto, ai tinha a casa dos meus pais, tinha casa ali pra frente, era pouquinha casa que tinha aqui. (Dona Carmem, 16/09/2014).

Não tinha água de rua no nosso bairro, gente quando eu ganhei essa menina, eu passei um aperto, era aquela mulher da casa de lá ali de baixo que trazia água pra mim e enxia um tamborzão que tinha ai encostado (Dona Maria, 24/07/2014).

Até o final da década de 70 o bairro não tinha água encanada, rede de esgoto, energia elétrica e calçamento nas ruas e essa falta de infraestrutura refletia na realização do trabalho doméstico, no cotidiano dos moradores e nas relações sociais. As mulheres continuaram, durante anos, executando o trabalho da casa sem o auxílio de tecnologias. Além disso, nesse período, era comum a ajuda mútua entre as vizinhas, por exemplo, para “pegar água” na cisterna para aquela que se encontrava de resguardo.

Com o processo de urbanização do bairro na década seguinte e com o acesso às tecnologias domésticas de infraestrutura<sup>1</sup> e aos eletrodomésticos, as mulheres passaram a realizar o trabalho da casa dentro das suas residências e sem a ajuda das vizinhas. Dessa forma, tais tecnologias modificaram as suas maneiras de fazer o trabalho doméstico, os seus cotidianos e as suas relações sociais bem como possibilitaram menor

---

<sup>1</sup> As tecnologias domésticas de infraestrutura compreendem, por exemplo, água encanada, rede de esgoto, gás, energia elétricas, coleta de lixo, etc. estas tecnologias viabilizam o uso de eletrodomésticos como máquinas de lavar roupas, fogão à gás, etc. (SILVA, 1997).

esforço físico na realização de determinadas tarefas como, por exemplo, na lavagem das roupas e das louças, pois elas não mais precisavam retirar a água dos poços manualmente para armazená-la em baldes e bacias.

Segundo Silva (1998a), o acesso às tecnologias domésticas possibilitou que o trabalho que, anteriormente era realizado no exterior da casa, fosse realizado no seu interior, além de ter reduzido o esforço físico e propiciado às mulheres realizarem ao mesmo tempo um maior número de atividades, além de ter liberado mais tempo para que se dedicassem ao trabalho fora de casa.

As tecnologias, na realidade, aumentaram a sobrecarga do trabalho feminino. Assim, o processo de urbanização, de acordo com Lago et al., (2009) transforma o cotidiano familiar, pois os valores urbanos entraram em choque com os rurais, provocando mudanças no modo de ser, de pensar e de viver dos sujeitos. Bem como ocorreu com essas mulheres, as concepções de ser e de fazer trazidas do meio rural foram confrontadas com novos valores da sociedade urbana. Contudo, apesar de a cidade ser percebida por elas como um local “desenvolvido” e “moderno”, tanto na estrutura física quando nos valores sociais, elas continuaram com os papéis sociais tradicionais “de boa mulher”, assumindo uma dupla jornada de trabalho não muito diferente do que já acontecia na “roça”.

O relato de Dona Carmem ilustra essa difícil condição de conciliar uma dupla jornada de trabalho os papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa, e a falta da participação masculina no universo doméstico.

Na época, meu marido não tinha emprego também, ele trabalhava particular pra rua a fora, chegava em casa morto de cansado, não podia ficar olhando menino de noite, ele ajudava, sabe, quando acordava, ele ajudava, mas num olhava muita coisa não. (...) Mãe me ajudou demais com esses meninos pequenos, ela panhava elas (fraldas) tudo, trazia pra cá e lavava ela tudo, voltava com elas tudo clarinha, dobradinha e passadinha. Nossa Senhora, mas eu sofri demais com esses meninos pequenos, dois menino pequeno dá trabalho demais, se não tiver uma pessoa pra apoiar, a gente morre! (Dona Carmem, 19/07/2014).

Se, por um lado, Dona Carmem evidenciou a ausência do marido no cuidado com os filhos, por outro lado, ela também destacou a ajuda efetiva da mãe tanto no que concerne ao trabalho da casa como, por exemplo, na lavagem das fraldas e no cuidado com os netos. Sua fala demonstra que a única fonte de ajuda também foi feminina. Ao ser contratada para trabalhar na universidade, quando tinha 30 anos, ela ainda lembrou que se sentiu temerosa em “largar seus filhos e a sua casa”, bem como destacou a posição do marido e da sua mãe diante do trabalho remunerado fora de casa.

Aí na época, Silvinho tava com três anos. Então, eu fiquei com uma dó de **largar** eles (...) e Sirlei era muito garrada comigo na época, sabe, aí eu fiquei imaginando “como é que eu vou arrumar Meu Deus!” com **medo de largar** eles e tudo. Ai, nessa época, minha mãe era viva, ela falou comigo assim: “não, a hora que seus meninos crescer, o quê que você vai fazer dentro de casa? Não tem nada pra você fazer dentro de casa! Seus meninos não vão ficar pequeno não (...) Ai eu fazia muita hora extra quando eu trabalhava na FUNARBE, ganhava muito dinheiro na época, aí eu falei com mãe “ah mãe vou largar esse serviço eu chego dia de sábado tem que lavar mochila dos meninos, tem que lavar uniforme, tem que lavar tênis dos meninos, ah num vou mexer com isso não!” Ai meu marido via que eu chegava cansada aí ele falava “larga esse serviço pra lá boba, meu dinheiro só dá pra nós viver, fica em casa”. E naquilo eu chegava no serviço minhas colega me animava eu chegava aqui mãe falava “seus meninos vai tudo crescer, cê vai ficar em casa sozinha, cê num vai aguentar ficar dentro de casa”. (Dona Carmem, 19/07/2014;16/09/2014).

Durante meses Dona Carmem se sentiu dividida entre a casa e o trabalho na universidade, demonstrando o cansaço decorrente dessa sobrecarga e a dificuldade em conciliar os “dois trabalhos”. Diante dos seus papéis sociais de mãe e de dona de casa, ela “acreditava” que ao se dedicar ao trabalho remunerado fora ela estava “largando”/ “abandonando” seus filhos e sua casa. Esta percepção era reforçada pelo marido que a encorajava deixar o trabalho fora para se dedicar às atividades domésticas e ao cuidado com os filhos, uma vez que, como “provedor”, ele se responsabilizaria pelo provimento da família. Por outro lado, sua mãe a incentivava continuar no mercado de trabalho e, para tanto, assumiu o cuidado com netos. Houve, assim, um conflito entre o desejo do marido, que queria a esposa dentro de casa, com o de sua mãe que vislumbrava a independência da filha.

Esse relato de Dona Carmem vai de encontro ao que Silveira e Osterne (2014) afirmam. Segundo estas autoras, ao buscar conciliar o trabalho fora de casa e a vida pessoal, as mulheres encontram percalços como a culpa de ter menos tempo para os filhos, o medo de não conseguir dar conta das atividades domésticas e o dilema entre ascender profissionalmente e transferir as responsabilidades da casa para outra pessoa devido às cobranças ideológicas que as colocam como responsáveis pela manutenção da família e pelo cuidado com os filhos.

Sem o auxílio de outra figura feminina próxima, as outras duas mulheres tiveram ainda mais dificuldades no cuidado dos filhos. Dona Maria, por exemplo, teve que retirar do seu próprio salário uma quantia referente ao pagamento de uma jovem para cuidar dos seus filhos, ao passo que Dona Inês levava consigo suas filhas para fazer as faxinas ou as deixava sozinhas em casa na companhia da filha mais velha.

Então, no início eu arrumei uma menina pra tá com eles de companhia, mas sempre fiz meu serviço da casa, porque eu tenho medo de os outros mexer no fogão, queimar, essas coisas assim. Então eu limpava a casa, fazia comida, deixava eles com ela ai e ia trabalhar (Dona Maria, 24/07/2014).

Deixava as meninas em casa, e levantava cedo e fazia almoço e deixava pras meninas pronto, ai saia pra fazer faxina, quando ela (filha mais velha) chegava da escola ficava com elas (filhas mais novas) (Dona Inês, 22/07/2014).

Assim, percebeu-se a não participação dos maridos nos cuidados com os filhos, mesmo perante a dupla jornada de trabalho das esposas. Diante dessa “responsabilidade feminina”, por vezes, Dona Maria e Dona Inês tiveram que deixar o trabalho remunerado para, ainda que temporariamente, se dedicarem apenas aos filhos e à casa. Dessa forma, essas mulheres se encontraram, ao longo de suas histórias, divididas entre os novos e os velhos valores, pois desejavam trabalhar fora de casa, ao passo que também se sentiam cobradas pelo encargo do cuidado com os filhos. Segundo França (2009), isto deve-se a pressão colocada pelos maridos e pela sociedade para que a mulher seja a “responsável natural” pelas crianças e que o seu lugar seja junto à casa e à família, fato que ainda compromete a efetiva participação feminina no trabalho remunerado.

A participação da mulher no mercado de trabalho e a sua importante contribuição para o provimento da família também acaba afetando a autonomia do homem sobre o trabalho dito produtivo, bem como lhe traz insegurança e ameaça a sua autoestima de “provedor”, o que lhe faz exigir a presença da esposa dentro de casa, responsabilizando-a sobre tudo que vier a acontecer com os filhos que “encontram-se largados”.

Adicionalmente a essa dificuldade, tem-se a falta de equipamentos sociais destinados às crianças. Apesar de o Estado ter favorecido a inserção da mulher no mercado de trabalho, em contrapartida, não supriu, na década de 60/70, as necessidades dos membros da família. A insuficiência de equipamentos sociais como as creches limitaram a saída da mulher para o mercado de trabalho de forma efetiva, sobretudo quando a renda familiar insuficiente não possibilitava cobrir os custos com os serviços privados (BRUSCHINI, 1994).

Outro fato relatado por Dona Inês e por Dona Maria que chamou a atenção foi que, diante das necessidades financeiras, do trabalho fora de casa, do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças, elas encontraram no trabalho informal dentro de casa uma alternativa para aumentar a renda familiar, sendo a atividade de lavadeira exercida aos finais de semana. Segundo elas, com o dinheiro da lavagem das roupas, puderam contribuir para a construção das suas casas. A fala de Dona Inês é representativa neste sentido.

E depois nós foi ajeitando, foi juntando, eu fui trabalhando, peguei trabalhar de faxineira (...) E eu ia fazer faxina, eu ganhava bastante dinheiro! Eu falo com João: “essa casa tem **uma gotinha** do meu suor aí”. Chegava dia de sábado, às vezes ele não tinha dinheiro, que o pagamento da universidade não tinha saído, aí eu chegava com meu dinheiro “não, por conta de cimento não precisa de pedreiro ficar parado não”, dava o dinheiro, e fomos construindo nossa casinha. (Dona Inês, 22/07/2014 e 27/08/2014).

Apesar de grande importância para o orçamento familiar a renda dessas mulheres era percebida pelos maridos e, até mesmo por elas próprias, como “ajuda” e complementar à principal renda, a masculina. Dessa forma, a fim de manter a estabilidade familiar e os papéis sociais “naturalizados”, elas abnegavam dessa posição dentro da família em função do “papel do homem”. No entanto, é possível perceber, por meio do relato de Dona Inês, que ela tem consciência da relevância do seu trabalho, pois “havia uma gotinha do seu suor” nas paredes da sua casa. Ela deixa evidente que o marido, apesar de ser considerado o “provedor”, ele não fez sozinho.

Embora os maridos se mostrassem contra o trabalho de suas esposas fora de casa, é preciso destacar que a participação delas no mercado também se fazia necessária devido aos baixos salários dos homens e pelo fato de eles não conseguirem cumprir com todas as necessidades da família. Bem como já acontecia no campo, quando o homem-pai-provedor precisava de toda a força de trabalho da família (mulheres e crianças) para produzir o suficiente para a sobrevivência e manutenção da família na propriedade do patrão.

Ainda diante das necessidades dos membros da família e da dificuldade em conciliar o trabalho remunerado com o trabalho da casa, Dona Inês e Dona Maria decidiram trabalhar no mercado informal dentro do âmbito doméstico. Dona Inês passou a fazer bolos e salgados para vender e Dona Maria tornou-se cozinheira em festas de aniversários, casamentos e batizados. Essas atividades consideradas “informais” tornaram-se fonte de renda para essas mulheres pobres que “precisavam” de mais tempo para se dedicar aos filhos.

Às vezes eu já tava até no restaurante trabalhando eles me chamavam, sabia que eu fazia né, aí eu tinha que pedir folga ou por alguém no meu lugar lá pra trabalhar, pra eu fazer o almoço. Depois eu sai do restaurante para ficar em casa e o pessoal continuou me chamando para cozinhar nas festas (Dona Maria, 01/08/2014).

Eeee, eu passava apertada de mais, tinha final de semana que saia dois, três bolo de aniversário, casamento, eu tenho algumas tabas minhas ainda. De vez em quando eles me pedem ainda pra mim fazer, eles falam “seu bolo é gostoso demais!”. Ai aprendi confeitar esse bolo lá na universidade. E depois comecei a fazer salgado pra vender, mas hoje eu faço mais sob encomenda né, quase não tô fazendo por conta da minha sogra (Dona Inês, 27/08/2014).

As histórias de vida dessas mulheres pobres, negras, de baixa escolaridade e migrantes evidenciam a sacrificante sobrecarga de trabalho feminino e as escolhas que lhes foram possíveis para manter a sobrevivência da família. Entretanto, após os filhos crescidos, Dona Maria e Dona Inês se viram novamente relegadas à atividade de cuidado, devido ao nascimento dos netos. Assim, elas desejaram que suas filhas trabalhassem no mercado e tivessem as oportunidades que não lhes foram oferecidas no passado como, por exemplo, o auxílio no cuidado dos filhos. Ao contrário de Dona Carmem, que pode contar com a ajuda da mãe para poder trabalhar na universidade, o que demonstra que ela se encontra uma geração a frente com relação às outras duas mulheres; o que a diferencia das demais.

Percebeu-se que o viver na cidade não alterou drasticamente a condição do “ser mulher” dessas mulheres migrantes, mas alterou a vida das suas filhas, principalmente das filhas de Dona Inês e de Dona Maria, porque apesar de terem aprendido os valores de dona de casa, de mãe e de esposa, elas tiveram o apoio de suas mães no cuidado das crianças, e assim, não tiveram que abrir mão de trabalhar fora para cuidar dos filhos.

Atualmente, Dona Inês se dedica integralmente ao trabalho doméstico e ao cuidado com a sogra, com três netos e com sua mãe doente. Dona Maria se dedica também ao trabalho doméstico e ao cuidado com três netos e Dona Carmem concilia o trabalho doméstico com o trabalho remunerado. Mesmo estando aposentados, seus maridos continuam trabalhando fora de casa, permanecendo assim um ciclo vicioso de divisão sexual do trabalho.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tomando o cotidiano como “alavanca metodológica do conhecimento”<sup>2</sup>, apreendeu-se, sobretudo, que os sujeitos estão inseridos em um cotidiano dinâmico e relacional onde se encontram em constante construção, pois são ativos, culturais, históricos e sociais. A construção social das mulheres estudadas é mediada pelas instituições sociais e suas ideologias, pela relação com os outros e pelo meio social onde vivem e essa construção social do “ser mulher” encontra-se associada à imagem da mulher como “boa mãe”, “esposa cuidadosa” e “dona de casa dedicada”.

No meio rural, essas mulheres vivenciaram as dificuldades inerentes à pobreza e ao contexto social e econômico que assolavam os pequenos produtores rurais das regiões interioranas do estado, sendo a mão de obra familiar o principal aporte para a realização do trabalho nas plantações e para o trabalho da casa. Assim, a organização da

---

<sup>2</sup> Termo empregado por Pais (2003).

família visava a busca por sobrevivência e para a reprodução da força de trabalho. Desde crianças elas aprenderam que suas “obrigações” enquanto mulheres eram conciliar o trabalho na terra com o trabalho da casa. Diante da falta de perspectivas, elas buscaram na mudança para a cidade a possibilidade de encontrarem melhores empregos, qualidade de vida, mobilidade social e outras aspirações pessoais. Dona Maria migrou por questão de sobrevivência, Dona Inês para acompanhar o marido e Dona Carmem por buscar maior independência. Os movimentos migratórios dessas mulheres se diferenciaram de acordo com a história e com as necessidades de cada uma. Ao chegarem à cidade, elas encontraram no emprego doméstico ou em postos de trabalhos relacionados a ele a única alternativa de sobrevivência diante de suas condições sociais. Na cidade, tiveram que conciliar os papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa com o trabalho remunerado e se viram novamente relegadas a dupla jornada de trabalho. Jornada esta que muitas vezes era interrompida em detrimento das necessidades dos membros da família, especificamente, dos filhos pequenos.

Em contrapartida, ao longo de suas trajetórias de vida e da mudança da condição social de mulheres meeiras para de mulheres assalariadas urbanas, elas não se restringiram apenas ao ambiente doméstico e aos papéis naturalizados femininos, pois elas tiveram grande função econômica dentro da família à medida que precisavam trabalhar tanto nas atividades relacionadas às plantações quanto no trabalho doméstico remunerado fora de casa a fim de manter a sobrevivência familiar. Assim, o trabalho dessas mulheres estava, e ainda está, por toda a parte, tanto nos aspectos materiais e econômicos quanto nos ideológicos, uma vez que são elas quem transmitiam os valores e os padrões de comportamento aos filhos.

As histórias da vida cotidiana dessas mulheres evidenciaram como os modos de vida se modificaram com a mudança campo/cidade, as maneiras de ser e de fazer se alteraram, fatos estes que revelam a dinamicidade, a complexidade, a historicidade, bem como as espacialidade e temporalidades que envolvem o cotidiano. As histórias também mostraram a permanência de valores e de determinados comportamentos associados à figura feminina e das relações sociais entre homens e mulheres que pouco se alteraram ao longo dos contextos temporal e espacial, o que também evidencia o caráter conservador do cotidiano familiar devido à ação das instituições sociais e das ideologias difundidas. Portanto, por trás da aparente banalidade da vida cotidiana, é possível perceber tanto a rotina (o nada de novo) como, por exemplo, a imagem da mulher associada aos papéis sociais feminino, como também a rotura, os desvios, as transformações sociais, como a participação da mulher nas atividades consideradas

“produtivas” tanto nas plantações quanto no mercado de trabalho, exercendo uma função econômica e “masculina”, o que confere o caráter dinâmico ao que aparentemente encontra-se obscurecido pela cotidianidade.

Conclui-se que o cotidiano revela a forma como as pessoas constroem o mundo social e entender as estruturas macro ou micro por elas mesmas não faz sentido, uma vez que podem se mostrar abstratas. Para compreender a vida das pessoas inseridas na sociedade, nas estruturas é preciso entender como os sujeitos agem, pensam e dizem. Por isso, para entender a realidade social dos sujeitos, não se pode assumir o papel de observador externo que somente vê o que é objetivável e mensurável, pois compreender o cotidiano requer um olhar abrangente, detalhista, questionador e ao mesmo tempo distraído, por meio do qual seja possível captar o real-social a partir das significações dos próprios sujeitos sobre a vida cotidiana.

## **8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTONUCCI, L. A. O. **Análise do cotidiano da unidade de atenção primária à saúde no contexto da estratégia saúde da família em Ubá/MG**. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2014.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, Set-Dez 2000, p. 233-239.

BIFANO, A. C. S. **Estudo da Prática Situada – Uma Contribuição Metodológica para Avaliação e Concepção de Produtos**. 1999. 180 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

BIFANO, A. C. S., et al. **Maneiras de Ser e Fazer: Valorização dos saberes e sabores em Viçosa – MG**. Projeto de Pesquisa em andamento. DED, UFV. 2010.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**. 1994.

FARIA, G. J. A.; MACEDO, L. A. M. Quando o fazer de casa vira profissão!: a migração interna de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico. **II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, MG, 8-11 de outubro de 2013. Disponível em: [<http://www.2coninter.com.br/trabalhos?gt=gt06-economias-e-trabalho>. Acesso em: 03 nov. 2014]

FIORIO, A. F. C. Um Breve entrelaçamento entre os fios de Heller, Lefebvre, Pais e Certeau na compreensão da vida cotidiana. **Caderno de Prod. Acad. Cient. Progr. Pós-Grad. Educação**. Vitória, v. 16, n. 2, jul/dez. 2010.

FRANÇA, A. L. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. **Emancipação**, v. 9, n.1, 2009, p.65-78. Disponível em: < <http://www.uepg.br/emancipacao> > . Acesso em 05 fev. 2015.

GOLDENBERG, M. A. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, J. A. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001, p. 173-184.

KOSMINSKY, E. V; SANTANA, J. N. Crianças e jovens e o trabalho doméstico: a construção social do feminino. **Sociedade e cultura**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p. 227-236.

LAGO, M.C.S. et al. Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. **Paideia**, v. 19, n. 44, set.-dez. 2009, p. 357-366.

LELIS, J. L. **Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG**. 214 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Universidade Federal de Viçosa. 2011.

LOPES, M. F. **Redefinição social do papel da mulher na economia doméstica: da família camponesa à família assalariada**. 159f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, 1983.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, H. P; PESSANHA, M. C.; PARREIRAS, L. E. Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. **Gênero**, Niterói, v.2, n.2, 1º sem. 2002, p. 47-60.

PAIS, J. M. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIS, J. M. O poder das máscaras. In. **Pesquisa acadêmica, vida cotidiana e juventude: desafios sociológicos**. 3ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 7 a 10 de outubro de 2007.

SANTANA, M; DIMENSTEIN, M. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. **Psico-USF**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2005, p.93-102.

SILVA, E. B. Teorias sobre trabalho e tecnologias domésticas. Implicações para o Brasil. **Instituto de Geociência**, v. 19, 1997.

SILVA, E. B. Tecnologia e vida doméstica nos lares. **Cadernos pagu** (10), 1998, p. 21-52.

SILVEIRA, C. M. H.; OSTERNE, M. S. F. A mulher é Eva, o homem é Adão? Reflexões sobre o significado de ser homem e de ser mulher na sociedade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 27, n. 1 - Jan/Jun. 2014, p. 1-18.

SOUZA, E. C. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, jan./abr. 2006 p. 22-39.

STECANELA, N. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. **Conjectura**, v. 14, n. 1, jan./mai, 2009, p.63-75.

## **ARTIGO II: TRABALHO DOMÉSTICO: REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIAS.**

### **1. RESUMO**

Objetivou-se, nesse artigo, conhecer o lugar social do trabalho doméstico para as mulheres. O estudo foi realizado com três mulheres migrantes, de baixa escolaridade e de classe média baixa, residentes no bairro Santo Antônio, Viçosa-MG. Fundamentando-se na abordagem qualitativa, recorreu-se às técnicas da observação do cotidiano familiar e da entrevista aberta. A análise dos dados ocorreu após a transcrição das entrevistas, do registro das observações em diários de campo, da sistematização e da categorização temática. Os resultados evidenciaram que ensinar o trabalho doméstico às meninas está relacionado à reprodução dos papéis sociais femininos; sua execução assume o caráter de “obrigação” para a mulher, ao passo que, para o homem possui o caráter de “ajuda”. Nas relações cotidianas as mulheres, por meio desse trabalho, exercem micro poderes, desmistificando a imagem do homem-controlador do lar. Concluiu-se que as atividades domésticas são representadas por elas como parte constituinte da identidade social feminina.

**Palavras-chave:** trabalho doméstico, papéis sociais femininos, “ser mulher”.

### **2. ABSTRACT**

This article aimed meets the social position of the housework for women. The study was conducted with three migrant women with low education and lower middle class, living in Santo Antonio, Viçosa-MG neighborhood. Basing on the qualitative approach, we appealed to the techniques of observation of the family's daily life and open interview. Data analysis occurred after transcription of the interviews, record observations in field diaries, the systematization and thematic categorization. The results showed that teach the housework to girls is related to the reproduction of female social roles; execution takes on the character of the women's "obligation", whereas for men has the character of "help". In everyday relationships women through this work, exercise micro powers, demystifying the image of the controller man. It was concluded that the domestic activities are represented by them as a constituent part of the female social identity.

**Keywords:** housework, women's social roles, "being a woman".

### **3. INTRODUÇÃO**

De acordo com a construção social, a imagem da mulher sempre esteve associada à reprodução biológica, com ênfase na maternidade e na realização do trabalho da casa, o que definiu o seu lugar social no universo doméstico. Por outro lado, ao homem foi atribuído o poder econômico através do trabalho fora de casa. Assim, essa dicotomia entre o lugar e os papéis sociais<sup>1</sup> de homens e de mulheres foi traçada socialmente e culturalmente ao logo da história (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982). Entretanto,

---

<sup>1</sup> Segundo Boris (2002) apud Pinheiro (2009) o conceito de papel social está associado às obrigações, comportamento e coerções. Assim, “a ideia de papel social pressupõe um padrão de comportamento, que aceito e reconhecido socialmente, passou a ser organizado em torno de uma diferenciação consensual dos papéis masculinos e femininos” (PINHEIRO, 2009, p.49).

ainda que prescrito essa divisão, é preciso destacar que as mulheres sempre encontraram “brechas” de resistências a essa condição. Além disso, a imagem da “mulher idealizada” não pode ser generalizada, uma vez que elas se diferem entre si, tanto na cor, na escolaridade quanto na classe social, o que refletirá em seus distintos modos de vida.

Com o objetivo de romper com essa dicotomia que relega a mulher a uma condição social inferior ao homem, os movimentos de mulheres, ao longo da história, questionaram esses velhos estereótipos e abriram as portas para que um grande número de mulheres, tanto da classe baixa quanto da classe média/alta, pudessem se inserir de forma efetiva no trabalho fora de casa e tivessem também maior acesso à educação e à participação social e política (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2007).

Para Santana e Dimenstein (2005), a domesticidade feminina foi quebrada com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que, no entanto, não significa dizer que o trabalho doméstico deixou de ser sua “obrigação”. Assim, as mudanças do papel feminino não tiveram, em contrapartida, uma transformação do papel masculino, pois os homens mantiveram-se ocupados nas atividades remuneradas fora do âmbito doméstico, e as mulheres, além de se ocuparem de forma remunerada no mercado de trabalho, continuaram sendo as principais responsáveis pelo trabalho da casa e pelo cuidado com a família.

O trabalho doméstico possui grande importância social, pois por meio deste é possível a manutenção da saúde dos membros da família, da educação e da socialização das crianças, da reprodução social de normas e valores, bem como da reprodução de mão de obra sadia para o mercado de trabalho. Mas, apesar dessa importância, esse trabalho encontra-se desvalorizado social e economicamente.

Na sociedade patriarcal, os trabalhos femininos, especificamente, o trabalho doméstico, não são valorizados devido à supremacia do poder dos homens sobre as mulheres. Segundo Kergoat (2000), estas relações sociais desiguais possuem uma base material, o trabalho, sendo as relações entre homens e mulheres expressas na sua divisão sexual, estando o trabalho do homem social e culturalmente superior ao feminino.

Além do poder patriarcal, o capitalismo também atua fortemente na situação de “inferioridade” da mulher, contribuindo para a invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, isto porque este trabalho se caracteriza pelo seu valor de uso, ou seja, não possui valor econômico e é realizado dentro da esfera doméstica e para a reprodução social (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2006). Dessa forma, a desvalorização e, a consequente, invisibilidade desse trabalho perpassa por dimensões sociais e econômicas da sociedade.

Diante desse cenário, objetivou-se estudar o lugar social do trabalho doméstico para as mulheres e, especificamente, buscou-se, por meio do cotidiano familiar, compreender como ocorre a sua reprodução social e as relações dos membros da família com esse trabalho. Para tanto, realizou-se um estudo com um grupo de mulheres residentes em um bairro periférico da cidade de Viçosa-MG.

#### **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção apresenta-se as discussões teóricas dos principais autores da área. Primeiramente, discorre-se sobre o trabalho doméstico como sendo parte constituinte do papel social de ser mulher. Em seguida, disserta-se sobre a dupla jornada de trabalho feminino e, por fim, sobre a invisibilidade econômica do trabalho doméstico feminino.

##### **4.1. Trabalho doméstico: parte constituinte do “ser mulher”**

As mulheres sempre trabalharam. Diariamente milhares delas executam inúmeras atividades que são essenciais para a sobrevivência e para a manutenção do bem estar dos membros da família.

O trabalho doméstico descrito por um conjunto de atividades que se realizam em dois níveis. O primeiro inclui as atividades realizadas cotidianamente como o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem e o conserto das roupas e as compras de determinados bens necessários à família como roupas, eletrodomésticos, alimentos, etc. O segundo nível é composto de atividades voltadas para a formação de uma nova geração de trabalhadores para a sociedade como a gravidez, o parto, a proteção e a socialização dos filhos.

Apesar de essas atividades serem apresentadas para fins teóricos em dois níveis, no dia a dia, elas ocorrem simultaneamente (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982). Assim, o trabalho doméstico constitui um conjunto de atividades que são realizadas como parte das responsabilidades familiares e que se restringe ao domicílio e ao arranjo familiar nele contido (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012).

O trabalho doméstico pode ser classificado como remunerado e não remunerado. O primeiro consiste na venda da força de trabalho de uma pessoa para a realização dos afazeres domésticos de outra família pelo qual recebe-se uma remuneração salarial, sendo denominado, muitas vezes, de serviço ou emprego doméstico. O segundo compreende o trabalho realizado pelo próprio membro da família de forma gratuita, executado preferencialmente pela mulher. No presente estudo, restringiu-se a discussão sobre trabalho doméstico não remunerado.

O espaço da casa e o conjunto de tarefas que fazem parte das atividades domésticas são indicados social e culturalmente como o “lugar da mulher”. Independentemente de a mulher ser ou não dona de casa, ser mãe ou não, ela é potencialmente identificada como dona de casa e mãe sendo percebida como um ser fixo e imutável (KOFES; PRICITELLI, 1997; SILVA, 1998).

Segundo Melo, Pessanha e Parreiras (2002, p. 48), o trabalho doméstico confunde-se com o “ser mulher” e é socialmente considerado uma expressão de amor para com os seus na “esfera privada”, fundamentado, essencialmente, na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres. Os atos cotidianos de conservação do lar e de educação dos filhos são considerados capacidades “naturais” femininas e, portanto, de menor valorização social em relação às atividades executadas pelo homem (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982; MELO; PESSANHA; PARREIRAS, 2002; HIRATA, ZARIFIAN, 2003).

Embora seja imprescindível para a manutenção e para a reprodução da sociedade, esse trabalho – essencialmente feminino - também é ideologicamente pouco valorizado por ser encoberto pela produção social<sup>2</sup>, pois a sua execução se dá dentro da casa. Essa divisão social e sexual do trabalho se intensificou após a primeira Revolução Industrial no século XVIII quando o trabalho foi dividido em duas esferas distintas: de um lado, a unidade doméstica, sendo a mulher relegada ao trabalho doméstico; e do outro lado, a unidade de produção, na qual coube ao homem vender a sua força de trabalho em troca de um salário (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Neste modo de produção capitalista, o termo trabalho passou a fazer referência a todas as atividades que se enquadram no sistema “produtivo”, ou seja, a própria força de trabalho tornou-se uma mercadoria cujo valor é o valor de troca (MARX, 1984), sendo excluídas do conceito de “trabalho” todas as atividades que não adequassem a esse sistema, dentre estas, as atividades domésticas realizadas para a reprodução social.

Diante dessa realidade social e econômica, o trabalho doméstico permaneceu ao longo do tempo ignorado nos estudos sobre trabalho, vindo à tona a partir dos estudos feministas que abordavam a divisão sexual do trabalho como forma ideológica de submissão feminina.

---

<sup>2</sup> Segundo Bruschini e Rosemberg (1982) o termo produção social, corresponde ao espaço público, onde são produzidos os bens de consumo, nesse espaço se valoriza o valor de troca das mercadorias, ou seja, os objetos que possuem valor econômico. Nesse espaço, destaca-se a mão de obra masculina e assalariada. Cabendo ao homem o papel social de trabalhador produtivo, extra-lar, assalariado e provedor da família.

No modo de produção capitalista, a desvalorização do trabalho doméstico feminino se dá pelo fato desse trabalho ser considerado um trabalho simples<sup>3</sup>, constituinte de uma faculdade “natural” da mulher e realizado na dimensão reprodutiva da sociedade, no ambiente doméstico, fora da produção e da circulação de capital.

Diferentemente de uma fábrica, no trabalho doméstico nenhum bem é produzido para o mercado. O bem produzido não é consumido em troca de dinheiro; seu valor reside não na capacidade de ser trocado. Seus produtos são caracterizados pelo valor de uso, tendo por objetivo servir às necessidades básicas e imediatas dos seus produtores, garantindo, assim, a reprodução da força de trabalho. Assim, varrer, cozinhar, limpar o banheiro, dar banho na criança são atividades vistas como não produtoras de bens (BERNARDINO-COSTA, 2012, p. 455).

Assim, o trabalho doméstico não tem por objetivo produzir bens materiais para serem trocados no mercado, mas se caracteriza por seus valores de uso. Ao ser concebido como um trabalho “naturalizado feminino” e “reprodutivo” e não produtor de mercadorias, o trabalho da dona de casa e/ou da trabalhadora doméstica não possui a devida recompensa monetária e o reconhecimento social. Entretanto, apesar de ser desprovido de valor de troca, é necessário para a saúde e para a manutenção do bem-estar dos membros da família que vendem sua força de trabalho ao mercado (VARGAS; ROTENBERG, 2011). Como uma forma de trabalho não pago por ser considerado somente em seu valor de uso, o trabalho doméstico constitui o pilar da produção capitalista, pois entende-se que este trabalho realizado no “mundo reprodutivo” mantém a mão de obra empregada no “mundo produtivo” (BERNARDINO-COSTA, 2012).

Desse modo, se num primeiro momento esses dois mundos são percebidos de forma separadas o cotidiano e as práticas sociais revelam uma complementariedade entre o “mundo produtivo” e o “mundo reprodutivo”, pois “em toda formação social coexistem uma produção social de bens e produção de seres humanos (...) a produção e a reprodução são indissociáveis (...) uma é a condição da outra” (COMBES, 1986 apud BRITO; D’ACRI, 1991, p. 24), não sendo possível compreendê-los separadamente.

O patriarcado também desvaloriza esse trabalho feminino, porque é composto por “um sistema simbólico e ideológico que perpassa o meio social e penetra sutilmente nas consciências individuais, transmitindo a ideia da inferioridade nata da mulher” (SILVEIRA; OSTERNE, 2014, p.4). Nesse sistema, as relações de gênero encontram-se hierarquizadas, colocando, assim, o trabalho doméstico em uma posição inferior ao

---

<sup>3</sup> De acordo com Marx (1988) apud Bernardino-Costa (2012) o trabalho simples é um posto que requer baixa qualificação, é a força de trabalho que existe em qualquer indivíduo. Fato este do qual não se concorda no presente estudo.

trabalho realizado pelo homem. Isso, porque as mulheres incorporam, inconscientemente, os valores referentes a essa dominação masculina<sup>4</sup> o que dificulta transformações nas relações entre homens e mulheres e na igualdade da divisão social e sexual do trabalho (KOSMINSKY; SANTANA, 2006).

Percebe-se, portanto, que tanto o modo de produção capitalista quanto o patriarcado relegam a mulher e o trabalho doméstico a uma condição de inferioridade e de invisibilidade social, cultural e econômica.

#### **4.2. A dupla jornada de trabalho feminino**

Apesar de a mulher ser estereotipada como submissa e relegada ao trabalho doméstico, naturalizado feminino e realizado dentro do lar, é ilusório imaginar que a força de trabalho delas não tenha ultrapassado os limites da casa. Não é uma novidade histórica a participação do trabalho feminino nas esferas públicas, pois as mulheres pobres sempre trabalharam, conciliando o trabalho doméstico com o trabalho remunerado fora de casa, seja como escravas no eito ou na cidade como vendedoras ambulantes, amas-de-leite, escravas de ganho ou, atualmente, como domésticas/diaristas (MELLO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2007).

O conceito de “natureza feminina” bem como o lugar social da mulher como “rainha do lar”, frágil, dependente e maternal começou a ser questionado principalmente no século XX. Segundo Caixeta e Barbato (2004), durante as duas grandes guerras, tanto as mulheres pobres quanto as de classe média foram estimuladas a saírem de suas casas para trabalharem no “mundo produtivo”, já que os homens tinham partido para o campo de batalha. Para convencerem as mulheres a participarem desse “novo mundo”, os meios de comunicação e a ciência mostravam as vantagens de estarem no espaço público. Contudo, no pós-guerra, com a volta dos homens para suas casas tudo voltou ao que era antes, obrigando as mulheres ao limite da casa. Entretanto, após experimentarem o “mundo da produção”, as mulheres, principalmente as de classe média, não estavam mais satisfeitas com seus papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa, o que contribuiu para ocorrência de movimentos de denúncia sobre o lugar secundário que elas também ocupavam na sociedade e sobre a diferença biológica entre os sexos que se transformou em uma diferença sociocultural (CAIXETA; BARBATO, 2004).

---

<sup>4</sup> Termo utilizado por Bourdieu, para retratar, em nível simbólico, a dominação masculina na sociedade, e que encontra-se presente nas relações entre os sexos, segundo o autor, essa dominação consiste em uma “Violência Simbólica” vivenciadas cotidianamente pelas mulheres, e que encontra-se fundamentada em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere ao homem uma melhor posição com relação à mulher. Ver mais em Bourdieu (2012).

Esses movimentos ocorreram precisamente a partir da constatação da existência de uma “opressão” específica sobre a mulher e sobre o seu lugar social no mundo (HIRATA; KERGOAT, 2007). A emergência dos movimentos feministas na década de 60-70 concedeu maior visibilidade às mulheres, bem como evidenciou que a luta pelo fim da opressão feminina constituía uma dinâmica de relações sociais e de estruturas de poder, nos quais estavam envolvidos os indivíduos e o Estado (SILVA, 2009). A partir de então, as mulheres de classe média também passaram a ocupar o mercado de trabalho, uma vez que as mulheres pobres já estavam inseridas há muito tempo.

De acordo Bruschini (1994), no Brasil, a inserção da mulher no mercado de trabalho de forma efetiva ocorreu principalmente a partir dos anos 70, tanto para as mulheres pobres quanto para as mulheres de classe média e instruídas. Além das transformações sociais, o Brasil também vivenciou nesse período a época do “milagre econômico” com expansão econômica e tecnológica, urbanização acentuada e um ritmo acelerado de industrialização, momento que foi favorável à incorporação de novos trabalhadores no mercado, incluindo os do sexo feminino (BRUSCHINI, 1994).

Segundo Quirino (2012), a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade e as mudanças nos padrões culturais e sociais impulsionado pelos movimentos feministas também constituíram fatores importantes para a entrada de um grande número de mulheres na esfera produtiva. Entretanto, a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro continuou de forma desigual em relação aos homens, pois elas acabaram ocupando “guetos femininos”<sup>5</sup>. Especificamente, as mulheres pobres empregaram-se nos setores caracterizados pela precarização do trabalho como os setores de serviço (social e de saúde), o comércio, a educação infantil e serviços domésticos, ficando ainda relegada aos trabalhos vistos como femininos e de menor prestígio social (BRUSCHINI, 1994).

Todavia, assumir um novo papel social de trabalhadora remunerada e de carreira não modificou a identidade de mulher, apenas a ampliou. “Agora, mais que mães e esposas, elas também são donas-de-casa e profissionais” (CAIXETA; BARBATO, 2004, p. 215). Surge nesse contexto a “supermulher”, aquela que possui uma dupla jornada de trabalho e que tem que conciliar o trabalho dentro e fora de casa. Essa “supermulher”, muitas vezes, acaba por legitimar os dois discursos: um que propicia maior igualdade de direitos com os homens e o outro que ressalta a natureza da mulher e a coloca como naturalmente inclinada aos trabalhos domésticos (ROCHA-COUTINHO, 1994). Dessa

---

<sup>5</sup> Posto de trabalho tipicamente ocupados por mulheres como: empregadas domésticas, lavradoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas (BRUSCHINI, 1994).

forma, apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas atividades relacionadas à casa, aos filhos e à família.

### **4.3. A invisibilidade econômica do trabalho doméstico feminino**

Como é possível perceber, a invisibilidade do trabalho doméstico feminino perpassa por dimensões de ordem social, cultural e econômica da sociedade patriarcal e capitalista. Por ser percebido como habilidade intrínseca da mulher, por gerar valor de uso e por ser relegado ao ambiente da casa, esse trabalho permaneceu “esquecido”/“obscurecido” durante anos pelas estatísticas oficiais e, ainda hoje, encontra-se excluído das contas nacionais (BRUSCHINI, 2006).

No Brasil, com o objetivo de incorporar as críticas dos estudiosos, assim como as demandas dos movimentos sociais, dentre eles os movimentos feministas das décadas de 60/70, a partir da década de 90 a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) passou por uma intensa reformulação para compreender a nova e complexa dinâmica socioeconômica e para dar visibilidade ao tempo gasto com os afazeres domésticos e ao trabalho feminino (BRUSCHINI, 2006, p.334).

As PNADs dos anos 90 revisaram o conceito de trabalho e este passou a englobar as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e a produção para o próprio consumo e o da família. O maior aprimoramento desse conceito defendeu a mensuração mais adequada das atividades realizadas pelas mulheres, nas quais se incluiu o trabalho doméstico. Para tanto, foram introduzidas na pesquisa duas perguntas referentes aos “afazeres domésticos”, a primeira foi em 1992 quando questionou-se: “realizou afazeres domésticos na semana de referência?” e a segunda em 2001 que passou a perguntar “quantas horas são dedicadas normalmente por semana aos afazeres domésticos?” (BRUSCHINI, 2006).

Por meio dessas novas questões, Bruschini (2006) evidenciou, mais uma vez em seu estudo, que as mulheres ocupavam-se muito mais do que os homens no trabalho doméstico, uma vez que elas destinavam parte significativa de seu tempo ao trabalho de reprodução social. O número de horas dedicado ao trabalho da casa variou de acordo com a posição da mulher na família, dentre as que mais se dedicavam eram as cônjuges e as mães (35 horas para as mães que tinham filhos menores e 32 horas para as mães que tinham filhos de idade 2 a 4 anos). Em média, elas se dedicavam ao trabalho doméstico de 28,7 a 32,9 horas semanais, havendo uma redução no tempo gasto nesse trabalho quando as mulheres também exerciam atividade remunerada fora de casa, as

quais dedicavam-se cerca de 8 horas a menos se comparado ao trabalho doméstico (BRUSCHINI, 2006).

Apesar de ter sido incluído nas estatísticas oficiais, como na PNAD realizada pelo IBGE, o trabalho doméstico não remunerado ainda encontra-se excluído das contas nacionais, por exemplo, do PIB brasileiro. Segundo Melo, Considera e Di Sabbato (2007), as contas nacionais medem todos os bens e serviços que envolvam remuneração dos fatores de produção, ou seja, quando o trabalho doméstico é realizado por terceiros o seu valor equivale ao valor da remuneração, ao passo que, quando esse trabalho é realizado por um membro da família, preferencialmente a mulher, ele não é contabilizado nas contas nacionais por não possuir valor econômico e por não exprimir a realidade do mercado capitalista. Entretanto, não consideram que esse trabalho precisa ser feito e que alguém tem que fazê-lo, seja de forma remunerada ou não. Diante desse contexto, as donas de casas não são consideradas pela PEA (População Economicamente Ativa) como força de trabalho, mas sim incluídas na categoria de pessoas inativas.

Logo, na teoria econômica, o trabalho doméstico não remunerado é propositalmente discriminado, pois os serviços gerados na sua execução não são contados no PIB dos países, não são valorados e, conseqüentemente, não são reconhecidos socialmente. Possivelmente, a condição social e econômica desse trabalho tem como origem a história de discriminação das mulheres nas sociedades, a quem o trabalho doméstico foi relegado. Ao ignorá-lo, o setor econômico contribui para o agravamento da invisibilidade desse trabalho (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2006).

Assim, as estatísticas e as contas nacionais são falhas, pois exclui da PEA um grande número de mulheres que se dedicam, parcialmente ou exclusivamente, às atividades domésticas e também às atividades da produção que são extensões do trabalho doméstico e, uma vez não contabilizadas, conseqüentemente, não valoradas. Esse fato ocorre porque a realidade vivida pelas mulheres não é estudada em profundidade por meio do cotidiano, ou seja, não há o estudo da realidade social do trabalho feminino.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo foi realizado na cidade de Viçosa-MG localizada na Zona da Mata Mineira. A cidade possui 72.220 habitantes residentes em 2010 e caracteriza-se pelo crescimento desordenado, sendo o principal centro migratório da microrregião. Especificamente, o estudo foi realizado com três mulheres participantes de um projeto de pesquisa e de extensão realizado há três anos no bairro Santo Antônio, o terceiro bairro mais populoso da cidade e constituído por famílias migrantes. Essas mulheres

foram escolhidas intencionalmente por serem as participantes mais antigas do referido projeto e pelo contato anterior da pesquisadora com esse grupo.

As mulheres participantes foram: Dona Maria de 63 anos, Dona Carmem de 60 anos e Dona Inês de 60 anos. Dona Maria e Dona Carmem moram no bairro há aproximadamente 42 anos e são da zona rural do município de São Miguel do Anta. Dona Carmem, por sua vez, é residente no bairro há 38 anos e é de origem rural de Viçosa. Elas migraram para cidade em busca de melhores condições de vida, encontrando essa possibilidade no emprego doméstico remunerado.

Todas são mães e avós, esposas e donas de casa. Dona Maria e Dona Inês se dedicam integralmente às atividades domésticas e ao cuidado com os membros da família e Dona Carmem concilia o trabalho de servidora pública na universidade federal com o trabalho doméstico da sua casa.

Abordagem qualitativa foi a escolhida para a realização da pesquisa. Por meio dessa abordagem buscou-se criar um ambiente informal de diálogo e de interação entre a pesquisadora e as mulheres participantes. Para proceder à construção dos dados, foram utilizados como técnicas as observações do cotidiano familiar e as entrevistas abertas.

As observações diretas nas residências das mulheres foram conduzidas em forma de visitas ocasionais e aleatórias com o intuito de captar o real cotidiano da família e do trabalho doméstico realizado por elas, bem como as relações entre os membros da família e os seus respectivos papéis sociais dentro do ambiente doméstico.

As entrevistas ocorreram informalmente durante essas visitas e em forma de conversas nas quais a pesquisadora buscou utilizar a própria linguagem cotidiana das participantes a fim de conferir-lhes maior interação e liberdade como orienta Jovchelovitch e Bauer (2002). De forma recíproca, elas se mostram receptivas a presença da pesquisadora nos seus ambientes familiares.

As conversas foram gravadas em áudio com a devida autorização e, posteriormente, foram transcritas na íntegra e organizadas em temáticas relacionadas ao objetivo do estudo. Os dados obtidos pelas visitas também foram registrados em diários de campo para posterior tratamento.

Após a leitura e a releitura do conteúdo das conversas e das observações diretas, procedeu-se a organização dos dados de acordo com as seguintes categorias de análise: a) papéis sociais femininos relacionados ao trabalho doméstico; b) papéis sociais dos membros familiares; c) organização do trabalho doméstico; d) as relações de cada membro da família com o trabalho doméstico; e) a reprodução do trabalho doméstico; f) o discurso feminino sobre o trabalho doméstico.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nessa seção, apresenta-se e discute-se os resultados que estão divididos em três subseções. Na primeira delas disserta-se sobre a reprodução social do trabalho doméstico e sua naturalização como atividade feminina. Na segunda disserta-se sobre o micro poder no ambiente familiar. Na terceira, aponta-se as representações contraditórias das participantes sobre o trabalho doméstico.

### **6.1. A Reprodução social do trabalho doméstico e sua naturalização como atividade feminina**

O trabalho doméstico encontrou-se intimamente associado à construção social do “ser mulher”, pois é por meio da aprendizagem desse trabalho que as meninas e as jovens tomam conhecimento de seus papéis sociais e, posteriormente, os reproduzem. Assim, o trabalho doméstico se mostrou, no relato e no cotidiano das mulheres, o principal elemento socializador e educador. Sendo a mulher “encarregada” pela socialização das crianças e também pela reprodução social de valores e de padrões de comportamentos. Os processos de socialização, segundo Bifano (1999), constituem um conjunto de informações que são transmitidas de geração a geração e percebidos como cruciais nas relações entre o sujeito e a sociedade e é por meio desses processos que os sujeitos interiorizam ou aprendem a seguir as normas, os valores e as regras de conduta.

De acordo com Kosminsky e Santana (2006), as meninas e as adolescentes são “treinadas” na realização do trabalho doméstico ainda durante a infância pela mãe, avó, irmã, tia ou por outra figura feminina próxima. Para as referidas autoras, a educação de meninos e de meninas se difere, uma vez que os meninos aprendem os papéis sociais de homem provedor e guardião do lar, relegado ao trabalho fora de casa a educação das meninas está relacionada aos papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa dentro do universo doméstico.

Diante dessa divisão sexual do trabalho, na ausência da dona da casa, principalmente, em famílias de camadas populares, as atividades de cuidado e de conservação do lar como limpar, lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças menores dentre outras atividades são de responsabilidades das meninas da família (KOSMINSKY; SANTANA, 2006). Como se lembrou Dona Inês,

Trabalho da casa mesmo, eu aprendi com minha mãe mesmo, (...) eu era bem novinha, eu falo com minhas menina aqui, com nove anos minha mãe podia sair, com nove, dez anos, que nós tomava conta de tudo, eu e minhas irmãs, nós somos 11, seis moça e cinco homem, (...) Aí foi com minha mãe mesmo, mas depois nós fomos pra casa dos outro né, pra trabalhar na casa dos outros (...) A mãe punha a gente pra fazer né (...) independente de trabalhar fora minha mãe punha a tarefa pra gente fazer (Dona Inês, 27/08/2014).

A fala de Dona Inês é representativa da infância das demais mulheres que, ainda crianças, eram responsáveis pela realização das tarefas domésticas. Com no máximo sete anos elas começavam a aprender o trabalho da casa com a mãe para que, na sua ausência, elas “tomassem conta de tudo”. Com exceção de Dona Maria que teve que aprender esse trabalho com sua irmã mais velha em torno dos quatro ou cinco anos de idade, pois ficou órfã de mãe aos três anos.

Após aprenderem essas atividades, Dona Inês e Dona Maria, ainda crianças, buscaram “no trabalho da casa dos outros” uma fonte de renda e a inserção no mercado de trabalho, o que não as eximia do trabalho doméstico de suas residências.

Da mesma forma que foram educadas as participantes deste estudo também ensinaram o trabalho da casa para suas filhas. E ainda nos dias atuais, elas continuam ensinando os seus saberes domésticos às suas netas e sobrinhas por considerarem que, para “ser mulher”, é preciso ser dona de casa e para, posteriormente, também serem esposas e mães. As falas abaixo evidenciam a reprodução social do trabalho doméstico entre as mulheres da família, principalmente, entre mãe e filha.

Eee minhas filhas, minhas filhas foi vendo eu fazendo e foi aprendendo né, elas tava bem pequena ainda, algumas delas aí, a Cristina ali mesmo, tava bem pequena eu ia fazer faxina, minha filha, levava ela comigo pra me ajudar. (Dona Inês, 27/07/2014).

(...) aqui foi assim, eu comecei a trabalhar e vinha, eu cobro do meu marido isso, quando ele trabalhava de pedreiro ele não ensinou os dois meninos trabalhar de pedreiro e ele parou de trabalhar de pedreiro, porque virou encarregado de obra, então ele não precisou mais mexer como pedreiro e não ensinou os meninos mexer com o serviço... Ai eu começava com as meninas, eu ia trabalhar eu deixava a cozinha pra elas arrumar, eu deixava a comida pronta e deixava a cozinha pra elas arrumar, ai eu falava hoje é você que vai fogar o arroz e eu perto, amanhã cê vai fazer o café e eu perto, ai aprendeu, e cozinham bem pra daná as duas, precisa de ver! (Dona Carmem, 16/09/2014).

Minha neta, cê precisa vê as vasilhas, os copos que ela lava, fica limpinho, a mãe dela disse que lá na casa dela ela não faz nada não, mas aqui ela lava os copos, até os copos ficar clarinho. (...) Gabriele com 10 anos já faz bolo, bolinho de chuva, ela sempre vai pro fogão e faz coisas mesmo, com 10 anos! (Dona Carmem, 19/07/2014).

Desde pequenas, as meninas são socializadas para o trabalho doméstico. O aprendizado e os conhecimentos envolvidos nessa atividade se iniciava primeiramente pela observação e, posteriormente, passava a ser realizado por meio de “favores” e de “ajudas” para as mães, como é o caso de Dona Inês que levava consigo suas filhas para fazer as faxinas e de Dona Carmem que deixava a “cozinha do almoço” para as filhas arrumarem ou pedia para que elas fizessem o arroz e o café sob sua supervisão. Dessa

forma, a aprendizagem do trabalho doméstico pelas meninas ocorria, e ainda ocorre, por meio da prática no cotidiano e sob o comando das mães.

As meninas e as jovens, por sua vez, realizavam o trabalho doméstico como forma de reciprocidade, respeito e obediência às mães, e caso não fosse atendido, eram reprimidas como bem apontou Hillesheim (2004).

Percebeu-se também que as próprias mulheres reforçavam a naturalização das diferenças de gênero entre os filhos, uma vez que as meninas deveriam aprender o trabalho da casa e os meninos o trabalho do pai. Dona Carmem, por exemplo, diz que o marido não ensinou os seus filhos o trabalho de pedreiro, ao passo que ela, enquanto dona de casa e mãe, ensinou suas filhas o trabalho da casa. Isso porque, da mesma forma que lhes são cobradas os papéis sociais de donas de casa e de mães, elas também cobram o papéis sociais do marido enquanto pai e provedor.

Segundo Kosminsky e Santana (2006), diante dessa divisão sexual do trabalho dentro da família as meninas precisam assumir as responsabilidades do lar como um treinamento importante para a vida futura, sendo um valor moral a transmissão do trabalho doméstico entre as gerações. O relato de uma das filhas de Dona Carmem evidencia como o aprendizado do trabalho doméstico estava relacionado a sua vida enquanto “mulher-esposa”.

Quando era solteira não gostava de fazer angu, mas a mãe falava vocês só vão começar namorar quando você aprender a fazer o angu, aí tinha dia que o angu saía empelotado, tinha dia que saía ralo, tinha dia que saía duro, mas hoje é raro eu fazer angu. E eu tive que aprender fazer angu para eu namorar! (risos) (filha de Dona Carmem, 19/07/2014).

Para Dona Carmem ensinar a atividade de cozinhar as filhas consistia em um treinamento para elas serem “boas donas de casa e esposas” no futuro. O angu era um dos pratos que as filhas precisavam aprender a fazer antes de namorarem, pois esta receita exigia grande “presteza” para mexer e para saber o “ponto certo”. Assim, quando aprendessem a fazê-lo, elas estariam preparadas para o casamento. O saber culinário como atributo feminino se configura em um dispositivo de educação e de disciplina para as mulheres, contribui para “moldar” a identidade social da dona de casa e para transmitir os valores e os princípios de comportamentos para elas se tornarem “boas mulheres”.

Também percebeu-se um esforço, tanto de Dona Maria quanto de Dona Carmem, no sentido de incluir os filhos na realização das tarefas domésticas, porém na perspectiva de que um dia eles poderiam precisar desses conhecimentos e não no caso de se casarem e assumirem tal responsabilidade.

Porque os meus filhos eu ensinei, Tatiana, os meus meninos sabe lavar, sabe passar, sabe cozinhar muito bem! Aquele mais velho, então. Ele nunca trabalhou em restaurante não, ele sempre trabalhou junto com esse J., P. do Panorama, então na cozinha mandava a vê mesmo, porque eu ensinei! (...) ele (filho mais velho) engoma o terno dele tudo, pra ele trabalhar, que ele só trabalha de terno, ele passa e engoma tudo direitinho (...) Agora eu to tentando ensinar pros neto, mas esses aí tá meio difícil! (...) ele (neto mais velho) teve a mesma criação, a mesma educação e eu mesmo ensinando, eu disse pra ele “ô meu filho a gente não pode ser dependente de mulher, homem tem que ser assim, e nem todas mulher é igual”. (Dona Maria, 24/07/2014).

No relato de Dona Maria, percebeu-se uma mudança de concepção com relação aos papéis sociais entre homens e mulheres e sobre o trabalho doméstico, pois ela buscou ensinar as atividades da casa aos filhos e aos netos. Contudo, apesar de seus filhos terem aprendido a fazer tais tarefas e de ela se mostrar orgulhosa por tê-los ensinado, ela afirma que eles não têm a “obrigação” de cuidar da casa e dos membros da família, evidenciando uma contradição entre a prática e o discurso, pois, no cotidiano familiar, ela buscou ensiná-los, mas o seu discurso reafirma o modelo ideológico da sociedade, havendo, assim, apenas uma mudança aparente da divisão sexual do trabalho. De acordo com Vargas e Rotenberg (2011), os homens apenas assumem as atividades domésticas quando há a impossibilidade de sua realização pelas mulheres ou quando por questão de sobrevivência precisam fazê-las. Dona Maria ainda disse:

Eu conto com ela (filha), coitada, é a única que tá ai dando assistência pra mim, né. Porque os outros é homem tem as mulher deles, mas nenhuma delas apareceu aqui pra fazer um mingau se quer pra mim. E pra eles fica mais difícil, porque eles é homem também tem as obrigações deles (Dona Maria, 24/07/2014).

Percebeu-se que, no cotidiano, Dona Maria afirma as diferenças entre as “obrigações” da filha, enquanto mulher, e as “obrigações” dos filhos, enquanto homens. Cabendo à filha e às noras as atividades relacionadas ao cuidado com os membros da família e à manutenção da limpeza da casa, mesmo quando se ocupam de forma remunerada no mercado de trabalho. Dessa forma, os filhos não precisam se preocupar com tais tarefas por estarem ocupados nas atividades remuneradas fora de casa. Assim, segundo Bruschini e Ricoldi (2012), no que concerne à reprodução social, o trabalho doméstico é exposto como uma “obrigação” para/da mulher e como uma “ajuda” para/do homem que realiza tal atividade.

Dentro desse grupo de mulheres, apenas a família de Dona Carmem apresentou uma pequena mudança com relação à participação masculina no trabalho doméstico, como ela relatou.

(...) Mas é assim, tenho três empregos ou mais, eu venho em casa arrumo aqui, agora que meu marido aposentou, que eu to mais velha também né?! Aí ele me **ajuda**, eu deixo o almoço mais ou menos adiantado, ele vai acaba de fazer, (...) eu deixo a carne quase cozida ele termina de fritar (Dona Carmem, 19/07/2014).

A “ajuda” do marido está condicionada a sua condição de aposentado e também associada a idade de Dona Carmem que, por sua vez, não aguenta mais conciliar tantas atividades como no passado, o que a faz cobrar maior participação do marido nas tarefas da casa. Entretanto, fica evidente que a contribuição do esposo ainda é muito limitada, uma vez que ele apenas executa as atividades já “adiantadas” por Dona Carmem, fato este que confere o caráter de “ajuda” ao trabalho doméstico realizado pelo homem. Além disso, Bruschini e Ricoldi (2012) afirmam que as próprias mulheres asseguram esse caráter de “ajuda” masculina, pois elas acreditam e reproduzem em seus cotidianos que o trabalho doméstico é uma responsabilidade feminina. Por isso a reprodução social desse trabalho ocorre entre as mulheres, pois é social e culturalmente naturalizado como uma “obrigação” da mulher. Dona Carmem ainda contou que

A casa, quando eles (marido ou o filho) vão varrer a casa, eles varrem dali pra lá, a varanda e a garagem eles não varrem não, porque os outros vai ver (risos). Nem os lixos eles não levava ali, agora já pega o lixo e leva, mas não levava o lixo não, eles falava: “quem leva o lixo é mulher, lixo eu não levo não.” Agora já leva, mas custou, começar levar o lixo (Dona Carmem, 16/09/2014).

Esse relato também evidencia as distintas considerações entre homens e mulheres a respeito do conjunto de tarefas que envolvem o trabalho doméstico, pois mesmo quando eles contribuem para sua realização, existem atividades que são consideradas exclusivamente femininas e, portanto, se negam a realizá-las por considerarem um trabalho inferior e vergonhoso. Isso, também ocorre porque eles acreditam que, ao realizarem um “trabalho de mulher”, a sua masculinidade será atingida e questionada pelas “pessoas de fora”. Kosminsky e Santana (2006) também atribuem ao fato a estrutura hegemônica da sociedade patriarcal e a dominação masculina em que o homem acredita ocupar uma posição superior à mulher e ao trabalho exercido por ela.

Desse modo, constatou-se que as práticas e os discursos dos membros da família encontram-se vinculados à imagem da mulher idealizada socialmente: a mulher dedicada ao trabalho doméstico e aos filhos. Imagem esta ainda arraigada e naturalizada em que a existência de uma “soberania masculina” fundamenta os discursos sociais e a tradicional divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais entre homens e mulheres na família.

## 6.2. Micro poderes no ambiente familiar

No cotidiano familiar também observou-se uma imbricada rede de poderes entre os membros da família. No que concerne à atuação feminina, percebeu-se a presença de contra-poderes, manipulações, alianças e consentimentos que colocam a mulher como dona da casa e a principal responsável pela organização familiar, cabendo à ela o poder de tomar decisões de acordo com suas pretensões, contradizendo a imagem do homem como o único detentor de poder dentro da família. Assim, no cotidiano das relações familiares, o poder encontra-se distribuído.

Segundo Foucault (2008), no micro social o poder encontra-se distribuído nas relações e pode se manifestar em detalhes, em “microfísicas” como em gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discurso. O poder se exerce ou se pratica nas relações sociais e encontra-se, por vezes, hierarquizado em que “o ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos e se “sustentam” (FOUCAULT, 2008, P.221). O autor evidencia a existência de micro poderes que podem ser assumidos e sustentados por meio da “chantagem” mútua e indefinida. Assim, apesar de uma hegemonia masculina encontrar-se inculcada nas percepções, nos pensamentos e nas ações dos indivíduos e de ser universalmente partilhada no contexto do micro social, nas relações cotidianas, os sujeitos buscam burlar tal dominação por meio desses micros poderes.

Desse modo, as mulheres demonstraram, para além dos seus discursos, uma rede de poderes que são compartilhados e aprendidos. No cotidiano, observou-se as relações de poder estabelecidas entre elas e os maridos e percebeu-se que não existe uma relação de completa submissão alienante das mulheres, pois estas utilizavam-se de táticas e estratégias cotidianas que lhes permitiam inverter a “dominação dos maridos”. A fala de Dona Carmem elucida essa relação de poder com o marido.

Tem dia que ele (marido) fala das reuniões que eu participo, o dia que eu começo ir muito nesse trem, ele fala: “oh doido cê num fica em casa!”. O dia que eu vou a semana toda nessa reunião ele fala comigo: “tá doido cê num para dentro de casa não, que tanto de reunião!”, mas aí eu saio bem, eu falo com ele: “cê vai comigo, que aí cê sabe o que eu to fazendo e cê me ajuda, porque o dia que eu não puder ir, pra cuidar da casa, cê vai no meu lugar!”. E ele vai? Vai não. E o pior que elas (amigas de Dona Carmem) vem aqui me chamar, mas ele não gosta de ir nessas coisas, e elas chama ele também, só que ele não gosta de ir, aí eu vou e ele não. (Dona Carmem, 16/09/2014).

Nesse relato, Dona Carmem evidencia o uso de suas táticas e estratégias para escapar das imposições do marido que, por sua vez, deseja a sua presença constante dentro de casa. Para resistir as suas reclamações, Dona Carmem pede a ele para

acompanhá-la nas reuniões com o intuito de “ajudá-la”, pois quando ela não puder comparecer ele poderá representá-la. No entanto, diante dessa pressão colocada por ela, o marido acaba desistindo de importuná-la.

Outra rede de poder observada foi a de Dona Inês e o marido. Ela afirmou: “(...) Eu que administro tudo, ele põe dinheiro na minha mão, mas eu que resolvo tudo!”. Ela se coloca como a administradora dos recursos da família, detentora do poder de controlar a organização da casa e de gastar o dinheiro da forma que julga adequado. Entretanto, o seu poder ainda encontra-se em uma hierarquia inferior com relação ao seu marido, por ele ser o principal mantenedor da renda familiar. Diante disso, Dona Inês deixou de fazer o que gosta (de trabalhar fazendo salgados para vender) para cuidar da sogra a “pedido” do companheiro, porém, ela reciprocamente, também estabeleceu uma relação de poder sobre ele, pois, agora, ele se vê dependente da esposa para o cuidado com sua mãe.

Perante essa imbricada rede de poderes, o marido teve que abrir mão de trabalhar fora para poder auxiliar a esposa no cuidado com a idosa, sendo esta uma exigência de Dona Inês que se vê “obrigada” a cuidar da própria mãe e diz:

Ela (mãe de Dona Inês) está dando bastante trabalho não quer comer, ela não quer tomar banho, ai a gente tem que ajudar um pouquinho né, eu falei com meu marido: “não, agora chegou a hora de você ficar em casa!” Essa semana ele não tá trabalhando não, ai eu arrumo e vou pra lá cuidar da minha mãe e ele fica aqui com a idosa (Dona Inês, 12/08/2014).

Outra situação que evidenciou as relações de poder no ambiente familiar foi o caso de Dona Maria que, desmistificando a imagem de mulher submissa, prontamente se declarou a chefe da casa, colocando seu marido em uma “hierarquia de poder” inferior a sua. Apesar de o marido ser aposentado, trabalhar de forma remunerada e contribuir no orçamento familiar, ele não assume o papel social de “homem provedor/controlador do lar” devido ao seu vício pela bebida alcoólica, cabendo à mulher assumir essa função. Dona Maria afirma ser a “matriarca da família”, responsável pela administração da renda familiar, pela organização do ambiente doméstico e pelos problemas cotidianos. Segundo ela, “Meu marido e meu genro são fraquinhos! E meu marido ainda gosta de uma pinguinha, aqui em casa quem tem força sou e minha filha!” (Dona Maria, 10/04/2014).

Percebeu-se que ela busca fragilizar a “imagem do marido e do genro” dentro do ambiente familiar. Quando essa figura masculina se “enfraquece” diante de seus papéis sociais de chefe e de provedor as mulheres da família passam a ganhar maior poder.

Outro fato a ser destacado é que a imagem, o significado simbólico de uma família integrada está relacionada aos valores sociais e morais distribuídos entre os membros da família, porém a mulher perante a “figura masculina” busca exercer o seu poder por meio de uma violência moral que se encontra, muitas vezes, velada nas relações como no caso de Dona Maria que diz: “meu marido e meu genro são fraquinhos!” ou por meio de chantagens quando Dona Inês ordena ao marido: “não, agora chegou a hora de você ficar em casa!” ou ainda pelo uso do “jeitinho” como Dona Carmem diz: “cê vai comigo, que ai cê sabe o que eu to fazendo e cê me ajuda, porque o dia que eu não puder ir, pra cuidar da casa, cê vai no meu lugar!”. São nessas relações que se encontra o micropoder.

Pelas observações do cotidiano familiar, foi possível identificar, portanto, uma rede de poderes, dos quais as mulheres lançam mão o “jeitinho feminino” para burlar o poder masculino socialmente legitimado. Ao assumir o trabalho doméstico como sua responsabilidade e os papéis de dona de casa e de cuidadora dos membros da família, as mulheres passam a exercer um poder dentro do ambiente doméstico, sendo este praticado, muitas vezes, “por trás dos panos” como afirmou Rocha-Coutinho (1994).

Confinadas por séculos no espaço da casa, onde reinavam quase que absolutas, enfeitando maridos e filhos com máscara da perfeição, as dedicadas e abnegadas mães e esposas encontraram formas especiais e silenciosas de articular sua resistência, em murmúrios que se perdiam, muitas vezes, no corpo forte dos homens que as sufocavam. Nem vítimas nem algozes, acreditamos que as mulheres ao longo dos anos foram tecendo modos de resistência a esta opressão masculina(...) (ROCHA-COUTINHO 1994, p.19).

De acordo com Rocha-Coutinho (1994), as mulheres fazem uso do “jeitinho”, de ordens, de ameaças, de chantagens emocionais dentre outras táticas femininas para construir uma rede invisível de poderes com o objetivo de controlar e organizar o interior da casa e da família, mas que muitas vezes, extrapola o ambiente da casa. Assim, para além dos discursos da mulher idealizada socialmente, o cotidiano dessas mulheres evidenciou as relações de poder que não as abnegam a uma condição de inferioridade ou de submissão dentro do âmbito doméstico. Ao contrário, as colocam em uma “hierarquia de poder” em que suas vontades se sobrepõem a autoridade masculina legitimada, sendo esta rede de poder construída, principalmente, em torno do trabalho doméstico a elas relegado. Dessa forma, por detrás da aparente fragilidade feminina, essas mulheres são detentoras de força e de poder dentro do ambiente familiar.

### 6.3. Contradições

As representações dessas mulheres sobre o trabalho doméstico se mostraram por vezes contraditórias, pois ora o percebem como algo sacrificante, ingrato e como uma obrigação feminina a qual elas estão acostumadas desde crianças, ora como um trabalho prazeroso que lhes satisfazem enquanto mulheres.

Aqui em casa eu que tenho que tomar conta de tudo, da casa, da sogra, até fazer compra é eu que tenho que fazer, meu marido não faz, até as coisas pra ele é eu que tenho que comprar (...) então é eu pra tudo, porque se tem uma pessoa aqui em casa, eu saio pra resolver as coisas, não tendo eu tenho que ficar quietinha dentro de casa (Dona Inês, 22/07/2014).

Ah ser mulher?! Ai eu acho que se tivesse, como diz o outro, eu queria, se tivesse na outra encarnação eu queria nascer homem! (risos) Mulher trabalha demais, né menina! (riso) Eu falo com meu marido “cês sai pra trabalhar, saiu pra trabalhar cês tá fazendo aquela coisa”. Mulher não, é uma coisa é outra, é outra, é outra, meu Deus é muita coisa uê! (risos) Muita coisa! Não sei se é porque aqui eu peguei a carga tudo, aqui minha filha, eu tô com 42 anos de casada, meu marido se ele tivesse aqui não podia tá falando isso que ele acha ruim, mas pergunta ele o dia que ele saísse, 42 anos de casado, para fazer uma compra! Eu que administro tudo, ele põe dinheiro na minha mão, eu que resolvo tudo! (Dona Inês, 27/08/2014).

(...) Serviço de casa, é um serviço ingrato, nunca acaba não gente, se for ver serviço de casa, cê num pode tomar nem um banho! (Dona Carmem, reunião:17/07/2014).

Ah toda vida a gente faz mesmo né, tem que costumar né, fazer, eu não ligo não, eu até gosto de fazer, a única coisa que eu não gosto muito de fazer é passar roupa, não gosto de passar roupa não, mas tem que passar fazer o quê?! E o homem não usa roupa sem passar de jeito nenhum, se der uma coceirinha ele já fala: “vesti roupa sem passar!”, então tem que passar sabe (Dona Carmem, 16/09/2014).

A sobrecarga de trabalho doméstico assumida pelas mulheres fica evidente em seus cotidianos familiares. Dona Inês afirma que ela é responsável por tudo que envolve o trabalho da casa e o cuidado com os membros da família, sem nenhum envolvimento do marido nas atividades referentes à casa. Ela argumenta que se pudesse nascer de novo ela não gostaria de “ser mulher” devido a essa injusta divisão sexual do trabalho. Dona Carmem também demonstra o seu descontentamento afirmando que as atividades domésticas constituem um trabalho “ingrato” e que “nunca acaba”, mas com o qual tem que “se acostumar”, pois faz parte de suas “obrigações” enquanto mulher-esposa-dona de casa. Assim, mesmo quando não gostam de realizar determinadas tarefas como, por exemplo, passar roupa, elas se veem “obrigadas” a fazê-las a fim de se mostrarem “boas donas de casa” e “esposas cuidadosas”.

Elas percebem o trabalho doméstico como sacrificante e ingrato devido a sua invisibilidade social, cultural e também econômica, trabalho este que não é valorizado e

nunca é concluído ou finalizado em um produto, sendo, por vezes, um fator de sua restrição ao ambiente da casa.

Trabalhos que visivelmente nunca acabam, jamais suscetíveis de receber um arremate final: a manutenção dos bens do lar e a conservação da vida dos membros da família parecem explorar o campo de uma produtividade digna de ser levada em conta. Só quando faltam é que chamam a atenção, mas neste caso é ainda de reprovação que se trata (GIARD, 2003, p. 217).

De acordo com a referida autora, esse grau de não reconhecimento do trabalho doméstico ocorre porque, em geral, as ocupações cotidianas das mulheres não recebem qualquer atenção, sendo o trabalho doméstico percebido socialmente como um lento e interminável “trabalho de mulher”, cabendo a elas esse status e essa função como se fossem de direito (GIARD, 2003).

Mesmo sobrecarregadas, as mulheres pouco se rebelam contra essa divisão desigual do trabalho doméstico “talvez porque aquelas que o fazem passam a ser mal vistas tanto pelos seus companheiros quanto pelos demais membros do grupo familiar e da vizinhança” (SILVA, 2009, p. 5182), o que deixa evidente a cobrança ideológica sobre os papéis sociais das mulheres, ou talvez ainda, seja pelo fato de elas, por meio do trabalho doméstico, exercerem o poder dentro do ambiente familiar.

Em contrapartida, o trabalho doméstico também consiste em uma atividade prazerosa e as falas de Dona Maria são representativas.

Com as dores na perna minha filha me ajuda, no período que eu fiquei de cama ela me ajudou, mas eu não aguento deixar os outros fazerem o meu serviço de casa, eu é que gosto de fazer! (Dona Maria, 04/04/2014).

Ai eu adoro meu trabalho doméstico, eu adoro, tudo que eu pego pra fazer eu gosto de fazer, não tenho que falar “e não gosto de fazer isso”, eu não, eu amo meu trabalho, se eu to cozinhando eu vou com muito prazer, se eu vou lavar uma roupa eu gosto, se eu vou arrumar uma casa, eu adoro arrumar casa! Boto um CD na vitrola, minha filha, e canto, e vou arrumando, limpando, quando eu vejo tá tudo limpinho. Ai eu to tão apavorada de não poder arrumar minha casa, Santo Deus! (Dona Maria, 24/07/2014).

Por outro lado, Dona Maria evidencia o prazer que sente ao realizar o trabalho doméstico ao dizer “eu que gosto de fazer!”, “eu adoro meu trabalho doméstico”. Isso, porque esse trabalho faz parte do “ser mulher” e do seu saber-fazer feminino que foi desenvolvido ao longo de sua experiência de vida por meio do qual pode demonstrar suas “competências e suas habilidades de mulher” e o sentimento de amor para com os membros da família. Esse prazer no trabalho também é uma forma de continuar ativa e de manter o seu lugar de poder dentro da família. Assim, quando outra pessoa assume tais atividades, no caso sua filha, Dona Maria se sente incapacitada e perdendo o seu espaço de poder.

Ao realizarem o trabalho doméstico, as mulheres se percebem como a “dona da casa”, como pessoas importantes para o funcionamento familiar, sendo o lar o lugar onde elas afirmam seus papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa. Entretanto, não se pretende dizer que os papéis sociais femininos se restrinjam ao trabalho da casa e muito menos concordar com a sua “naturalização”, mas sim acordar que as representações dessas mulheres sobre o trabalho doméstico foram construídas socialmente por meio das ideologias difundidas pelas instituições sociais que visam manter as mulheres como as principais responsáveis pelo trabalho da casa.

Deste modo, a divisão sexual dos papéis sociais e do trabalho é repassada ideologicamente para as gerações futuras criando um ciclo vicioso para as mulheres e dificilmente será quebrado. Isso ocorre porque “algumas vezes, o biologismo é confundido com o próprio destino, ao mesmo tempo em que expressam os seus papéis sexuais como culturais ou como resultantes da imposição familiar e social” (KOSMINSKY; SANTANA, 2006, p. 231).

As representações dessas mulheres acerca do trabalho doméstico também evidenciaram que elas próprias não consideram as atividades de cuidado, de conservação da casa e de reprodução como trabalho propriamente dito, uma vez que, acreditam que estas atividades são suas obrigações enquanto mulher, mãe, esposa e dona de casa. Ao passo que “trabalho” consiste em atividades que são realizadas de forma remunerada fora do ambiente doméstico.

Assim, segundo Jodelet (1989), as representações criam definições que são partilhadas pelos membros de um grupo e constroem uma visão “consensual da realidade” (p.4). Nesse caso, as mulheres aprenderam e reproduzem valores ideológicos, experiências, práticas, modelos de conduta e de pensamento que lhes foram socialmente inculcados ou transmitidos, representações estas que colocam a mulher como “naturalmente” relegada ao trabalho doméstico e a sua execução associada à imagem da mulher idealizada socialmente.

Portanto, o trabalho doméstico é considerado pelas mulheres como parte constituinte do “ser mulher”, da identidade social feminina, uma vez que as meninas tornam-se mulheres a partir de construções sociais que as relegam a tal atividade. O trabalho doméstico está relacionado às reposições dos seus papéis socialmente determinados, sendo impossível, assim, dissociar o trabalho doméstico das suas identidades femininas.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dicotomia socialmente estabelecida entre o “mundo produtivo” e o “mundo reprodutivo” que estabelece uma divisão social e sexual do trabalho no qual o homem é educado e treinado para trabalhar na “esfera produtiva” e a mulher relegada às atividades reprodutivas do âmbito doméstico contribuiu para a invisibilidade do trabalho que é realizado pelas mulheres cotidianamente no interior dos lares. Entretanto, não se acredita nessa divisão, mas sim numa complementariedade desses dois mundos/espacos, sendo o trabalho doméstico o pilar da produção capitalista, pois é por meio da manutenção da casa e da atividade de cuidado com os membros da família que estes encontram-se aptos e sadios para a venderem sua força de trabalho no mercado.

As mulheres participantes desse estudo são de classe média baixa, migrantes, negras e de baixa escolaridade. Suas histórias evidenciaram que são mulheres múltiplas, que trabalham diariamente dentro de casa, que conciliam, ou conciliaram o trabalho remunerado com o trabalho doméstico de suas residências, e que também, se ocuparam, ao longo de suas vidas, em atividades socialmente desvalorizadas, mas que garantiram a sobrevivência da família.

O trabalho doméstico executado por essas mulheres possui grande valor social e também econômico. Entretanto, por ser realizado no ambiente doméstico, por ser caracterizado como habilidades naturais femininas e por não gerar valor de troca, encontra-se encoberto e obscurecido nos cotidianos familiares, invisível nas dimensões sociais, culturais e econômicas da sociedade. Além disso, é desvalorizado até mesmo pelas próprias mulheres, pois elas não o percebem como trabalho, mas como uma “obrigação” da mulher diante dos seus papéis sociais. Em um contraponto, é por meio do trabalho doméstico feminino que as mulheres teceram redes de poderes no âmbito familiar em suas relações sociais e cotidianas, desmistificando a sua submissão ao poder masculino e tornando-as “donas da casa”.

Portanto, mesmo após um quadro de mudanças históricas e sociais em torno da condição social das mulheres, o trabalho doméstico ainda é percebido por elas próprias como parte constituinte do “ser mulher”, ou seja, parte da identidade social feminina, isto porque ele é reproduzido como elemento educador e socializador entre as mulheres da família, sendo a sua realização associada ao modelo idealizado da mulher “boa mãe, esposa cuidadosa”, “dona de casa dedicada” e “cuidadora”.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIFANO, A. C. S. **Estudo da Prática Situada – Uma Contribuição Metodológica para Avaliação e Concepção de Produtos**. 1999. 180 f. Dissertação (Mestrado em

Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

BERNARDINO-COSTA, J. Migração, trabalho doméstico e afeto. **Cadernos pagu** (39), jul.-dez., 2012, p.447-459.

BRITO, J. C. de; D'ACRI, V. Referencial de Análise para Estudo da Relação Trabalho, Mulher e Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 201- 214, abr/jun, 1991.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**. 1994.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v.23, n.2, jul/dez. 2006, p.331-353.

BRUSCHINI, M. C. A. e ROSEMBERG, F. A Mulher e o Trabalho. In: **Trabalhadoras do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, p. 9-22, 1982.

BRUSCHINI, M.C. A.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012, p.259-287.

CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. Identidade feminina - Um conceito complexo. **Paidéia**, v.14, n. 28, 2004 p. 211 -220.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

GIARD, L. Artes de nutrir. In: CERTEAU M.; GIARD, L. (Orgs), **A invenção do Cotidiano 2**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

HILLESHEIM, B. Trabalho doméstico “o serviço de sempre”. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (orgs). **Gênero e Cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 39-52.

HIRATA, H; KERGOAT, D. As novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. O conceito de trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (ed.) **Les representations sociales**. Paris: PUF, 1989, p. 31-61.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W.. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M. et al. (org.), **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres – desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2000.

KOFES, S.; PISCITELLI, A. Memórias de histórias femininas, memórias e experiências. **Cadernos Pagu**, p.343-354, 1997.

KOSMINSKY, E. V; SANTANA, J. N. Crianças e jovens e o trabalho doméstico: a construção social do feminino. **Sociedade e cultura**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p. 227-236.

MARX, K. O processo de trabalho e o processo de produzir mais valia. In: **O capital, crítica da Economia Política**. 1 ed. Difel, São Paulo, 1984, p. 201-223.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), dez. 2007, p. 435-454.

MELO, H. P; PESSANHA, M. C.; PARREIRAS, L. E. Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. **Gênero**, Niterói, v.2, n.2, 1º sem. 2002, p. 47-60.

PINHEIRO, Z. A. C. **O gênero da casa: vivências masculinas no espaço doméstico**. 179f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

QUIRINO, R. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade**. 2ª ed, 2012.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, p. 249, 1994.

SANTANA, M; DIMENSTEIN, M. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. **Psico-USF**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2005, p.93-102.

SILVA, E. B. Des-contruindo gênero em Ciência e tecnologia. **Cadernos Pagu**, 1998.

SILVA, T. M. G. Divisão do trabalho doméstico: uma questão de gênero. **IV Congresso Internacional de História**. Maringá, Paraná, 9 a 11 set. 2009.

SILVEIRA, C. M. H.; OSTERNE, M. S. F. A mulher é Eva, o homem é Adão? Reflexões sobre o significado de ser homem e de ser mulher na sociedade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 27, n. 1 - Jan/Jun. 2014, p. 1-18.

VARGAS, S. M; ROTENBERG, S. Identidade e trabalho doméstico feminino invisível. **Trevo**, v.1, n.2, 2011. Disponível em: <  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=trevo&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=91&path%5B%5D=80> > Acesso em: 15 out. 2014.

## **ARTIGO III: IDENTIDADE SOCIAL DE MULHERES MIGRANTES E A REPRODUÇÃO DO “SER MULHER”**

### **1. RESUMO**

Este artigo apresenta uma discussão teórica do conceito de identidade social e os resultados de uma pesquisa empírica que buscou compreender a construção da identidade social de mulheres migrantes na cidade de Viçosa-MG. A investigação foi fundamentada pela abordagem qualitativa na qual utilizou-se a história de vida e a entrevista aberta como técnicas de construção dos dados. Para compreender a construção identitária recorreu-se ao aporte teórico da psicologia social e, por meio desta, percebeu-se que as mulheres se diferenciam entre si no que concerne as suas histórias e características individuais, ao passo que se igualam pela pertença ao grupo “ser mulher”. Também se constatou que a mudança campo/cidade não alterou significativamente a identidade social dessas mulheres, uma vez que as ideologias difundidas pelas instituições sociais visam manter uma estrutura na qual a identidade feminina é posta e repostada socialmente.

**Palavras-chave:** Identidade social, identidade feminina, instituições sociais, “ser mulher”.

### **2. ABSTRACT**

This article presents a theoretical discussion about the concept of social identity and the results of an empirical research that aimed to understand the construction of the social identity of migrant women in Viçosa-MG. The research was supported by qualitative approach in which were used life story and the open interview as construction techniques of the data. To understand the identity construction we resort to the theoretical framework of social psychology and, through this, it was realized that women differ from each other regarding their stories and individual characteristics, whereas they equal by belonging to "being a woman" group. It was also found that the change field / city didn't significantly alter the social identity of these women, since ideologies spread by social institutions aim to maintain a structure in which the female identity is set and reset socially.

**Keywords:** Social identity, female identity, social institutions, "being a woman".

### **3. INTRODUÇÃO**

A elaboração desse trabalho ocorreu por meio da inserção anterior da pesquisadora no projeto “Maneiras de ser e de fazer: valorização dos saberes e dos sabores culturais em Viçosa-MG” realizado durante o período de três anos com um grupo de mulheres migrantes residentes no bairro Santo Antônio, Viçosa-MG. Por meio dessa convivência e interação, a longo prazo, entre pesquisadora/pesquisadas, surgiu o

seguinte questionamento: Como ocorreu o processo de construção das identidades sociais das mulheres que migraram do campo para a cidade?

Desse modo, o presente artigo objetivou compreender o processo de construção da identidade social feminina por meio de um estudo empírico com essas mulheres migrantes. Especificamente, buscou-se compreender o conceito de identidade a partir de diferentes abordagens teóricas e, mapear os grupos e as relações sociais dessas mulheres.

Para realização do estudo foi escolhida a abordagem da pesquisa qualitativa por meio da qual utilizou-se as entrevistas de história de vida e as entrevistas abertas como técnicas de construção de dados. Para a análise dos dados, recorreu-se a leitura e releitura do material empírico que, posteriormente, foi sistematizado e organizado cronologicamente.

As três mulheres participantes desse estudo, Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês, são de origem rural, mas residem na cidade há, aproximadamente, 40 anos. A mudança delas para a cidade ocorreu por motivos diferentes, os quais estavam relacionados à busca pela sobrevivência, à independência tanto econômica quanto em relação a autoridade dos pais e a melhoria das condições de vida da família.

Dona Maria e Dona Carmem se mudaram ainda solteiras com idade de 8 e 16 anos, respectivamente, e Dona Inês migrou aos 22 anos, casada e mãe de três filhas. Ao chegarem à cidade elas se ocuparam em postos de trabalhos associados ao trabalho doméstico feminino como babá, empregada doméstica, faxineira e lavadeira. Fato este que confirma a análise de Jacquet (2003) na qual a migração de mulheres para a cidade tem por objetivo a mobilidade social, sendo o emprego doméstico um canal de acesso para o seu estabelecimento na cidade, principalmente, no caso de mulheres que migram ainda jovens.

Ao contrário do que a referida autora afirmou, porém, sobre “a construção de uma nova identidade social” por meio da migração feminina, os dados do presente estudo evidenciaram que a mudança campo/cidade não contribuiu para a alterização<sup>1</sup> da identidade social dessas mulheres, uma vez que, as ideologias difundidas pelas instituições sociais, como família e religião, visam a reprodução e a reposição identitária ao grupo “ser mulher”.

Acredita-se, por meio dos resultados obtidos, que a construção de uma “nova identidade” feminina a partir da mudança sócio espacial é impossível, pois mesmo com

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Ciampa (2001) para se referir ao processo de negação de uma identidade pressuposta e cristalizada socialmente; faz referência ao processo de uma transformação, uma mudança significativa da identidade.

as metamorfoses das personagens, estas carregam consigo suas histórias do passado e os contextos vivenciados e que também conduzem as identidades do presente. Portanto, compreender o processo de construção identitária constituiu-se em um desafio, pois as pessoas mudam, embora continuem sendo elas mesmas.

#### **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção apresenta-se as discussões teóricas que estão divididas em três subseções. Primeiramente, discorre-se sobre o conceito de identidade. Em seguida, disserta-se sobre o conceito de sujeitos e identidades ao longo do contexto histórico e social. Por fim, apresenta-se a Teoria da Identidade Social e Teoria da Identidade como Metamorfose.

##### **4.1. Discussões teóricas em torno do conceito de identidade**

Saber quem é o outro é uma questão aparentemente simples e ao mesmo tempo desafiadora, pois as pessoas mudam continuamente, embora continuem sendo elas mesmas. Para compreender esse processo de constituição do sujeito tem-se o conceito de identidade. O termo identidade apresenta inúmeras abordagens conceituais e contribuições de áreas do conhecimento das ciências sociais como a antropologia, a sociologia e a psicologia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Na antropologia, a identidade é abordada a partir do processo de identificação étnica, grupal e do sentimento de pertencimento a determinada cultura, especificamente, a uma cultura nacional ou local. No estudo de Carrara e Simões (2007), a identidade é compreendida como um processo de categorização sócio-sexual por meio do qual é construída uma identidade nacional. Já para Baptista (2010), a construção identitária ocorre a partir da inter-relação do sentimento de pertencimento a um lugar e a cultura local. Oliveira (2003) por sua vez defende que a identidade social é constituída pelo processo de identificação étnica e das relações inter étnicas.

Para a sociologia, a identidade é formada por meio do contexto das relações sociais em que se estabelecem os limites de relação entre o nós com o (s) outro (s) ou o eu e o outro mediante uma interação de ações e de significações de interesse social, cultural, religioso, etc. Nesses estudos, a identidade está relacionada à noção de classes sociais, movimentos sociais, papéis sociais e de relações sociais. Assim, Zambrano (2009) apresenta a identidade na perspectiva da cultura nacional e de pertença a um determinado grupo social étnico. Em seus estudos, Hall (2006) expõe a cultura como elemento formador da identidade, principalmente, na constituição de uma identidade

nacional e local. Silva (2000) aborda a identidade de forma associada aos conceitos de reconhecimento social, resistência, alteridade, campo simbólico, interesses, pertencimento e ação social em que a identidade encontra-se fragmentada diante do contexto da sociedade complexa. Fontes (2010) analisa a identidade presente na sociologia contemporânea utilizando como base teórica a autora Michèle Lamont que, por sua vez, analisou como a classe trabalhadora constrói um senso de autovalorização e de percepção da hierarquia social por meio da diferença entre o “nós” e os “outros”. Já o estudo de Souza e Rosa (2005) evidencia a noção de identidade social formada a partir de relações sociais, sendo o trabalho o articulador dessas relações e construtor de identidades. Naujorks e Silva (2010) tratam da importância da incorporação do conceito de identidade pelas teorias dos movimentos sociais e, para tanto, apresentam o conceito de identidade de acordo com três teorias: a teoria cognitivista, a teoria interacionista-estrutural e a teoria culturalista da identidade.

Na psicologia se destacam uma gama de estudos relacionados ao tema identidade, especificamente, os estudos em psicologia social abordam a construção identitária a partir do sentimento de pertença do indivíduo aos grupos sociais e o valor emocional atribuído a essa pertença, do compartilhamento de normas e valores sociais, das relações sociais do sujeito com o (s) outro (s) e uma relação de igualdade e de diferença entre o eu e os outros. A identidade social do indivíduo é transformada pelo contexto social, histórico e cultural da sociedade na qual está inserido. Segundo o estudo de Garcia (2004), a vida social do indivíduo é sempre simbolicamente mediada, seja pelo discurso, seja por manifestações artísticas. Pode-se dizer que a vivência social é culturalmente construída, ao passo que a cultura é uma construção social, dando direção e sentido aos seus pertencimentos e ações. Portanto, a cultura faz parte do contexto onde a identidade social é construída. Guitart (2011) também aponta a influência da macro cultura na formação e transformação da identidade, tendo o capitalismo impacto negativo para a sua formação. Para Monteiro (2009), o contexto social no qual o indivíduo está inserido age diretamente ora no processo de construção identitária no nível da identidade individual ora no nível da identidade social. No estudo de Paiva (2007), o seu conceito mantém a ênfase na interação com o grupo, mas busca recuperar a singularidade do indivíduo. O autor também procura compreender a identidade por meio da complementariedade da psicologia social com a psicologia da personalidade. Nos estudos de Mourão e Cavalcante (2006) e de Silva (2013), a identidade é abordada na perspectiva do sentimento de pertencimento a um lugar, sendo o tempo e o espaço determinantes para a construção de novas e de múltiplas identidades. Para Prado,

Campici e Pimenta (2004), as práticas e os discursos grupais colaboram no processo de constituição da identidade política de um grupo. Já o estudo de Lordelo e Barros (2005) considera o processo de construção da identidade social a partir da pertença a grupos e das relações intergrupais. Por fim, os estudos de Gonçalves Neto e Lima (2010); (2011) e de Oliveira et al. (2011) apresentam a identidade como múltipla, dinâmica, social e histórica, sendo ela transformada continuamente por meio de um processo de “metamorfose” de personagens.

Diante das abordagens das áreas de conhecimento em torno do termo identidade, recorreu-se, no presente estudo, à abordagem da Psicologia Social, uma vez que considerou-se a sua abordagem mais completa para compreensão da identidade social das mulheres migrantes à medida que agrega a perspectiva tanto a antropologia e a sociologia quanto acrescenta a noção da emoção dos sujeitos. Assim, optou-se pelo aporte teórico de Henri Tajfel e de Antônio da Costa Ciampa, autores de referência da psicologia social e que compõem a base teórica dos estudos atuais de identidade social, sendo alguns destes estudos citados anteriormente.

#### **4.2. Conceituando sujeitos e identidades ao longo do contexto histórico e social**

O conceito de identidade mudou ao longo da história e dos contextos sociais. No Iluminismo, durante o século XVIII, o sujeito era percebido como centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. A identidade era o “centro” que consistia num núcleo interior que surgia a partir do nascimento do sujeito e com ele se desenvolvia, porém permanecia de forma contínua e “idêntica”; sua identidade permanecia imutável desde o seu nascimento até a sua morte. A concepção do sujeito nesse período era muito “individualista” (HALL, 2006).

Ao passo que, no mundo moderno, até a metade do século XX, a identidade do sujeito refletia a crescente complexidade desse período e a consciência de que a identidade não era autônoma e auto suficiente, mas formada pela relação com outras pessoas, sendo mediada por valores, sentidos e símbolos da cultura da qual o sujeito fazia parte. Nessa concepção “interativa” da identidade e do eu destacam G.H. Mead, C. H. Cooley e os interacionistas simbólicos que percebiam a formação da identidade a partir da interação entre o eu e a sociedade. A identidade de acordo com esta concepção compreende a relação entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público (HALL, 2006).

E na pós-modernidade, desde o final do século XX, o sujeito deixa de ter uma identidade única e estável e torna-se fragmentado, composto por várias identidades,

algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Logo, a identidade do sujeito pós-moderno não é fixa, essencial ou permanente, mas formada e transformada continuamente. Transformações estas influenciadas pelos contextos sociais, históricos e culturais nos quais os sujeitos estão inseridos. Assim, o sujeito passa a assumir identidades diferentes em diferentes momentos em que estas não são mais unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006).

Percebeu-se que em termos de concepção teórica, o conceito de identidade deixou de ser algo fixo e único para se tornar múltiplo, mutável e transformado continuamente, sendo os sujeitos compostos por identidades. Nesse estudo, portanto, considera-se que a identidade é um processo de construção permanente e em constante transformação e que o sujeito se constitui por várias identidades que se interagem mutuamente formando uma totalidade.

A partir dessa perspectiva, Henri Tajfel e Antônio da Costa Ciampa se destacam. Ambos acreditam que os sujeitos possuem identidades que são construídas a partir da relação do eu com os outros e do sentimento de pertença aos grupos sociais que, por sua vez, encontram-se inseridos em um meio social, histórico e cultural. De forma complementar, Ciampa afirma que as identidades também são constituídas pelo processo de igualdade e de diferenciação, pelas representações dos sujeitos, pelo processo de *mesmice* e/ou de alterização que, por fim, fazem parte de um processo maior de metamorfose da identidade. Assim, recorreu-se às bases teóricas desses dois autores na busca de uma complementariedade teórico-conceitual em torno do termo “identidade”.

#### **4.3. Teoria da Identidade Social e Teoria da Identidade como Metamorfose: a busca de uma complementariedade teórico-conceitual**

Henri Tajfel, judeu europeu, vivenciou a realidade da perseguição nazista da Segunda Guerra Mundial e trabalhou durante seis anos sob várias formas e em vários países da Europa em organizações que buscavam reabilitar as vítimas da guerra. Por meio dessas experiências pessoais Tajfel se interessou pela psicologia social (TAJFEL, 1982).

Como psicólogo social e cientista, Tajfel teve um papel central no desenvolvimento da psicologia social na Europa desde meados de 1950. Em sua obra “Grupos humanos e categorias sociais”, o autor reuniu os seus principais estudos e apresentou a sua crítica à psicologia social tradicional fundamentada na neutralidade da pesquisa, na tendência individualista, nas experiências realizadas em laboratórios e no desinteresse em compreender os comportamentos e a vivências individuais dos sujeitos inseridos nas estruturas sociais. Para ele, uma psicologia social “neutra” é praticamente

impossível, sendo necessário, na função dos psicólogos sociais, “tentar compreender a integração das interações individuais nos seus contextos sociais globais” (TAJFEL, 1982, p.18). Tajfel criticou a psicologia social experimental considerando-a uma ciência social praticada num vácuo social, ou seja, sem considerar relevante o contexto no qual estão inseridos os sujeitos, sendo estes, portanto, vistos como amorfos e imutáveis.

Essas críticas à psicologia social e sua conseqüente transformação em termos teóricos-metodológicos ao longo dos anos possibilitaram a mudança na concepção de indivíduo e de identidade. O indivíduo deixou de ser percebido como uma unidade de análise isolada para ser compreendido a partir das suas relações interindividuais, pertencente a grupos e inserido em estruturas e contextos sociais mais amplos (TAJFEL, 1982).

No Brasil, a elaboração de teorias psicológicas críticas à realidade social ganhou maior destaque na década de 80 com o grupo de pesquisa coordenado por Silva Lane no Programa de Estudos de Pós-Graduados da PUC-SP. Esse grupo se estabeleceu como um dos principais centros de pesquisa em psicologia social no país com destaque para Antônio da Costa Ciampa, formado em psicologia, mestre e doutor em psicologia social.; Em seus estudos em psicologia social, Ciampa abordou o sujeito como fruto de uma construção social e histórica que se modifica por meio das alterações do meio social onde vive (SILVA, 2009).

A teoria crítica da psicologia social, defendida por Ciampa e por seus colegas do grupo de estudo, teve por objetivo contrariar as abordagens burguesas da psicologia social que não consideravam em seus estudos a importância e as peculiaridades sociais e históricas da sociedade brasileira, bem como viam o sujeito como um ser estático e pouco dinâmico. Assim, orientado por Lane, Ciampa elaborou a categoria identidade para explicar a constituição do eu de forma dinâmica, numa abordagem psicológica mais crítica (SILVA, 2009).

Desse modo, tanto Tajfel quanto Ciampa, mesmo que em épocas diferentes, se destacaram por contrariarem a concepção da psicologia social tradicional e por considerarem em seus estudos o meio social como mediador para a formação do sujeito, sendo este um ser dinâmico e constituído a partir da interação social que se estabelece com os outros e com os grupos sociais do qual se pertence. Nesse sentido, o contexto social, cultural e histórico no qual o sujeito encontra-se inserido ganha importância.

Segundo a teoria da Identidade Social proposta por Tajfel (1982),

(...) Um indivíduo sente, pensa e comporta-se numa variedade infinita de situações através da vida, com base na sua identidade social, criada pelos vários grupos de que é membro, e com base na sua relação com a identidade social dos outros, enquanto indivíduos, ou em masse. É igualmente óbvio que esta conduta social é fortemente determinada pelas relações entre os grupos a que ele pertence, assim como entre outros grupos, e que a natureza destas relações, por sua vez, é devida em grande parte às regularidades das condutas intergrupo socialmente partilhadas. Este é, pois, um fenómeno social que se pode considerar um exemplo, par excellence, da interação entre indivíduo e o seu contexto social (...) (TAJFEL, 1982, p.41).

Para o autor, a identidade social é o sentimento de pertença a um grupo social e de não pertença a outro. Constitui um autoconhecimento do sujeito sobre essa pertença, juntamente com o significado emocional e de valor associado a ela. O grupo ao qual nos sentimos pertencentes é chamado de ingroup e o grupo a que não sentimos pertencentes é o outgroup.

Para Tajfel, a identidade social é consequência do processo de Categorização Social que consiste em uma característica cognitiva humana de agrupar em categorias ou grupos, objetos, eventos e pessoas de acordo com suas semelhanças. “A percepção social consiste em “categorizar”, ou agrupar em “categorias”, pessoas possuidoras de características não possuídas por outras” (PAIVA, 2007, p.79).

Os processos de categorização social que dispõem o indivíduo a identificar-se com um ou outro grupo acontecem a partir das possibilidades de auto-realização desse indivíduo. O nível coletivo da identidade social é construído a partir de processos intergrupos, porém isso acontece a partir de necessidades de categorização social que são considerados intrínsecos aos indivíduos, já que estão relacionados à auto-realização comum a todos nós (NAUJORKS; SILVA, 2010, p.11).

Assim, o processo de Categorização Social é fundamental para a relação entre o indivíduo e o meio social. É por meio desta relação que se define o lugar do indivíduo na sociedade. A pertença a um grupo pode ser resultado de uma escolha pessoal ou uma imposição externa ou do acaso, mas o importante é a percepção de pertença.

Tajfel (1982) também explicita a existência dos estereótipos que consistem na formação de uma imagem mental hiper simplificada de uma determinada categoria de indivíduos, instituição ou acontecimento, compartilhada por um grande número de pessoas, ou seja, “os estereótipos são certas generalizações conseguidas por indivíduos” (TAJFEL, 1982, p. 162). Os estereótipos mediam as relações entre os diferentes grupos sociais e entre o indivíduo e os grupos de pertença.

O conhecimento de si, portanto, ocorre pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos que são identificados por meio de um grupo social específico que existe

objetivamente, tendo suas histórias, suas tradições, suas normas, seus interesses etc. (GONÇALVES NETO; LIMA, 2010). De forma complementar, Ciampa (2001b) acredita que, para compreender a identidade, não se pode restringir apenas a pertença a grupos sociais, isto pelo fato de pensar que “os substantivos com os quais nos descrevemos (“sou brasileiro”, “sou homem” etc) indicam uma substância determinante (“brasilidade”, “masculinidade” etc)” (CIAMPA, 2001b, p.64), o que tornaria o indivíduo imutável e idêntico a si-mesmo. Para o autor, é preciso uma reflexão maior sobre os grupos por meio das relações que estabelecem entre si e com o meio onde vivem, ou seja, “pela sua prática, pelo seu agir (num sentido amplo, podemos dizer pelo seu trabalho); agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir etc., já não mais substantivo, mas verbo” (CIAMPA, 2001b, p. 64), sendo o sujeito um ser agente.

Para Tajfel (1982) e Ciampa (2001), os indivíduos possuem múltiplas pertencas grupais e, portanto, as várias identidades sociais não devem ser tratadas como mutuamente exclusivas, mas como uma totalidade formada ao longo da vida.

Especificamente, na teoria da Identidade como Metamorfose, Ciampa (2001) propõe a articulação entre a diferença e a igualdade como processos fundamentais para a formação das identidades. O exemplo é que na família, o primeiro grupo social a qual pertencemos, temos o primeiro nome que nos diferencia dos demais membros, ao passo que o sobrenome nos iguala e nos faz pertencentes à mesma família. É nesse processo que nos diferenciamos e nos igualamos dentro dos diversos grupos sociais aos quais pertencemos ou não (CIAMPA, 2001a; OLIVEIRA et al., 2011).

Na obra “A estória do Severino e a história da Severina”, Ciampa (2001a) evidenciou por meio da história de vida de dois personagens (um fictício e outro real) a metamorfose da identidade, a plasticidade do vir-a-ser da identidade e de como as relações sociais e históricas são determinantes para a produção identitária. A exemplo de Severino (personagem fictício) em que as condições sociais e históricas do nordeste brasileiro de tantos Severinos o impedia de se identificar como um ser singular. E é buscando se diferenciar que Severino se vê igual aos demais Severinos da região onde vive. Ao passo que Severina (personagem real) ao logo da sua história de vida convive com permanências e mudanças identitárias; o autor buscou evidenciar por meio dos relatos da personagem as suas identidades e as metamorfoses durante os vários contextos vivenciados por ela (CIAMPA, 2001a).

Ciampa (2001b) apresenta em sua obra o termo personagem para designar a expressão empírica da identidade. Para o autor “todos nós- eu, você, as pessoas com quem convivemos – somos as personagens de uma história que nós mesmos criamos,

fazendo-nos autores e personagens ao mesmo tempo” (CIAMPA, 2001b, p. 60). Aqui o autor não traz a personagem como um sujeito passivo e estático que apenas executa papéis pré-estabelecidos como se fosse um teatro, uma vez que a personagem é abordada por ele como um ser ativo, histórico e social.

Para esse autor, “as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo, em que são constituídas cada uma por ela” (CIAMPA, 2001a, p. 127). Reconhece, dessa forma, a interação entre indivíduo e sociedade. A identidade não pode ser definida como um traço estático, único e imutável, pois o sujeito é composto por várias identidades que se movimentam dialeticamente, ora permanente ora transformada, “ora distingue, diferencia; ora confunde, une, assimila. Diferente e igual” (CIAMPA, 2001a, p. 137).

A identidade “é aquilo que nos apresenta a nós mesmos, nos identifica para os outros ou que os outros veem, reconhecem (identificam) em nós” (GONÇALVES NETO; LIMA, 2010, p.93). Há um jogo de identidade-reconhecimento entre o eu e o (s) outro (s), sendo a identidade o resultado de uma dialética que deriva das maneiras de como nos (re) conhecemos e de como somos (re) reconhecidos pelos outros (GONÇALVES NETO; LIMA, 2010).

Ciampa apresenta essa discussão por meio da relação de identidade e representação. Para ele, compreender o aspecto constitutivo da identidade envolve a própria representação, porém considerando-a também como processo de produção e de identificação. Ciampa afirma que

Não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há como que uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação. Por exemplo, antes de nascer, o nascituro já é representado como filho de alguém e essa representação prévia o constitui efetivamente, objetivamente, como “filho”, membro de uma determinada família; posteriormente, essa representação é assimilada pelo indivíduo de tal forma que seu processo interno de representação é incorporado na objetividade social como filho daquela família (CIAMPA, 2001b, p. 65).

Após a representação prévia, o nascituro, uma vez nascido, será constituído como filho no decorrer das relações estabelecidas. Essas relações confirmam a representação por meio de comportamentos que reforcem a sua conduta como filho, ao passo que esses comportamentos ocorrerão à medida que é pressuposta a identificação da criança como filho. “Dessa forma, a identidade do filho, se de um lado é consequência das relações que se dão, de outro – com anterioridade – é uma condição dessas relações. Ou seja, é pressuposta uma identidade que é repostada a cada momento (...)” (CIAMPA, 2001b, p. 66).

Compreender esse processo de representação e identificação é algo complexo, visto que a identidade pressuposta é reposta socialmente e é percebida como um produto final, uma identidade dada e não como um contínuo processo de identificação, se dando, ou seja, uma vez identificada à pessoa, a produção de sua identidade se restringisse a um produto. Um exemplo disso é quando dizemos “eu sou filho” e não “estou sendo filho”.

Assim, apesar de Tajfel e Ciampa apresentarem a identidade como algo dinâmico, mutável, variável, Ciampa (2001a) se sobressai ao apresentar também o caráter de mesmice da identidade. Segundo este, o ser humano como um ser social é um ser-posto que se identifica, discriminando-o como um ser dotado de características que lhe dão uma identidade atemporal. Desse modo, a reposição da identidade deixa de ser percebida como sucessão temporal e passa a ser percebida como algo idêntico a si-mesmo, permanente e estável. O processo de mesmice consiste na reposição de personagens, “o que pode se dar como consciente busca de estabilidade identitária ou inconsciente compulsão à repetição” (GOLÇALVES NETO; LIMA, 2011, p. 36). A identidade é reforçada/anulada, resignificada conforme as condições da realidade enfrentada pelos sujeitos.

O processo de mesmice cria uma aparente não-metamorfose quando uma personagem reposta é percebida como dada permanentemente, “como se aquele modo de agir – que é contingente e determinado por um contexto – fosse a manifestação de uma suposta essência do indivíduo, ou algo estrutural, ou inerente a ele, e não como a reposição de uma identidade que um dia foi posta” (GOLÇALVES NETO; LIMA, 2011, p. 36). Por exemplo: “Se ele é pai e a mesmice de si está assegurada, sua identidade de pai está constituída permanentemente; de fato, ele se “tornou” pai e assim permanecerá enquanto ela estiver sendo reposta cotidianamente” (CIAMPA, 2001b, p.67). Mas ao mesmo tempo em que ele é pai ele também é filho, então esse outro, que também é ele, é negado para que não ameasse a posição do seu filho, uma vez que não se estabeleceria a diferença.

Ao assumir esse outro “outro” que também sou eu, Ciampa (2001a) denomina esse processo de alterização da identidade que consiste na superação do processo de mesmice. Segundo o autor, é

(...) a ideia de uma mudança significativa – um salto qualitativo – que resulta de um acúmulo de mudanças quantitativas, às vezes insignificantes, invisíveis, mas graduais e não radicais, que podem indicar uma possibilidade e uma tendência, da conversão das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas (CIAMPA, 2001a, p.183).

Assim, na alterização, a pessoa deixa de presentificar uma identidade cristalizada em momentos anteriores (deixa de repor uma identidade pressuposta) para ser movimento, ser processo, passa a ser metamorfose (CIAMPA, 2001a). Gonçalves Neto e Lima (2011) ainda complementam que esse processo de mudança está condicionado à determinadas questões históricas e materiais.

Existe, assim, uma unidade da multiplicidade que se desenvolve por meio dessas determinações.

Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. Quando estou frente a meu filho, relaciono-me como pai; com meu pai, como filho; e assim por diante. Contudo, meu filho não me vê apenas como pai, nem meu pai apenas me vê como filho; nem eu compareço frente aos outros apenas como portador de um único papel, mas sim como representante de mim, com todas as minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto. Dessa forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade se reflete na outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas (CIAMPA, 2001b, p. 67).

Portanto, a identidade como metamorfose pode ser definida em poucas palavras por Antônio Ciampa (2001b, p. 74): “é sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação”. Oliveira et al., (2011), fundamentados teoricamente pelo referido autor, dissertam sobre a complexidade em se conceituar o termo identidade, sendo sua principal característica a “plasticidade”, com o seu movimento constante, com a interpenetração entre vários personagens que interpenetram-se com outros personagens no contexto das relações sociais, o que assegura o caráter processual da identidade enquanto repetição diferenciada no qual emerge “outro” que também é parte da identidade. Apesar das mudanças ocorridas no processo de construção identitária assumir diversas combinações, as identidades adquirem a forma de uma totalidade, de uma unidade de contraditórios, ora permanente, ora transformada.

Diante dessas duas concepções teóricas sobre a identidade, buscou-se uma complementariedade teórico-conceitual para compreender a construção identitária das mulheres migrantes a partir da pertença dessas ao grupo social “ser mulher”, bem como a partir das interações sociais estabelecidas cotidianamente e das relações intergrupais constituídas ao longo de suas histórias de vida e dos contextos sociais, históricos e culturais vivenciados por elas.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesta seção estão explicitados, em detalhes, o método qualitativo de pesquisa, a contextualização do local do estudo e o como ocorreu a migração das mulheres.

### **5.1. Método**

Para a realização deste estudo recorreu-se à metodologia qualitativa, sendo a entrevista da história de vida e a entrevista aberta as técnicas utilizadas no processo de construção dos dados. Em um primeiro momento, foram realizadas as histórias de vida que, segundo Souza (2006), consiste em um tipo de entrevista em profundidade e objetiva compreender uma vida, ou parte dela, e os diferentes contextos vividos pelos sujeitos, bem como desvelar e/ou reconstituir processos históricos. Essas histórias de vida também podem se configurar em relato oral ou escrito pode ser obtido por meio de entrevista ou de diários pessoais.

No caso do presente estudo, procurou-se conhecer as histórias de vida das mulheres migrantes a partir da mudança da condição social de meeiras para a condição de mulheres urbanas assalariadas a fim de entender como se deu a construção identitária feminina ao longo dessa trajetória. A pergunta aliciadora para que as mulheres se remetessem ao passado e às suas histórias foi: “a senhora pode me contar um pouco da sua história de quando morava na roça?”.

Após conhecer as histórias de cada mulher, foram realizadas subsequentes visitas às suas residências para realizar entrevistas abertas as quais objetivaram fechar as lacunas que por ventura apareceram, bem como aprofundar determinadas questões, como por exemplo, o perfil social e econômico da família, os grupos sociais dos quais elas participavam cotidianamente, os principais eventos dos quais frequentavam, as principais relações sociais estabelecidas. Assim, a entrevista de acordo com Haguette (1992) constituiu num processo de interação social entre a pesquisadora e as pesquisadas por meio da qual busca-se realizar as “leituras” do real.

Durante todo o processo de construção dos dados, objetivou-se criar um espaço de diálogo informal com as mulheres em forma de conversas. Este fato possibilitou um ambiente favorável à realização do estudo e de maior confiança delas à presença da pesquisadora em suas residências. Durante as conversas, foram realizadas perguntas simples, empregando termos cotidianos utilizados por elas com o intuito de encorajá-las a falar sobre suas vidas, como orientam Jovchelovitch e Bauer (2002).

As conversas com as mulheres foram gravadas em áudio com a devida autorização, transcritas e organizadas. Posteriormente, o material passou por leitura e releitura como

orienta Thiollent (1985) e foram analisadas em função dos conteúdos das falas, por meio do qual foram organizadas, cronologicamente, as histórias de vida das mulheres, o que possibilitou localizar os principais grupos sociais de pertença, as relações sociais entre os grupos, e as relações dessas mulheres para com estes grupos sociais.

## **5.2. Contextualizando o local do estudo**

O estudo foi realizado na cidade de Viçosa-MG localizada na Zona da Mata Mineira. A cidade caracteriza-se por ser o centro migratório da microrregião, sendo esta formada por 20 municípios de pequeno porte.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o município quase triplicou nas últimas décadas, de 25.784 habitantes na década de 1970 para 72.220 habitantes residentes em 2010. Desse total em 2010, 35.001 eram homens e 37.219 eram mulheres. A população residente na cidade era de 67.305 pessoas composta por 32.419 homens e por 34.886 mulheres. A população do campo totalizava 4.915 pessoas das quais 2.582 eram homens e 2.333 eram mulheres. Estes dados caracterizam o município como predominantemente urbano.

O aumento do fluxo migratório no município de Viçosa teve como marco a construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) inaugurada em 1926. Essa instituição fez com que a cidade se tornasse a principal da microrregião e o centro migratório dos municípios circunvizinhos bem como de diversas regiões do Brasil e do Mundo. O crescimento populacional demandou renovação na infraestrutura urbana, com investimentos em habitação, no setor de transporte e serviços, fazendo com que a cidade passasse por um processo de reestruturação econômica, política e cultural (PEREIRA, 2005).

Em 1948, o Governo do Estado transformou a ESAV em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) com o objetivo de promover o desenvolvimento da Escola e a sua condição para universidade. Na década de 60, as aspirações e horizontes delineados pela UREMG foram inibidos pela escassez de recursos orçamentário do Estado, o que motivou o Governo de Minas Gerais a promover a sua federalização. Assim, em 1969, novos horizontes se abrem para a Universidade Rural, dando origem à Universidade Federal de Viçosa (UFV). Nesse período, a universidade iniciou a abertura de novos cursos de graduação e a expansão dos existentes. Os recursos propiciaram também a contratação de novos professores e funcionários, além da realização de obras de infraestrutura e da expansão da planta física (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1999).

Nesse mesmo período, a população rural vivenciava um quadro de empobrecimento devido à crise do café e a sua substituição por pastagens nas décadas anteriores. Além disso, a Zona da Mata Mineira, diante da pauperização, não foi contemplada pela mecanização do campo o que contribuiu para a migração campo/cidade. Assim, o desenvolvimento da UFV contribuiu para o surgimento de uma nova dinâmica econômica, social e política na cidade, o que fez com que Viçosa recebesse um grande número de migrantes da zona rural, contribuindo para o seu crescimento acelerado (LELIS, 2011).

Especificamente, este estudo foi realizado no bairro Santo Antônio que caracteriza-se por ser o terceiro bairro mais populoso da cidade com 8.586 habitantes e por ser um bairro periférico. Sua ocupação remonta ao fim da década de 60 por famílias de pequenos agricultores da região que buscavam na mudança campo/cidade melhores empregos na universidade, estudo para os filhos e melhor qualidade de vida (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011).

Ao chegarem a Viçosa, os migrantes dessa época foram atraídos pelos novos loteamentos localizados na atual área do bairro, pois era grande a oferta de lotes a preços baixos, além da proximidade de acesso as demais áreas da cidade e da Entrada Alternativa da universidade. As pessoas que vieram para o bairro eram, em sua maioria, pessoas do campo de cidades vizinhas como Cajuri, Teixeiras, Pedra do Anta, Ponte Nova, Ubá, e da própria zona rural de Viçosa (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011).

### **5.3. As mulheres migrantes**

A escolha das mulheres ocorreu a partir da inserção anterior da pesquisadora em um projeto de pesquisa realizado no bairro Santo Antônio do qual essas mulheres ainda fazem parte. Elas são migrantes da zona rural e se mudaram para o referido bairro entre os anos de 1972 e 1976 e foram atraídas para essa área devido aos novos loteamentos de terra a baixos preços.

Dona Maria tem 63 anos e Dona Carmem tem 60 anos. Elas vieram do município vizinho chamado São Miguel do Anta quando ainda eram solteiras e jovens. Dona Inês tem 60 anos e migrou da zona rural de Viçosa, estando casada e mãe de três filhas.

Ao migrarem para a cidade, estas mulheres se ocuparam em atividades relacionadas ao trabalho doméstico, ocupações estas de baixo prestígio social, uma vez que estão relacionadas à reprodução social. Todas são casadas, mães e avós, possuem baixa escolaridade, são negras e, economicamente, pertencem à classe média baixa. Com relação à ocupação, Dona Maria e Dona Inês se dedicam às atividades de cuidado

dos membros da família e do trabalho doméstico de suas residências, enquanto Dona Carmem trabalha de forma remunerada como funcionária pública da universidade lotada no cargo de serviços gerais no abatedouro da instituição.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nessa seção, apresenta-se e discute-se os resultados que estão divididos em duas subseções. A primeira delas disserta sobre a construção das identidades das mulheres migrantes. A segunda retrata as ideologias, as instituições sociais e a reprodução da percepção do “ser mulher”.

### **6.1. A construção das identidades das mulheres migrantes**

As histórias de vida de Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês remontam a época em que elas residiram no campo. Suas vidas cotidianas, nesse período, foram marcadas pelo “trabalho da roça<sup>2</sup>” e pelo “trabalho da casa”. Por serem de origem de famílias meeiras<sup>3</sup>, essas mulheres relataram que, ainda crianças, tinham a difícil condição de conciliar os dois trabalhos, uma vez que trabalhavam junto com os pais e os irmãos nas plantações e, nas “horas vagas”, geralmente no final do dia, tinham que se dedicar ao trabalho doméstico, sendo esta atividade exclusividade feminina, da mãe e das filhas.

Assim, o que estruturava e organizava o trabalho na pequena unidade de produção agrícola era o trabalho familiar no qual havia uma divisão das atividades de acordo com o sexo e com o ciclo de vida dos membros em que o homem dedicava-se exclusivamente ao “trabalho da roça”. À mulher e às crianças cabiam tanto o trabalho nas plantações quanto as tarefas domésticas. Por meio dessa divisão do trabalho, a família buscava a sua manutenção na propriedade, a sobrevivência, bem como a necessidade de continuar na condição de meeiros.

As mulheres narraram que, diante dessa jornada de trabalho e do cuidado com os membros da família e dos irmãos mais novos, elas não puderam estudar durante a infância. Sendo assim, elas frequentaram a escola até apreender a ler e a escrever, pois os pais “acreditavam” que as filhas tinham a “obrigação” de ajudá-los tanto no trabalho da roça quanto no trabalho doméstico, o que acarretava o abandono escolar. As falas abaixo são representativas dessa condição social.

---

<sup>2</sup> Trabalho realizado nas plantações de milho, feijão, arroz, café; consistia nas atividades de plantar, capinar e colher.

<sup>3</sup> A família residia na propriedade do dono da terra, e em troca da moradia, a produção agrícola produzida pela família de meeiros era dividida com os padrões. Parte dessa produção era destinada a subsistência dos meeiros e a outra para o dono da terra.

Oh, primeiro de manhã ia pra aula, né, estudava de manhã, aí chegava 11 hora, tinha os irmão mais novo, que eu tinha que ajudar olhar né, aí tinha que olhar os irmão mais novo. E aí nós ia pra panha café, chegava da aula, almoçava e ia panhar café, quando dava 6 hora (da tarde) nós chegava. A água era muito difícil antigamente, que hoje as coisa tá bem mais fácil né, ia todo mundo buscar água, aí tinha uma quantidade de água dentro de casa. (...) Quem aguenta estudar desse jeito? (...) E mãe não gostava que a gente estudava de jeito nenhum (Dona Carmem, 19/07/2014).

Ai eu fiz até o segundo ano só, primário né, eu mal assino meu nome, leio muito pouco, e faço conta, eu sei fazer conta muito bem! Matemática foi a única que entrou na minha cabeça. Mas aí eu tive que parar de estudar pra poder trabalhar (Dona Maria, 24/07/2014).

Minhas irmãs não gostavam muito de trabalhar na roça não, nós tiramos só até a quarta série, mas chegava da aula as tarefas tava lá pra nós fazer, mas depois que elas tiraram a quarta série elas quiseram trabalhar na casa dos outros (Dona Inês, 22/07/2014).

Percebeu-se que, diante da condição social de meeiros e da situação de pobreza, elas “escolheram” o trabalho em detrimento da escola e, logo que pararam de estudar, buscaram se empregar no trabalho doméstico remunerado “nas casas dos outros” na cidade de origem ou nas fazendas da região como uma alternativa de sobrevivência. Isso, também ocorreu pelo fato de seus pais acreditarem que as “filhas-moças” não precisavam de estudo para serem “boas esposas, mães e donas de casa” no futuro. Especificamente, ao ensinar o trabalho doméstico para as meninas ainda pequenas as mães, ou outra figura feminina próxima, tinham por objetivo treiná-las para que fossem “boas donas de casa”.

No entanto, não era somente o trabalho que fundava o cotidiano na roça, pois a religiosidade também influenciava a vida das famílias e da comunidade rural, sendo “as rezas” nas casas dos vizinhos, as missas nas capelas e as fogueiras dos meses de junho e julho eventos com significados valorosos não apenas para o calendário religioso como também constituía-se em momentos de encontro com os outros, de sociabilidade e de distração. Como se lembraram Dona Maria e Dona Inês,

Lembro de todas ocasião assim de São João, São Pedro, Santo Antônio, a gente fazia aquelas trezenas, novena, fogueira todo dia né?! Com muita gente em volta, dança né?! Quadrinha essas coisa assim, assava muita batata, mandioca naquelas fogueiras, pros pessoal comer né?! Fazia bastante café com leite pra eles comer com batata doce assada na fogueira. Aquela época era muito bom assim, essas coisa era gostoso, tinha sei lá nove dias de novena; de São João, na fogueira de São João são 24 toras, a de São Pedro são 29 toras, Santo Antônio são 13, então a fogueira que acabava mais rápido era a fogueira de Santo Antônio, (...) Depois que acabava a fogueira o pessoal passava descalço por cima da brasa, quem passasse com ignorância, pode tá certo que as brasas garravam tudo na sola do pé deles (risos) meu corpo até rupiava, eu passava e nunca queimei (risos). Então tem que ter coragem e fé também, se você entrar na fogueira sem fé também as brasas garra tudo na sola do seu pé, era muito gostoso! Depois a gente varria aquele terreirão,

ficava limpinho com aquelas vassouras de folha verdinha, sabe! O pessoal chegava tava tudo limpinho, a vida na roça tem muita diversão também. (Dona Maria, 24/07/2014).

Eee nós ia demais, meu marido tava até falando outro dia: “amizade na roça, amizade de antigamente, não é amizade de hoje não”. Minha mãe a gente tava tudo pequeno, eu lembro, ela saía pra passear com nós todos os dias, nas casas dos outros, outra hora levava nós pra reza nos Cruzeiro, e tinha reza também na casa dos outros! Tinha aquela amizade, então nós saímos de lá, mas as amizade, aquelas amizade antiga ficou. (Dona Inês, 27/08/2014).

As falas evidenciam a saudade que elas sentem do lugar de origem, “a roça”, e dos costumes relacionados à religiosidade. Além da fé, fica evidente que as crenças e as tradições católicas também permeavam as relações sociais entre os membros da comunidade e por meio das quais se estabeleciam as “amizades verdadeiras”. Essas “amizades da roça” estavam relacionadas ao apoio estabelecido entre as pessoas, seja nos momentos de dificuldades, principalmente, no que se refere ao “trabalho da roça” quando os vizinhos se reuniam para ajudarem uns aos outros por meio da “troca de dias”<sup>4</sup>, ou entre as mulheres, quando se juntavam para buscarem água na mina, seja nos encontros onde buscavam firmar a fé e a diversão na companhia dos vizinhos e parentes. Ao passo que as “amizades de hoje” encontram-se enfraquecidas pela individualidade e pela perda dessas tradições na cidade. Assim, a religião católica e a comunidade rural possuíram grande importância nas relações cotidianas dessas mulheres.

Diante da condição social do meeiro e do contexto econômico da região nas décadas de 50 e 60, o campo não mais possibilitava a sobrevivência digna dessas famílias, uma vez que elas encontravam-se pauperizadas, sem renda fixa e suficiente e, ainda, sem a propriedade da terra. Dessa forma, a mudança dos seus membros para a cidade, especificamente para Viçosa, em busca de emprego tornou-se a principal alternativa. Dona Maria migrou aos oito anos primeiramente para a cidade Juiz de Fora para trabalhar como babá e aos 18 anos mudou-se para Viçosa para trabalhar como empregada doméstica. Sua mudança campo/cidade ocorreu pela busca da sobrevivência, pois era órfã de mãe desde os três anos e seu pai encontrava-se doente. Dona Carmem mudou para Viçosa aos 16 anos em busca de independência econômica e encontrou no trabalho de babá e de empregada doméstica a possibilidade de mobilidade social. Ao passo de que Dona Inês migrou aos 22 anos, casada e mãe de três filhas para

---

<sup>4</sup> “Troca de dias” correspondia a um sistema de trabalho em que os homens diante do elevado número de trabalho nas plantações solicitava a ajuda dos demais vizinhos para a sua realização. Quando finalizado o trabalho, todos se reuniam novamente para trabalhar para o próximo vizinho, e assim, era realizado sucessivamente entre os homens da comunidade, até que todos os vizinhos tivessem seus “trabalhos da roça” finalizados. Exemplo: “Você trabalha para mim e eu trabalho depois pra você”.

acompanhar o seu marido que tinha se empregado na universidade. Com o intuito de “ajudá-lo” na renda familiar, ela logo se ocupou também como faxineira e lavadeira para alguns estudantes da UFV.

A partir da migração campo/cidade essas mulheres deixaram a condição social de meeiras para fazerem parte de uma nova condição de classe social: “mulheres urbanas assalariadas”. Com essa mudança, e posteriormente, com o casamento, no caso de Dona Maria e de Dona Carmem, todas essas mulheres se viram novamente relegadas à dupla jornada de trabalho, tendo agora que conciliar o trabalho remunerado fora de casa com o trabalho doméstico de suas residências, não muito diferente do que já vivenciaram no campo. A fala de Dona Maria é representativa da sobrecarga do trabalho feminino que também ocorria na cidade.

Então eu limpava a casa, fazia comida, deixava eles (filhos) ai e ia trabalhar. Ai eu trabalhava de dia, eles não aceitava ninguém com eles, porque meus meninos, eles não era brincadeira, eles era muito bravo, os homem então era um horror. Então quando ela (a filha) fez quatro anos, ai eu comecei a trabalhar de dia no restaurante, também ne restaurante não fica muitas horas nada, lá eu pegava das 10 às 16:00 que eu trabalhava, 16:30 por aí. Ai assim tava dando trabalho pra poder eu levar eles pra aula né?! Ai eu mudei o horário de trabalhar, passei trabalhar à noite das 18 à meia noite. Ai eu levava eles pra aula, buscava, deixava dentro de casa, deixava de banho tomado, dava janta e ia pro serviço, ai o pai deles chegava mais tarde (...) aí ele (marido) chegava, uns já tava dormindo, um tava assistindo televisão ainda, ela (filha) me esperava chegar meia noite, uma hora da manhã pra dormir, pra ela mamar (Dona Maria, 24/07/2014).

O relato de Dona Maria evidencia que, para cuidar dos filhos, ela deixou de ser empregada doméstica e tornou-se cozinheira em um restaurante, pois a jornada de trabalho era menor e a permitia ter mais tempo para cuidar da família. Entretanto, por vezes, ela teve que alterar o horário do trabalho remunerado para o período da noite para melhor atender as demandas dos seus filhos.

Para trabalhar fora, Dona Inês também teve dificuldades no cuidado com as crianças, uma vez que ela deixava as filhas menores em casa na companhia da filha mais velha (de nove anos de idade) ou as levava consigo para fazer faxinas.

Apenas Dona Carmem relatou o auxílio de sua mãe no cuidado com os seus filhos para conseguir conciliar o trabalho no abatedouro da UFV com as atividades domésticas. Assim, o trabalho remunerado fora de casa não as eximiram dos cuidados com os filhos, o que também evidencia a ausência da participação dos maridos nas atividades domésticas e no cuidado das crianças. Fato este que confirma que a mudança de uma condição social para outra, de meeira para assalariada urbana, não foram

acompanhadas de transformações nas próprias relações sociais entre o comportamento feminino e o masculino.

Atualmente, apenas Dona Carmem continua trabalhando de forma remunerada como funcionária pública na universidade, onde ocupa o cargo de serviços gerais no abatedouro da instituição, ao passo que, diante das necessidades dos membros da família, Dona Maria e Dona Inês tiveram que deixar o mercado de trabalho. Dona Inês se dedica ao trabalho doméstico e ao cuidado da sogra de 95 anos, de três netos que residem por cima da sua casa, e da mãe que se encontra adoentada. Dona Maria também se dedica ao trabalho da casa e ao cuidado de três netos que residem no piso superior da sua casa. Entretanto, nos últimos meses, encontra-se debilitada fisicamente devido a fortes dores nas pernas e na coluna, o que a faz passar grande parte do dia em repouso.

Além da dupla jornada de trabalho, outro fato que permaneceu na vida dessas mulheres na cidade foi a religião, pois todas elas se dedicam a alguma atividade relacionada à Igreja Católica.

Do grupo de oração eu tô afastada, eu até participei bastante tempo na universidade, nos dias de quarta-feira, mas hoje eu tô parada mesmo, já tem um ano que eu não vou. Eu parei de ir porque tava dando muito trabalho por conta de Dona Bárbara (sua sogra) (...) Eu fiz o encontro de casais, mas hoje eu não participo mais dos encontros de casais, porque o pessoal nem me chama mais, porque sabem que não pode sair eu e o meu marido, os dois juntos, porque um tem que ficar cuidando da idosa, quando um sai o outro tem que ficar em casa. (...) Eu participo do Grupo de Reflexão (...) tem as reunião na segunda-feira nas casa né, tem dia que é na minha casa, tem dia que é nas outras casa, (...) e no quarto dia, que é hoje, na quarta, é o dia do livrinho, termina né, tem o plenário com o mutirão tudo, ai reúne todo mundo, arruma um local grande que são 11 grupo só aqui no Bairro Santo Antônio, são 11 grupo, e os grupinho, o nosso não é muito grande não, mas pelo menos 10 pessoas tem. Aí reúne no lugar, hoje vai reunir, ai uma turma leva bolo, fica encarregado de levar isso, nosso grupo é de levar bebida: refrigerante, café, chá, qualquer coisa. Distrai bobo! É bom demais! Eu gosto demais. (Dona Inês, 22/07/2014).

Quando eu tô boa, igual, por exemplo, agora eu taria indo com um ônibus cheio de gente pra Guaraciaba, depois de amanhã pra festa de Santana, (...), eu faço romaria pra esses municípios tudo pequeno ou fora. Esse ano nós já fomos em Aparecida do Norte em maio, a gente vai essa agora Guaraciaba, depois Diogo de Vasconcelos, que é São Domingos, que é pro lado de Ponte Nova, depois de São Domingo é Congonhas, depois de Congonhas é Guaraciaba, Guaraciaba não é, é Urucânia, Urucânia aquela festa de Nossa Senhora das Graças que tem lá né?! Urucânia é em novembro que eu vou com o pessoal, se eu tiver boa, se Deus quiser, eu vou levar o pessoal lá! Porque eles vem tudo atrás de mim, eu vou com duas, três vans de 19 lugares cheia, Marcinha (filha) vai ne uma e eu vou ne outra tomando conta. Eee tem muito tempo que eu tenho organizado essa romaria (Dona Maria, 24/07/2014).

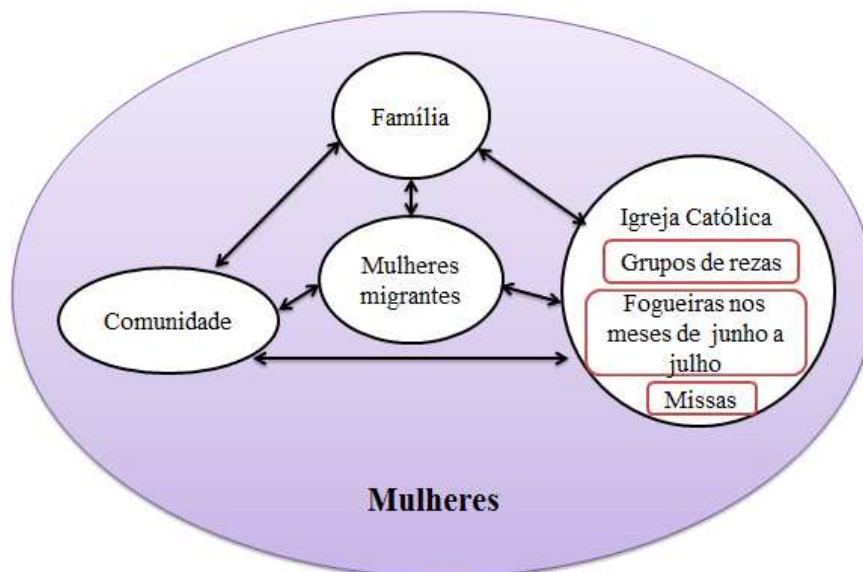
Esses dias que eu tô tossindo eu não tô indo, mas no sábado eu vou na missa, eu participo da Pastoral do Idoso, eu tenho que ir nas casas dos idosos fazer visitas e anotar tudo, quando eu não posso ir nas reuniões minhas colegas vem aqui em casa pra repassar o que foi discutido. Participo do Grupo de

Os relatos evidenciam a relação próxima que essas mulheres ainda possuem com a Igreja Católica e com as atividades relacionadas a ela. Dona Inês participa do Grupo de Reflexão e até pouco tempo atrás, cerca de um ano, também frequentava o Grupo de Oração realizado na UFV e do Encontro de Casais organizado pela igreja do bairro, mas devido aos cuidados com a sogra ela teve que deixar de participar. Dona Maria também se dedica à organização, junto com a filha, de Romarias para as festas religiosas de outras cidades, o que a faz ser muito conhecida entre os moradores do bairro. Dona Carmem, participa assiduamente das reuniões da Pastoral do Idoso, da Colíder, do Grupo de Reflexão, das missas aos finais de semana e das festas comemorativas da igreja.

As histórias de vida e as conversas com essas mulheres permitiram mapear os principais grupos e subgrupos sociais aos quais elas se sentiam pertencentes quando residiam na zona rural, bem como identificar os grupos de pertença após a migração para a cidade, sendo estes relevantes para a construção de suas identidades femininas. Para tanto, entendeu-se inicialmente que elas fazem parte de um grupo maior de mulheres, por meio do qual compartilham a identidade de gênero. Desse modo, recorreu-se a Ciampa (2001b), pois segundo o autor, para compreender melhor a ideia de identidade constituída pelos grupos, pelo processo de “categorização social” é preciso refletir como um grupo existe objetivamente por meio das relações que estabelecem com seus membros e o meio onde vivem.

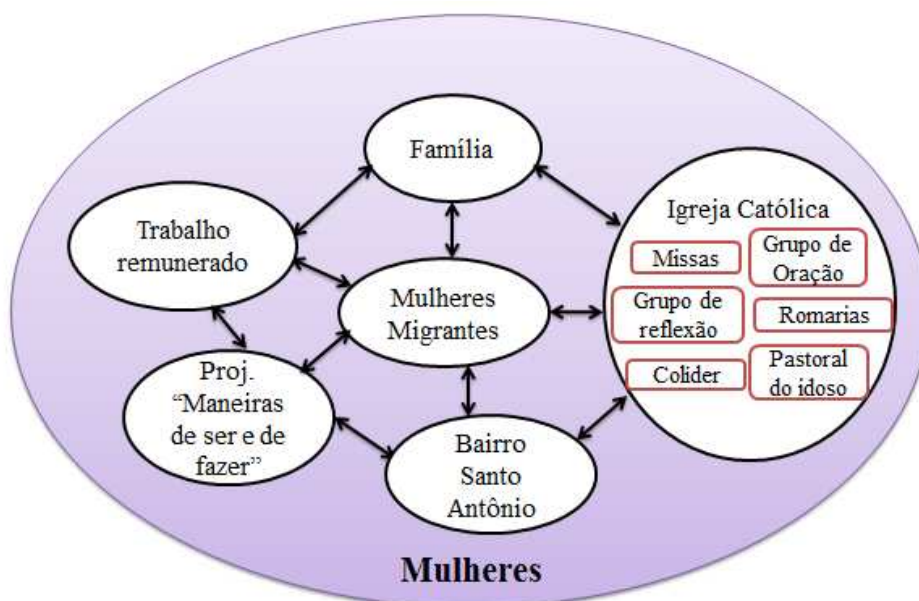
Dessa forma, as Figura 1 e 2 mostram de forma esquemática os grupos e os subgrupos presentes na construção da identidade feminina dessas mulheres. Nas figuras, o círculo maior (de coloração roxa) ilustra a categoria social “ser mulher”, ou seja, evidencia o grupo maior de mulheres que compartilham e se sentem pertencentes a uma identidade de gênero. Os círculos menores, inseridos no círculo maior, representam os demais grupos sociais e os retângulos simulam os subgrupos. As setas de duplo sentido indicam as inter-relações sociais entre os próprios grupos e as mulheres. De acordo Tajfel (1982) e Ciampa (2001a) é por meio dessa relação mediada pelos grupos sociais que ocorre a interação entre o indivíduo e a sociedade.

Figura 1: A relação de pertencimento das mulheres com os grupos e os subgrupos sociais antes da migração.



Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Figura 2: A relação de pertencimento das mulheres com os grupos e os subgrupos sociais depois da migração para a cidade.



Fonte: dados da pesquisa 2014.

A Figura 1 ilustra as relações das mulheres migrantes com os principais grupos sociais dos quais elas relataram pertencer quando residiam na zona rural, sendo eles o grupo familiar, a comunidade onde viviam e a Igreja Católica. A participação nesse

último ocorria por meio de subgrupos como os grupos de rezas que aconteciam nos Cruzeiros da região e nas casas dos vizinhos. Elas também participavam do encontro das pessoas vizinhas nas “Fogueiras” que aconteciam nos meses de junho e julho para comemorar os dias de Santo Antônio, São Pedro e São João. Participavam ainda do grupo de vizinhos que se reuniam para assistir as missas nas capelas ou na igreja da cidade.

Os grupos identificados na Figura 1 apresentavam, de acordo com as mulheres, relações próximas uns com os outros. O grupo familiar foi o primeiro grupo com o qual elas se sentiram pertencentes, sendo este comum a todos os indivíduos, uma vez que a família, enquanto instituição social, é mediadora entre os indivíduos e a sociedade. Trata-se de grupos que nos ensina a perceber o mundo e a nos situarmos nele, além de ser o formador da primeira identidade social, como confirma Reis (2012). Dessa forma, foi no ambiente familiar que as mulheres “aprenderam” a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os membros da família.

A segunda relação grupal evidenciada foi com a Igreja Católica. O respeito e a religiosidade eram firmados cotidianamente nas relações familiares e de vizinhança, a pertença a este aconteceu primeiramente a partir do grupo familiar, uma vez que os valores e os princípios da igreja orientavam as crenças, as normas, os valores e os comportamentos familiares, por meio das relações com a comunidade e com os subgrupos: as rezas, as fogueiras e as missas.

Segundo Baremlitt (2002), a religião, junto com a família, constitui as principais instituições sociais da sociedade ocidental. Especificamente, a religião “regula as relações do homem com a divindade, divindade sobrenatural para uns ou imanente à vida terrena para outros, mas com respeito à qual existe toda uma série de comportamentos indicados e toda uma série de comportamentos contra-indicados” (BAREMBLITT, 2002, p. 26).

O terceiro grupo relatado foi a comunidade onde viviam na “roça”. Segundo as mulheres, a região rural era constituída por pessoas que faziam parte da família, por antigos conhecidos e por vizinhos mais próximos. As relações sociais entre estas pessoas eram de “amizades antigas e verdadeiras”, havendo uma rede de apoio entre os membros daquela região. Era comum os vizinhos se reunirem para irem juntos a missa, organizarem as rezas e as novenas nos Cruzeiros e festejarem os dias religiosos dos meses de junho e julho com grandes fogueiras, danças e quitutes. Assim, estes subgrupos eram formados principalmente pelas pessoas da comunidade.

Havia, assim, uma relação intergrupal muito forte entre o grupo familiar, a comunidade e a Igreja Católica, pois as normas e os valores pregados pela igreja eram

reproduzidos nas relações familiares e com os membros da comunidade, ao passo que estes dois grupos também mantinham as pessoas ligadas fortemente ao âmbito religioso.

Segundo Tajfel (1982), essa relação intergrupala e entre o indivíduo com os grupos sociais é determinada pelos sistemas de normas e valores sociais. Segundo o autor,

Podemos definir normas, como as expectativas de um indivíduo (partilhadas por outros) sobre o modo como os outros esperam que ele se comporte, e como os outros se comportarão em qualquer situação (...) os valores são as ideologias implícita e explícita de uma sociedade - políticas, sociais, morais ou religiosas – e dos subgrupos que nela existem (TAJFEL, 1982, p.47).

Assim, a conduta social possibilita a relação do indivíduo com os grupos aos quais pertencem e com os demais grupos, bem como nas relações entre estes. Essa conduta social “é determinada, em larga medida, pelo o que indivíduo pensa ser apropriado na situação social em que se encontra” (TAJFEL, 1982, p.46). O que é considerado apropriado ou não está determinado pelo sistema dominante de normas e valores que, por sua vez, são analisados de acordo com o sistema social em que vive.

Percebeu-se que os grupos aos quais as mulheres se sentiam pertencentes compartilhavam entre si as mesmas normas e valores sociais que, por sua vez, eram reproduzidos aos seus membros. Entretanto, cabe destacar a existência de conflitos que também permeavam essas relações como, por exemplo, entre os meeiros e os patrões, entre os membros da própria família e entre os vizinhos. Disputas e tensões ocorriam quando uma das partes não concordava com a posição do outro.

Nós morava no terreno de fazendeiro né, se não produzisse aquele tanto, se não trabalhasse o suficiente, eles não deixava a gente ficar no terreno, e meu pai tava muito doente, e mesmo assim eles não deixaram a gente ficar (pausa longa) (Dona Maria, 19/08/2014).

Meu pai e meu tio plantava muita roça de milho, de feijão, era muita coisa mesmo, mas aí os dois viu que não tava dando muito certo (...) eles discutiram, aí pai parou de plantar com ele, e depois nós mudamos (...) (Dona Carmem, 19/07/2014).

Esses fatos evidenciam, mesmo que brevemente, que dentro dos grupos e das relações estabelecidas entre os membros também há conflitos de valores individuais, em que determinados acontecimentos podem ameaçar à imagem de si do sujeito. Como foi o caso do pai de Dona Maria que, diante da doença, não podia “satisfazer” as exigências do patrão que, por sua vez, os mandaram embora da propriedade. Houve ainda o caso do pai de Dona Carmem que, devido aos desentendimentos com o irmão, preferiu deixar as plantações e se mudar com a família para outra região. Essas situações ameaçavam tanto a imagem do patrão, enquanto dono das terras e chefe quanto a imagem do pai de Dona Carmem

enquanto pai, provedor e chefe de família. Segundo Tajfel (1982) a relação “amigável” dentro de um grupo somente ocorre quando se consegue preencher alguns aspectos satisfatórios da identidade social do indivíduo e quando esta não é ameaçada pelo outro.

Na Figura 2, buscou-se identificar, por meio das histórias de vida, os grupos, os subgrupos e as relações que essas mulheres estabeleceram depois da mudança para a cidade. Foi possível perceber que não houve mudanças significativas com relação aos grupos após a migração, constituindo os principais grupos de pertença: a família, a Igreja Católica, o bairro Santo Antônio, o trabalho remunerado e, por fim, o projeto “Maneiras de ser e de fazer”. Também destacaram os subgrupos associados à Igreja Católica como o Grupo de Oração, a Colíder, a Romaria, o Grupo de Reflexão, a Pastoral do Idoso e as missas. Estes subgrupos se alteraram com a mudança para a cidade, apesar de possuírem os mesmos objetivos que os anteriores: divulgar os valores, as normas, os princípios e os comportamentos aceitos pela igreja, bem como reunir as pessoas do bairro para festejar e socializar.

Um fato a ser ressaltado é a continuidade da relação intergrupual entre a família, o bairro e a igreja em que estes reproduzem os valores, as normas e os princípios de comportamento de forma que se sustentem reciprocamente por meio das ideologias compartilhadas.

No bairro Santo Antônio, principalmente, nas áreas mais periféricas do bairro, as mulheres conseguiram estabelecer laços de vizinhança e de amizade. O sentimento de pertença também ocorreu devido às redes de apoio que foram se estabelecendo no decorrer dos anos com os novos moradores. A comunidade do bairro possui uma ligação muito forte com a Igreja Católica local buscando, por meio dos seus princípios religiosos, estabelecer relações sociais entre os moradores.

Com relação ao trabalho remunerado fora de casa, este foi um grupo que também se relacionou diretamente com a família, pois as mulheres puderam manter a sobrevivência de seus entes, bem como as suas condições sociais. Dessa forma, percebeu-se que não havia uma separação entre esses “dois mundos” (produtivo e reprodutivo), mas que ambos se relacionavam mutuamente, uma vez que para manterem a sobrevivência econômica da família seus membros vendiam as suas forças de trabalho ao capital, garantindo a manutenção de trabalhadores no mercado. Atualmente, apenas Dona Carmem continua participando desse grupo.

Todas elas também participam do projeto “Maneiras de ser e de fazer”, um grupo composto por mulheres que compartilham um sonho: a criação de uma padaria artesanal como forma de empoderamento feminino e inclusão social por meio da geração de

renda. Este grupo está fortemente em interação com a família, com a comunidade do bairro Santo Antônio, foco das atividades do projeto; como o trabalho remunerado e de certa forma com a igreja, pois para se reunirem, as mulheres procuram um horário em comum, a fim de poderem conciliar as reuniões do projeto com as demais atividades desses grupos. Também foi possível identificar que as relações estabelecidas dentro deste se baseiam também nos valores familiares e religiosos como companheirismo, amizade, sinceridade, confiança e reciprocidade, constituindo em um espaço de sociabilidade para elas.

Assim, os dados evidenciam as igualdades dessas mulheres com relação aos grupos sociais. Entretanto, acredita-se na existência de diferenças entre elas relacionadas à identidade individual, indo de encontro com a articulação proposta por Ciampa (2001) entre a igualdade e a diferença na construção da identidade. Dessa forma, estas mulheres se igualam enquanto pertencentes ao grupo social “ser mulher” e aos demais grupos dos quais todas participam, ao passo que se diferenciam umas das outras a partir de suas individualidades e de suas histórias.

Essas diferenças podem ser percebidas, por exemplo, pelo lugar social que elas ocupam na comunidade. Dona Maria é uma referência de moradora antiga e respeitada por todos, sendo muito conhecida entre os moradores do bairro por organizar Romarias para festas religiosas, o que reflete na sua “imagem de respeito e liderança”. Dona Inês também é conhecida por ser antiga moradora e por “fazer salgados sob encomenda”, possui uma timidez característica da sua personalidade, o que a faz ser pouco participativa e expressiva em assuntos relacionados à comunidade. Ela encontra-se, atualmente, “afastada” das reuniões da associação dos moradores e do Conselho de Saúde dos quais ela frequentava. Dona Carmem, além de ser referência de antiga moradora, também se destaca pela sua disposição em participar da organização dos eventos da igreja do Santo Antônio e de festas típicas do bairro como, por exemplo, a festa junina. Ela também frequenta as reuniões da associação dos moradores e é membro ativo do Conselho de Saúde por meio dos quais ela busca estar informada sobre os principais problemas do bairro e atua junto com os vizinhos para resolvê-los. Assim, ela se destaca das demais pela sua posição de “liderança e mobilizadora” nos demais grupos dos quais ela pertence.

Apesar de se diferenciarem, elas novamente se igualam por meio da pertença e da percepção de si sobre grupo social “ser mulher”, como elas relataram.

Ser mulher tem, como diz o outro, várias regalias né, a gente é mãe, é dona do lar, é vó, bisavó, uma família enorme! A vida da gente gira em torno da família, dos netos, dos filhos, do marido. (Dona Maria, 19/08/2014).

Ah ser mulher?! Ai eu acho que se tivesse, como diz o outro, eu queria, se tivesse na outra encarnação eu queria nascer homem! (risos) Mulher trabalha demais, né menina! (...) é uma coisa é outra, é outra, é outra, meu Deus é muita coisa uê! (risos) Muita coisa! (...) Eu que administro tudo, ele (marido) põe dinheiro na minha mão, eu que resolvo tudo! (Dona Inês, 27/08/2014).

Ser mulher é ser mãe né, ser esposa, ser uma mulher educada, respeitada, pessoa honesta, trabalhadeira, religiosa, não importa que a religião seja católica ou que seja evangélica, eu acho que é isso aí. (Dona Carmem, 16/09/2014).

Mesmo após a mudança campo/cidade elas continuaram associando a “imagem da mulher” aos papéis naturalizados femininos de mãe, de esposa e de dona de casa. Sendo, portanto, a família e a igreja os perpetuadores dessa concepção de identidade feminina e do lugar social da mulher. As participações dessas mulheres no trabalho fora de casa quebrou a imagem de fragilidade feminina, sendo, no entanto, retomada apenas no contexto social e ideológico. Percebeu-se que o processo de construção de suas identidades ainda está fortemente relacionado ao pertencimento social ao grupo idealizado do “ser mulher” e, seguidamente, aos grupos sociais idealizadores dessa imagem como família e religião.

Segundo Jodelet (1999), esse pertencimento social consiste nesse engajamento e nessa implicação emocional do indivíduo para com o grupo do qual se sente pertencente e que conduz a ele investir sua identidade. Assim, a imagem que o indivíduo tem sobre si próprio encontra-se ligada àquela que se tem sobre o grupo de pertença, o que conduz a defesa dos seus valores.

Por isso, as mulheres construíram suas identidades sociais a partir da imagem da mulher “boa mãe”, “esposa cuidadosa”, “dona de casa dedicada” e “cuidadora”, imagem esta difundida pela família e pela religião. Segundo Tadjfel (1982), esse estereótipo feminino ocorre devido às funções sociais dos estereótipos que contribuem para a criação e preservação das ideologias de grupo, para explicar ou justificar uma variedade de ações sociais.

Desse modo, a família e a religião constituem as duas principais instituições sociais por meio das quais as ideologias são difundidas e reproduzidas. A relação de interdependência entre a instituição família e a instituição religião tem por objetivo manter uma ordem social. Para tanto, são criadas entre elas um tecido por meio do qual se interpenetram e se articulam entre si com o intuito de regular a produção e a reprodução da vida social e as relações entre os homens (BAREMBLITT, 2002).

## 6.2. As ideologias, as instituições sociais e a reprodução da percepção do “ser mulher”

Segundo Lakatos (1999), as ideologias são formas de conceber o mundo, são o produto e o reflexo de uma época e de uma sociedade, mais especificamente, de grupos sociais reais, de estratos e classes e tem como função “legitimar, justificar e contribuir, ou para a manutenção da ordem social existente, ou para sua transformação (...) se apresentam como representação mental de uma relação real (...) ou condição imaginária” (ibid., p.196).

A ideologia constitui uma visão de mundo associada aos interesses de um grupo ou estrato determinado na sociedade, tendo por objetivo a ação conservadora (manutenção do status quo) ou inovadora (transformação) por meio do qual fundamentou e justificou várias formas de sociedade e de poder político ao longo da história da humanidade (LAKATOS, 1999, p.197-198).

Um dos elementos da ideologia segundo Rocher (1971, p. 229-230) apud Lakatos (1999, p.197) são os valores:

2º) a ideologia refere-se abundantemente a valores, em que se inspira e que reorganiza no esquema de pensamento que formula; portanto, é considerada a racionalização de uma específica visão do mundo ou de um sistema de valores.

Cabendo às instituições sociais, nesse caso específico, à família e à religião colocarem em prática as ideologias referentes aos papéis sociais femininos de mãe, de esposa e de dona de casa. Sobre o conceito de instituições sociais, recorre-se a Baremblytt que afirma que as instituições sociais

são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidade de comportamentos (BAREMBLYTT, 2002, p.24).

Essas instituições são, portanto, padrões, papéis e relações que os sujeitos realizam segundo formas determinadas, sancionadas e unificadas tendo por objetivo as necessidades sociais (FICHTER, 1973 apud LAKATOS, 1999).

A maneira como as instituições (família e religião) organizam a vida emocional de seus membros, lhes permitem transformar as ideologias dominantes em uma visão de mundo, em códigos de conduta e de valores que são posteriormente assumidos pelos indivíduos (REIS, 2012). Assim, por um lado, essas mulheres se mostraram sujeitos ativos que, por vezes, quebraram os paradigmas do modelo ideal de “mulher submissa e restrita ao lar” para assumirem o papel de “trabalhadora remunerada fora de casa”, com

importante função econômica para a sobrevivência da família. Além disso, elas são detentoras de poder dentro do ambiente doméstico e até mesmo na comunidade onde vivem. Entretanto, por outro lado, diante desses mecanismos de coesão social, elas ainda reproduzem e naturalizam os comportamentos e os valores que são considerados “apropriados” ao “ser mulher” como “ser boa mãe”, “esposa cuidadosa”, “dona de casa dedicada”, “cuidadora” e “mulher religiosa” em seus cotidianos e em seus discursos.

De acordo com Baremlitt (2002, p.31), as instituições sociais apresentam “características históricas, muito diferentes de uma sociedade para outra, de uma fase histórica para outra”, mas em todas as sociedades e épocas elas apresentam três situações viciosas que “aprisionam” os sujeitos em determinadas condições sociais, sendo elas: o processo de exploração, de dominação e de mistificação (desinformação ou engano).

Diante dessas três situações viciosas, podemos exemplificar a condição social da mulher na sociedade patriarcal e capitalista: 1) A “exploração de alguns homens pelos outros (expropriação da potência e do resultado produtivo de uns por parte de outros)” (ibid, p. 31). Nesse caso, por exemplo, o trabalho da mulher, remunerado ou não, constitui um trabalho desvalorizado social, cultural e economicamente, o que faz com que o trabalho da mulher tenha tendência a ser inferior ao do homem. O trabalho feminino, principalmente, o doméstico é encoberto pelo trabalho dito “produtivo e masculino”, encontrando-se invisível e não valorado pela produção capitalista. 2) A dominação, ou seja, “a imposição da vontade de uns sobre os outros e desrespeito à vontade coletiva, compartilhada, de consenso” (BAREMBLITT, 2002, p.31). A dominação do homem sobre a mulher nessa sociedade se assegura na objetividade das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho, por meio das quais, o poder do homem se impõe à mulher, sofrendo ela uma violência simbólica<sup>5</sup>. 3) A mistificação, ou seja, “uma administração arbitrária ou deformada do que se considera saber e verdade histórica, que é substituída por diversas formas de mentira, engano, ilusão, sonegação de informação” (BAREMBLITT, loc.cit). Nesta última situação viciosa, a mulher é relegada às atividades de reprodução social, sendo os papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa “naturalizados” e reproduzidos socialmente como “verdades” e sendo parte constituinte do “ser mulher”. Diante dessas três situações viciosas, a mulher, então, acredita que a sua identidade é algo “natural”, associado a sua condição biológica e imutável, uma vez que a diferença

---

<sup>5</sup> Termo utilizado por Bourdieu (2012).

sexual tornou-se um elemento fixo inicial para a determinação e representação de papéis entre mulheres e homens (KOFES; PISCITELLI, 1997).

Dessa forma as instituições família e religião buscam reforçar os papéis sociais femininos. Elas “se exprimem de tal maneira que as fazem parecer “naturais”, desejáveis e eternas” (BAREMBLITT, 2002, p. 32). As falas abaixo evidenciam a relação dessas mulheres com essas duas instituições.

(...) A gente tem que ir a missa, agora que eu tô dentro de casa parada, eu assisto missa na televisão, os ministros vem aqui trazer a comunhão pra mim, é eles que vem, ou vem no sábado, ou no domingo de manhã, ou então na segunda de manhã, sei que eles vem aqui! Eu sou muito católica né! (Dona Maria, 24/07/14).

Na hora dessa novena eu gosto de rezar o terço, já assisti a missa, a gente não tá podendo ir na igreja, esses padres fala pra assistir na televisão, que é a mesma coisa, né (...) Eu benzo a água aqui, eu bebo a água benta o dia inteiro (...) (Dona Maria, 30/07/14).

Minha mãe sempre levava a gente pra rezar no cruzeiro ou nas casas dos outros sabe (...) E toda vida eu também carreguei minhas filhas pra igreja, sabe, toda vida, minha vizinha ali ficava até boba, eu levantava cedo, adiantava o almoço, eu não ia na missa muito cedo não, eu ia nas das 10:00, todo domingo nós ia (Dona Inês, 27/08/14).

É possível perceber que a igreja e a família ditaram os comportamentos e as “obrigações” dessas mulheres que devem “ser religiosas”, “dedicadas” aos cuidados com os membros da família, responsáveis pelo serviço doméstico, bem como reproduzir tais ensinamentos para as gerações mais novas. Assim, segundo Barembritt (2002), a função das instituições é reproduzir, reiterar o mesmo, perpetuar o que já existe e não propiciar as transformações sociais.

A família e a religião ao nível da função do conservador, do reprodutivo buscam um atravessamento de relações a fim de preservar uma identidade social feminina. Cabe destacar, porém, que apesar destas instituições reforçarem o comportamento feminino, por serem sujeitos ativos, essas mulheres não concordam com todos os valores e regras determinadas. Elas criam, por vezes, desvios para burlar tais determinações sociais como, por exemplo, o poder que elas exercem dentro do ambiente doméstico por meio de chantagens, de manipulações e de consentimentos que as colocam em uma posição superior ao homem ou ainda, quando elas não se colocam na posição de “mulher submissa e restrita ao lar” para terem uma função econômica dentro da família. Mesmo quando elas contrariam o “modelo”, é possível perceber em seus discursos a existência de uma identidade feminina que se mostra ideal e compartilhada nas suas representações sobre o “ser mulher”.

Dessa forma, a identidade feminina é posta e repostada continuamente por meio das ideologias difundidas pelas instituições sociais. Segundo Ciampa (2001a), este fenômeno denominado de *mesmice* leva à aparente não-metamorfose da identidade, processo contingente e determinado por um contexto social e não uma essência do indivíduo, no caso, de uma essência feminina.

A conservação da *mesmice* leva ao impedimento da busca por emancipação, culminando naquilo que Ciampa (2001a) chama de fetichismo da personagem.

Quando descobrimos o fetichismo da personagem, falamos da dificuldade do indivíduo atingir a condição de ser-para-si, criando o que chamamos de identidade-mito, o mundo da *mesmice* (da não-mesmidade) e da má infinidade (a não superação das contradições) (CIAMPA, 2001a, p. 146).

O fetichismo da personagem acarreta uma identidade percebida aparentemente como um produto acabado, sem transformações, sem temporalidade. Portanto, “ser mulher” é uma identidade pressuposta socialmente e repostada, sendo percebida como dada e não como se dando num contínuo processo de identificação, a exemplo disso, que se diz “sou mulher” e dificilmente “estou sendo mulher”. Ciampa (2001b) afirma que

Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com o que é (e consequentemente ser tratado como tal). De certa forma, reatualizamos através de rituais sociais uma identidade pressuposta que assim é repostada como algo já dado, retirando em consequência o seu caráter de historicidade, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social... A posição de mim (o eu ser-posto) me identifica, discriminando-me como dotado de certos atributos que me dão uma identidade considerada formalmente como atemporal. A reposição da identidade deixa de ser vista como uma sucessão temporal, passando a ser vista como simples manifestação de um ser idêntico a si-mesmo na sua permanência e estabilidade (CIAMPA, 2001b, p. 66).

Percebe-se que por meio dos rituais sociais afirma-se cotidianamente uma identidade que foi previamente estabelecida pela sociedade que, por vezes, desconsidera o contexto social e histórico na formação identitária. As atividades dos sujeitos são normatizadas com o objetivo de manter a estrutura social, ou ainda, de conservar as identidades que foram produzidas, “paralisando o processo de identificação pela reposição de identidades pressupostas” (CIAMPA, 2001b, p. 68). Mesmo após a mudança da condição social de *meeiras* para a condição de mulheres urbanas assalariadas, os relatos das mulheres sobre o que é “ser mulher” evidencia esse contínuo processo de identificação com uma identidade pressuposta socialmente.

Para Pacheco e Ciampa (2006), mesmo quando a identidade é percebida como algo estático, aparentemente sem modificações, ela está continuamente sendo transformada à medida que está sendo repostado aquilo que a sociedade “põe” como certo.

O processo da *mesmice* dá a impressão de que o sujeito permanece igual ao longo da sua história de vida, sem transformação. Entretanto, para Ciampa (2001a), a metamorfose pode também ocorrer a partir dessa reposição. Segundo ele, o processo de repor o que um dia foi posto também constitui movimento, transformação interna do sujeito mesmo que não seja perceptível.

Apesar de as instituições buscarem manter um caráter ideologicamente estático da identidade dessas mulheres com relação aos papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa por meio do processo de *mesmice* e da identidade-mito foi possível perceber a mudança identitária no nível interno, na identidade pessoal. Entretanto, essa mudança não foi suficiente para quebrar o paradigma em torno do conceito idealizado de mulher. Nas palavras de Ciampa (2001a), não acarretou na alteração da identidade social.

Com certeza a gente muda demais né, a idade vai chegando a gente muda muito, minha filha (...) a mudança a gente fica mais enjoado, mais ansioso pras coisas né, querendo tudo a tempo e a hora, e às vezes não tem jeito, a gente muda muito! É casada, igual eu tenho 40 anos de casada, fico muito enjoada já com meu marido, já muitos anos juntos (risos), a gente já acha que viveu o suficiente! (Dona Maria, 19/05/2014).

A fala de Dona Maria evidencia essa mudança da identidade pessoal ao longo dos anos, mas ainda deixa evidente a posição da mulher dentro da família como a “zeladora da casa e do casamento”. Essas mulheres foram “crianças trabalhadoras da roça”, foram extremamente pobres, tiveram que assumir o trabalho da casa, migraram para a cidade, tornaram-se esposas, mães, donas de/da casa e também “trabalhadoras remuneradas”. Atualmente são avós, cuidadoras e ainda “mulheres religiosas”, dentre outras particularidades individuais. Houveram, portanto, transformações em suas trajetórias de vida e igualmente em suas identidades pessoais. Segundo Pacheco e Ciampa (2006), essas mudanças identitárias resultam da interação das personagens encarnadas pelos sujeitos ao longo das suas histórias de vida.

Percebeu-se que suas identidades sociais, enquanto pertencentes ao grupo social “ser mulher”, são compostas por mudanças e permanências. As mudanças ocorreram no nível da identidade pessoal, na constituição do eu, na afirmação de si de forma dinâmica e múltipla, pois ao longo dos anos essas mulheres passaram a ter outras identidades como de esposas, de mães, de avós, mas também de filhas, de chefes de família, de trabalhadoras remuneradas, de cuidadora da sogra, de cuidadora dos netos. Sendo as personagens de trabalhadoras e de cuidadoras repostas socialmente ao longo de suas histórias de vida, porém em contextos diferentes. Ao passo que as permanências identitárias foram ideologicamente definidas e cristalizadas, a fim de que a mulher

continue relegada aos seus papéis sociais e naturalizados, e, principalmente ao trabalho doméstico realizado para a família em nome do “amor materno”. Dentre essas várias identidades, tantas outras se entrelaçam e constituem uma totalidade de identidades presentes no “ser mulher”.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As múltiplas abordagens em torno do termo identidade evidenciam a sua complexidade, pois cada área do conhecimento como a antropologia, a sociologia e a psicologia possuem aspectos distintos, mas podem por vezes se complementar. Nesse estudo, buscou-se o aporte teórico da psicologia social sobre a identidade, uma vez que a sua concepção se mostrou mais completa para a compreensão da identidade social das mulheres migrantes. Segundo a psicologia social, a construção identitária ocorre a partir do sentimento de pertença do indivíduo aos grupos sociais e ao valor emocional associado a essa pertença do compartilhamento de normas e de valores sociais, das relações sociais do sujeito com os outros e com o meio onde vive. Sendo ela constituída e transformada constantemente pelo contexto social, histórico e cultural da sociedade na qual o sujeito encontra-se inserido.

Percebeu-se que Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês contrariaram o paradigma da mulher “submissa e restrita ao lar”, pois durante suas vidas tiveram que trabalhar ativamente fora de casa para manterem a sobrevivência da família. Elas também se diferenciam entre si por meio de suas histórias de vida, de suas perspectivas, de seus lugares sociais dentro da comunidade, de suas características individuais, ao passo que elas também se igualam por compartilharem a trajetória da mudança campo/cidade, por serem de uma mesma classe social, por residirem no mesmo bairro, e por pertencerem, em sua maioria, aos mesmos grupos sociais, principalmente, ao “ser mulher”, por meio do qual elas ainda continuam compartilhando os valores tradicionais relacionados à imagem da mulher idealizada de esposa, de mãe, de dona de casa, de cuidadora e de religiosa.

Assim, observou-se que a pertença a grupos sociais, especificamente ao grupo “ser mulher”, cria estereótipos que buscam uma formalidade estática e uma imagem mental compartilhada socialmente no qual a mulher está associada a uma única e imutável identidade feminina. Este fato ocorre por meio do fetichismo da personagem e da identidade-mito em que as mulheres, diante do contexto, não conseguiram resistir às “prescrições” de uma estrutura social, superar as expectativas de comportamento e

diferenciar-se de padrões ideológicos e tradicionais difundidos pelas principais instituições sociais: família e religião.

Após a concretização deste estudo, visualiza-se que as identidades femininas das mulheres migrantes são constituídas pela tensão dialética entre as mudanças e as permanências, não havendo um rompimento dessa dialética em detrimento da condição social e da mudança sócio espacial campo/cidade que propiciou o surgimento de outras identidades. Entretanto, a reposição da identidade social por meio da pertença a grupos e pela ação das instituições sociais relegaram as identidades dessas mulheres aos papéis sociais naturalizados femininos, reproduzindo de forma idealizada o “ser mulher”.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, R. L. P. **A Identidade estampada na pele: o cotidiano de um estúdio de tatuagem e body-piercing em Lisboa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia: Imagem e Comunicação) ISCTE-IUL, Lisboa, 2010.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise instiucional e outras correntes teóricas**. 5. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BOCK, A. M. B; FURTADO, O. TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOURDIEU, P.. **A dominação masculina**. 11. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 28, jan./jun. 2007, p. 65-99.

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina um ensaio de psicologia social**. 7. São Paulo: Brasiliense, 2001a.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001b, p. 59-75.

COSTA, R. P. de A., J. D. G. HOLERBACH, e A. C. S. BIFANO. **Bairro Santo Antônio: relatos e história de um Cantinho de Viçosa**. Viçosa-MG, 2011.

FONTES, B. S. A cultura na sociologia contemporânea: identidade, narrativas e estratégias de ação. **Revista Enfoques: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia de UFRJ**, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, ago. 2010, p. 77-93. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>>

GARCIA, A. L. A identidade capixaba em questão: uma análise psicossocial. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 3, set/dez. 2004, p. 82-90.

GONÇALVES NETO, J. U.; LIMA, A. F. de. Reconhecimento Social, Identidade e Linguagem: Primeiros Fragmentos de uma Pesquisa Sobre Perspectivas Teóricas Atuais no Contexto da Psicologia Social. **Revista Psicologia e Saúde** 2, n.1, 2010, p. 90-97.

GONÇALVES NETO, J. U.; LIMA, A. F. A história de Maria, uma jovem que se tornou uma cuidadora-que-fala-confronta-e-esclarece: uma análise do processo de metamorfose na perspectiva da Psicologia Social. **Revista Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 3, jun, 2011, p. 30 – 51.

GUITART. M. E. A Sociedade Capitalista de Consumo e seus Efeitos sobre a identidade: uma abordagem macro cultural. **Psicologia Política**, v. 11, n. 21. Jan/ jun. 2011, p. 159-170.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, & Guacracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317130&search=minas-gerais|vicosa> Acesso em: 05 mar. 2014.

JACQUET, C. Urbanização e emprego doméstico. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 18, n.52, jun, 2003, p.163-184.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999, p.53-66.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W.. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KOFES, S.; PISCITELLI, A. Memória de "histórias femininas, memórias e experiências". **Cadernos Pagu** (8/9), 1997, p. 343-354.

LAKATOS, E. M. Instituições Sociais. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia Geral**, São Paulo: Atlas, 1999.

LELIS, J. L. **Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG**. 214 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Universidade Federal de Viçosa. 2011.

LORDELO, E. R.; BARROS, M. N. F de. Identidade social de paulistas e nordestinos – comparações intra e intergrupais. **Mental**, Barbacena, v. 3, n. 5, nov. 2005, p. 115-127.

MONTEIRO, A. M. D. **O papel da identidade na eficácia de campanhas de integração de minorias imigrantes: A evocação do “eu” e do “nós” no mundo da publicidade**. 78 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2009.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 2, 2006 p. 143-151.

NAUJORKS, C. J.; SILVA, M. K. Teorias da Identidade e Movimentos Sociais. **Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**. Florianópolis, Santa Catarina, 11-13 de agosto de 2010. 1-

14. Disponível em: [<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a001.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2014.]
- OLIVEIRA A. K. de, et al. Psicologia social e identidade: a plasticidade do conceito em questão. **1º Simpósio Nacional de Iniciação Científica UniFil**. 3-7 de outubro de 2011. Disponível em: [[http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/420\\_614\\_publipg.pdf](http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/420_614_publipg.pdf). Acesso em: 15 abr. 2014.
- OLIVEIRA, R. C. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e cultura**, v. 6, n. 2, jul/dez, 2003, p.117-131.
- PACHECO, K. M. B.; CIAMPA, A. C. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. **ACTA FISIATR**. 13(3), 2006, p. 163-167.
- PAIVA, G. J. de. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, jan./abr. 2007 p. 77-84.
- PEREIRA, M. F. V. Contradições de uma "cidade científica": progresso de urbanização e especialização territorial em Viçosa. **Caminhos de Geografia**, 16, 2005, p. 197-206.
- PRADO, M. A. M; CAMPICI, C. P. F.; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, dez. 2004, p. 298-317.
- REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W (Org) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SILVA, S. L. P. Identidade e complexidade: uma sociologia para os elementos emergentes da sociedade atual. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 1, n. 9, 2000.
- SILVA, F. G. da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, 28, 1º sem., 2009, p.169-195.
- SILVA, P. R. **A dinâmica local alterada pelo turismo no distrito de Lavras Novas, Outro Preto-MG**. 102f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2013.
- SOUZA, V. A de; ROSA, A. R. Políticas Públicas e a construção da identidade nas relações de trabalho. **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, jan./ jun. 2005, p. 197-212.
- SOUZA, E. C. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, jan./abr. 2006 p. 22-39.
- TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais I**. Vol. 1. Lisboa: Livros Horizontes, 1982.
- THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação e enquete operária**. 4. ed. Editora Polis, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Avaliação institucional da Universidade Federal de Viçosa 1989-1994**. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1999.

ZAMBRANO, C. G. Mestiçagem e identidade nacional na Colômbia do século XIX. In: **II Simpósio de Pós-Graduandos em Sociologia**, 24-26 ago, 2009. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simposio/m\\_5\\_Catalina.pdf](http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simposio/m_5_Catalina.pdf)>. Acesso em: 30 set.2014.

## **ARTIGO IV: MULHERES MIGRANTES, TRABALHO DOMÉSTICO: MODOS DE FAZER E DE SER**

### **1. RESUMO**

Neste artigo, buscou-se comparar as percepções das mulheres migrantes sobre o trabalho doméstico enquanto moradoras do campo e enquanto moradoras da cidade. Para tanto, considerou-se que estes dois espaços são construções sociais e vão além das suas demarcações físicas. Nesse sentido, campo e cidade como materializações abrigam o rural e o urbano, ao passo que estes se assumem como os modos de vida e as práticas sociais. A construção dos dados fundamentou-se na abordagem qualitativa e utilizou-se a entrevista aberta e a observação do cotidiano familiar como técnicas a história de vida. Constatou-se que as percepções das mulheres sobre o trabalho doméstico estão fortemente relacionadas aos tempos e aos espaços vividos. Verificou-se também que a mudança sócio espacial campo/cidade modificou o modo de fazer o trabalho doméstico e as representações das mulheres sobre esses dois espaços, porém não alterou as suas percepções sobre esse trabalho enquanto uma obrigação feminina e relacionado aos papéis sociais de “boa esposa”, “mãe cuidadora” e “dona de casa dedicada”.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico, mudança campo/cidade, rural e urbano.

### **2. ABSTRACT**

In this article, we sought to compare the perceptions of migrant women about the housework while residents of the field and while living in the city. Therefore, it was considered that these two spaces are social constructions and go beyond their physical boundaries. Accordingly, countryside and city as materialization shelters the rural and the urban, while identify admit themselves as the lifestyles and social practices. The construction of the data was based on qualitative approach and it was used the open interview and observation of the family's daily life as technical history of life. It was found that women's perceptions about the domestic work are closely related to the times and lived spaces. It was also found that changing socio spatial field/city changed how to do the housework and women's representation on these two areas, however didn't change their perceptions about this job as a female obligation and related to the social roles of "good wife", "Mother caregiver" and "mistress of dedicated home".

**Keywords:** Domestic work, changing rural/urban, rural and urban.

### **3. INTRODUÇÃO**

O trabalho doméstico é socialmente relacionado ao afeto da mulher para com os membros da família, encontrando-se invisibilizado pela áurea do cuidado e do carinho. No centro desse trabalho e das relações familiares encontra-se a dona de casa, concebida como a principal responsável pelo conforto, saúde e bem estar da família (SILVA, 1998a). Porém, o papel da mulher como dona de casa encontra-se ocultado social e economicamente, uma vez que tal responsabilidade é contabilizada pelas estatísticas

oficiais como inatividade econômica, dado a sua aceitação como função feminina (BRUSCHINI, 1994).

Esse lugar social ocupado pela maioria das mulheres foi amplamente questionado, ao longo da história, por movimentos sociais articulados pelas mulheres de classe média/alta, instruídas e brancas que também se encontravam insatisfeitas com as suas condições sociais de exclusão, movimentos esses que ganharam força na luta pelos direitos das mulheres e na sua efetiva participação no trabalho fora de casa (CAIXETA; BARBATO, 2004). Cabe destacar que a realidade das mulheres pobres é outra, pois estas encontram-se inseridas no trabalho remunerado há muito tempo sejam com lavadeiras, empregadas domésticas, ambulantes, faxineiras, ou ainda como trabalhadoras rurais.

No caso do Brasil, foi a partir da década de 70, com a urbanização acelerada, com a industrialização e com os impactos dos movimentos feministas ocorridos nos anos de 60 que houve a incorporação efetiva das mulheres no mercado de trabalho, tanto as de classe baixa quanto as de classe média/alta e instruídas. Assim, na referida década, o país passou por transformações de ordem econômica, social e demográfica que repercutiram na composição interna da força de trabalho e na vida das famílias (BRUSCHINI, 1994). Esse contexto impulsionou os movimentos migratórios de mulheres que viviam no campo, estas majoritariamente pobres e que vislumbraram na mudança campo/cidade a oportunidade de emprego, de sobrevivência e de emancipação social. Entretanto, ao chegarem à cidade acabaram por empregarem-se em postos de trabalho precarizados, além de permanecerem responsáveis pelo trabalho doméstico não-remunerado<sup>1</sup> (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Com base no contexto das migrações femininas, questionou-se a mudança sócio espacial campo/cidade como um fator impactante na alteração do ponto de vista das mulheres migrantes com relação ao trabalho doméstico feminino.

Para a realização deste estudo, considerou-se campo e cidade como formas no espaço e o rural e o urbano como o conteúdo dessas formas, ou seja, os modos de vida e as visões de mundo associadas a esses lugares. Os espaços, segundo Pais (2003), vão, portanto, além das suas demarcações físicas, pois eles são vividos, sentidos, simbolizados pelos sujeitos e compostos por práticas sociais.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado pelas mulheres, gratuitamente, para a manutenção do bem estar dos membros da família (BRUSCHINI, 2006).

## **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção apresenta-se as discussões teóricas dos principais autores da área. Primeiramente, discorre-se sobre o espaço/lugar como construção social. Em seguida, disserta-se sobre campo e a cidade, o rural e o urbano e, por fim, contextualiza-se o local de estudo.

### **4.1. O Espaço/lugar como construção social**

Neste estudo, entende-se o espaço, como algo que se constrói “enquanto produto social e condição de produção e reprodução da existência humana” (LUDWIG, 2006, p. 253). O espaço deixa de ser entendido apenas como uma localização geográfica para se tornar uma construção social, pois o homem como um ser histórico e social, parte integrante da natureza, possui a capacidade de transformar o meio onde vive. Desse modo, o espaço torna visível a história de como os homens, ao buscarem a manutenção da existência, “fazem-no como espaço de produção, de circulação, de troca, de consumo, enfim, de vida” (LUDWIG, 2006, p.253).

Segundo a autora supracitada, o espaço adquire sua concretude pela noção de lugar. Assim, o espaço localizado, nomeado, identificado também é vivido, restrito, delimitado e possuidor de identidade. Entende-se, portanto, “os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente” (LEITE 2001 apud LUDWIG, 2006, p. 253). De forma complementar, Leite (1998) afirma que os lugares tratam-se de referenciais afetivos os quais são desenvolvidos ao longo da vida a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas de segurança e de proteção.

Para Pais (2003), o espaço também aparece como um suporte mediador entre as atividades cotidianas e as diferentes estruturas sociais e culturais; essa mediação se exerce por meio da sua significação simbólica. De acordo com o autor, a compreensão de um contexto social somente é possível, porque este encontra-se inserido em um espaço de práticas sociais com significados simbólicos precisos.

Nesse sentido, compreende-se os espaços como sendo socialmente construídos, lugares que tem particularidades históricas e são constituídos pelos modos de vida, pelas maneiras de ser, de estar e de fazer e pelas percepções dos sujeitos, no caso específico desse estudo, pelas percepções sobre o trabalho doméstico dentro dos espaços campo/cidade.

A dinamicidade da vida cotidiana dada pelas “espacialidades” e “temporalidades” confere historicidade ao cotidiano e ao contexto social. Assim, a importância social não é o espaço físico e o tempo cronológico, mas as “vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com significado sociológico” (PAIS, 2003, p. 87). Acredita-se que por meio dessa dinamicidade da vida cotidiana é possível a ressignificação dos espaços e a sua conseqüente mudança.

#### **4.2. O campo e a cidade, o rural e o urbano**

De acordo com Barleto (2006), é comum se pensar os espaços campo/cidade a partir da ideia de oposição, de dualidade do tipo tradicional-moderno, incivilizado-civilizado, não-tecnificado-tecnificado. Diferenciação que possui uma base histórica, econômica e política dentro sociedade brasileira.

Esse princípio de oposição produz diferenças que sustentam duas identidades hierarquizadas, imagens e visões culturais baseadas na dicotomia campo-cidade, ou ainda rural-urbano, que inclusive são, às vezes, transfiguradas de um valor negativo para um positivo, e vice-versa, dependendo da função reguladora que o discurso estiver cumprindo. Não se trata, portanto de paisagem rural e paisagem urbana, mas de espaços (BARLETTO, 2006, p. 19).

A classificação e hierarquização dos espaços podem ser explicadas por meio de recortes históricos. Segundo Faoro (1995), o período da Primeira República no Brasil foi marcado pela oligarquia liderada pelos coronéis regionais. Havia uma imunidade do núcleo agrícola em que a soberania popular era reduzida aos proprietários de grandes extensões de terra e estes falavam em nome do resto da população. O poder era concentrado nas mãos da oligarquia agrária. Essa prática política (coronelismo) marcou o interior do Brasil até a metade do século XX (FAORO, 1985).

Nesse período, a cidade representava o espaço onde se encontrava os comerciantes, comissários, exportadores, onde se localizavam as redes de crédito e grande parte da estrutura burocrática do governo. Constituíam-se em um espaço “desenvolvido” onde se instalavam as indústrias e onde o comércio modernizava a vida social (FAORO, 1985; BARLETTO, 2006). A cidade também era um lugar de interesse político, essencialmente eleitoral, e por meio dos 'coronéis' ela promovia “a articulação dos poderes estaduais no nível local através de suas lideranças econômicas e políticas” (BARLETTO, 2006, p.20).

Em 1929, com a crise econômica do café em âmbito mundial e nacional, as oligarquias agrárias começaram a perder o poder diante de uma crescente burguesia

industrial-urbana que, por sua vez, se contrapôs ao modelo agrícola-exportador e ao poder a ele delegado.

Assim, havia grandes tensões políticas entre o modelo agrícola exportador e o urbano-industrial que se encontrava em expansão. Nesse contexto, as oposições entre os dois espaços (campo/cidade) foram amplamente exploradas com o intuito de favorecer o liberalismo econômico e de contrariar a hegemonia das oligarquias agrárias na condução do Estado. Essas oposições foram historicamente fundamentadas em fatores econômicos e políticos específicos (BARLETO, 2006).

Essa dicotomia campo/cidade começou ser minimizada a partir da década de 60, quando o processo de modernização chega ao campo por meio do que Santos (1996) denominou de objetos científicos, técnicos e informacionais, ou seja, de tecnologias de produção como máquinas agrícolas e de insumos que tinham por objetivo remodelar o território, tornando as áreas rurais altamente produtivas e, muitas vezes, a serviço das cidades. Para o autor, o processo de modernização faz com que o espaço “torna-se mais fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 1996, p. 39).

Desse modo, para o autor, os espaços campo/cidade que antes eram dicotomizado e, após o processo de modernização e industrialização, tornaram-se complementares e um contínuo, onde as diferenças se assentavam nas relações sociais e no modo de vida, e não mais nas tradicionais oposições. Assim, Santos (1996) apud Biazzo (2008), deixa evidente a sua clara opção por considerar cidade e campo como formas no espaço, ao passo que, rural e urbano especificam o conteúdo social dessas formas.

Lefebvre (1991) também aborda o campo e a cidade enquanto formas, materializações, que apesar de no passado se diferenciarem entre si, nas últimas décadas se aproximam e as suas oposições tendem a atenuar-se. Contudo, o rural e o urbano como sendo conteúdos sociais tendem a permanecer diferenciados, pois constituem modos de vida que contemplam a cultura, os costumes, os hábitos, os conteúdos das práticas dos sujeitos, as relações sociais e o pertencimento ao local; estes encontram-se presentes nos espaços, se expressam de formas distintas e vão além de uma materialidade (BIAZZO, 2008; ENDLICH, 2010; SOBARZO, 2010).

### **4.3. Contextualizando o local de estudo**

Apesar de o Brasil ter vivenciado, entre as décadas de 50 e 60, uma revolução tecnológica no campo com a inserção de equipamentos motorizados, eletricidade e insumos agrícolas, essa modernização ocorreu de forma excludente e tardia em áreas

interioranas, o que refletiu tanto em diferenças regionais quanto na própria vida dos moradores, visto que expropriou os pequenos produtores e acentuou a sua migração para a cidade. Havendo desse modo, a manutenção de uma classe detentora dos meios de produção e o não-acesso de uma outra a esses meios (NUNES; PINTO, s.d).

Esta realidade foi vivenciada pela Zona da Mata Mineira na década de 60, o que contribuiu para o seu gradativo quadro de empobrecimento, colocando-a, atualmente, como segunda região mais pobre do Estado de Minas Gerais (SILVA, 2010 apud MORAIS, 2014).

O processo histórico de ocupação e de povoamento da Zona da Mata está diretamente relacionado ao declínio da exploração mineradora nas cidades de Mariana, Ouro Preto e Piranga, bem como das concessões das primeiras sesmarias na região que deu origem às primeiras propriedades rurais e à formação dos pequenos núcleos populacionais no século XVIII (LELIS, 2010). Já no século seguinte, após a ocupação da região, a construção da estrada de ferro impulsionou o desenvolvimento das lavouras de café. A economia cafeeira atingiu o seu auge devido à presença de uma infraestrutura básica que beneficiava as atividades de produção, comercialização e fatores que favoreciam o mercado internacional. Contudo, nos anos de 1930, houve a decadência econômica da região devido aos baixos rendimentos dos cafezais (BIFANO et al., 2010).

Nas décadas seguintes, entre anos de 50 e 60, quando a modernização agrícola se intensificou no país, a Zona da Mata mineira como um todo, com exceção da microrregião de Juiz de Fora, já se encontrava estagnada e pauperizada em decorrência da cafeicultura (LUDWIG, 2006). Descapitalizados, é explicável que os produtores rurais da região não viessem a ser contemplados pela modernização agrícola. Diante desse quadro, a reação dos produtores locais foi substituir os cafezais por pastagens e intensificar a pecuária leiteira e as demais culturas tradicionais de forma extensiva (BIFANO et al., 2010). Com o empobrecimento e sem perspectivas de modernização da produção agrícola, os pequenos produtores migraram para a cidade em busca de emprego e de acesso às tecnologias como água encanada, energia elétrica, transporte, etc. Assim, a cidade tornou-se mais atraente do que campo e este, por consequência, sofreu com um rápido esvaziamento populacional.

Nesse contexto, a cidade de Viçosa-MG, na década de 60, tornou-se atrativa e sofreu uma rápida e intensa ocupação por parte dos migrantes rurais da microrregião que buscavam empregos na Universidade Federal de Viçosa. Neste período, a instituição passava por expansão tanto da planta física quanto dos cursos, o que

demandava um grande número de mão de obra. Ao chegarem, os migrantes ocupavam os bairros periféricos da cidade.

Apesar dos autores Lefebvre (1991) e Santos (1996) afirmarem que as diferenças entre campo e cidade foram atenuadas pela introdução de tecnologias agrícolas e pelo processo de modernização/industrialização/urbanização, isso de fato não ocorreu de forma imediata na zona rural da microrregião de Viçosa. Assim, as diferenças entre campo/cidade baseada na tradicional dicotomia ainda encontrava-se presente no imaginário e no modo de vida da população local. Além disso, nesse período, a cidade de Viçosa ainda se caracterizava como rural, diante de elevado número de pessoas que residiam no campo e da infraestrutura urbana que ainda se encontrava em construção.

Especificamente, a ocupação da área do bairro Santo Antônio em Viçosa também remonta os anos 60 quando as fazendas ali presentes foram loteadas. As famílias migrantes foram atraídas para o local devido aos baixos preços dos lotes e pela proximidade com uma das entradas da universidade. A migração acentuada ocasionou um crescimento rápido e sem planejamento. Assim, as famílias passaram a habitar um bairro sem infraestrutura urbana, com a falta de saneamento básico como água encanada, rede de esgoto, luz elétrica e calçamento das ruas. Atualmente, o bairro Santo Antônio é o terceiro bairro mais populoso da cidade, se caracteriza pelo seu crescimento desordenado e pela rede de comércio nele instalada. Seu espaço convive com o contraste entre as novas construções como os prédios altos, os estabelecimentos de médio porte, as pequenas casas antigas e as mercearias familiares. A sua população é formada pelos migrantes rurais que vivenciaram o processo de ocupação e de urbanização da área, pelos jovens moradores que nasceram no bairro e por aqueles que se mudaram recentemente para Viçosa para estudar e/ou trabalhar na universidade.

Nesse contexto, é possível perceber como os espaços campo/cidade foram gradativamente sendo construídos, pois, embora apresentem particularidades, eles não se reproduziram de forma autônoma e independente, uma vez que eles fazem parte de uma totalidade contextual. A plantação do café e a sua decadência na região, a exclusão da modernização agrícola, a migração campo/cidade dos pequenos produtores e a ocupação desordenada da cidade são exemplos de como o lugar não se pode ser explicado por ele mesmo, mas pelo momento e pelo contexto mais amplo no qual se situa (LUDWIG, 2006). Assim, ao buscar comparar as percepções das mulheres migrantes sobre o trabalho doméstico a partir da mudança sócio espacial é preciso compreender os contextos históricos dos espaços/lugares que podem intervir nos significados simbólicos, nas práticas sociais e nas percepções dessas mulheres.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo foi realizado na cidade de Viçosa-MG, especificamente, com três mulheres migrantes residentes no bairro Santo Antônio, sendo elas Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês. A escolha destas ocorreu de forma intencional devido à inserção anterior da pesquisadora em um projeto do qual elas participam há três anos, o que possibilitou a maior facilidade de acesso e de uma interação pesquisador/pesquisado.

O estudo foi orientado pela perspectiva da metodologia qualitativa por meio da utilização das técnicas da história de vida, da entrevista aberta e da observação do cotidiano familiar para a construção dos dados.

Por meio da história de vida, complementadas pelas observações e pelas entrevistas abertas, buscou-se conhecer as percepções das mulheres acerca do trabalho doméstico, tendo como marco a mudança sócio espacial campo/cidade. Cabe destacar, que tanto a história de vida quanto as entrevistas ocorreram em formas de conversas informais nas quais a pesquisadora utilizando-se da própria linguagem das participantes, a fim de deixá-las mais tranquilas para relatarem suas histórias. Estas conversas ocorreram simultaneamente com as observações, que por sua vez, ocorrem em formas de visitas aleatórias com o intuito de captar o real cotidiano familiar.

As conversas foram gravadas em áudio com a devida autorização. Em seguida foram transcritas e os dados das visitas também foram registrados em diários de campo. Os conteúdos das conversas e dos diários passaram, posteriormente, por leitura e releitura a fim de serem sistematizados, tematizados e organizados em ordem cronológica.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção, apresenta-se e discute-se os resultados dissertando essencialmente sobre as mulheres migrantes e o trabalho doméstico realizado por elas.

### 6.1. Mulheres migrantes, trabalho doméstico: modos de fazer e de ser

As mulheres migrantes são de origem rural da microrregião de Viçosa: Dona Maria e Dona Carmem são da zona rural do município de São Miguel do Anta e Dona Inês da zona rural da própria cidade de Viçosa. Elas residiram na “roça”<sup>2</sup> durante a infância e a adolescência, especificamente, nos anos de 1950 e 1960. Nesse período, o campo da microrregião não passou por transformações tecnológicas vivenciadas nas demais regiões do Brasil, pelo contrário, a população encontrava-se pauperizada e sem perspectivas de melhores condições de vida.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado, constantemente, pelas mulheres para se referirem à zona rural e também empregado para se referirem às plantações de milho, feijão, café e arroz.

Diante da realidade de não mais conseguirem se manterem por meio do trabalho na terra, os membros das famílias dos pequenos produtores rurais buscaram na mudança para a cidade uma estratégia de sobrevivência e de melhoria de vida. Dona Maria se mudou por questão de sobrevivência, uma vez que seu pai, por se encontrar doente, não mais conseguia trabalhar para os fazendeiros da região onde moravam. Expulsos da terra, ela mudou-se sozinha para a cidade aos oito anos de idade para trabalhar como empregada doméstica e babá na cidade de Juiz de Fora. Ao contrário de Dona Maria, Dona Carmem buscou na mudança campo/cidade, aos 16 anos, não a sobrevivência em si, mas a possibilidade de mobilidade social e de novas oportunidades de trabalho, pois ao se mudar ocupou-se primeiramente como babá e empregada doméstica na cidade de Viçosa. Dona Inês migrou, aos 22 anos, para acompanhar o marido que tinha se empregado na Universidade. Sua mudança e de sua família foi impulsionada pela perspectiva de melhores condições de vida e, ao se estabelecer em Viçosa, ela logo se ocupou como faxineira e lavadeira.

Nesse contexto, as diferenças entre campo/cidade baseada na dicotomia “tradicional-moderno, incivilizado-civilizado, não-tecnificado-tecnificado”<sup>3</sup> encontrava-se presente no imaginário das mulheres, uma vez que a zona rural onde viveram era desprovida de tecnologias de infraestrutura como a energia elétrica, a rede de esgoto, a água encanada e de equipamentos elétricos como lavadoras de roupa, ferros de passar, geladeira, televisão, etc. Essa falta de infraestrutura doméstica refletia no modo de vida, no modo de fazer o trabalho da casa e também na imagem das mulheres sobre este trabalho e sobre este lugar. As falas abaixo evidenciam um pouco do cotidiano rural vivenciado por essas mulheres na década de 50/60.

(...) Fazia também, limpava horta, o quintal, cozinhando, lavando, passando também, com aqueles ferros de brasa, tinha que queimar a lenha pra tirar aquela brasa, pra colocar dentro daquele ferro pra passar roupa, era muito sacrificoso, **ficava sofrendo**. Mas eu não tinha mãe, minha mãe morreu eu tinha três anos de idade (...). (Dona Maria, 24/07/2014).

Quando eu era criança (...) na roça não existia esse negócio de luz nas casa não, nós clariava com lamparina, lampião, sabe?! Então tinha que colocar o lampião no meio da casa (...) Aqui **nós sofremos demais**, Nosso Deus! Quer dizer os pais da gente sofreram muito mais ainda né!(Dona Carmem, 19/07/2014).

Eu e mãe que eram as responsáveis pelas roupas, eu tinha de 10 a 14 anos, primeiro tinha que tirar o sujo, a água era **difícil demais!** Então mãe falava assim “eu vou esfregar as roupas e você leva elas pra torcer”. Ah chegava lá passava 10 água, passava 20 água, e aquilo a roupa não limpava de jeito nenhum, meu Deus do Céu! Quando a roupa ia pro varal ela tava até clara de

---

<sup>3</sup> Barletto (2006, p. 19).

tanto passar água naquilo, e punha água quente também, punha no fogão de lenha, passava água quente naquelas roupas pra limpar. Nós pra lavar roupa andava uma distância daqui lá na CEMIG (aproximadamente dois quilômetros), pra lá. Para lavar roupa juntava aquele troço de roupa, ia, pra lavar a roupa na mina, nós lavava roupa na mina, e aquelas roupas que trabalhava lá na roça eu vou falar com cê viu, não tinha escova. Sabe como que a gente esfregava a roupa? Com sabuco de milho, debulhava o milho e passava o sabuco naquela roupa, limpava ficava clarinha a roupa (...) (Dona Carmem, 19/07/14).

O trabalho da casa era tudo corrido né. Era mais no final de semana que dava uma geral, deixava o serviço da casa pra lá e ia pra roça. (...) A vida **na roça é bem difícil**, porque se quiser ter as coisas tem que trabalhar, porque se não trabalhar não tem né. Eu trabalhava mais na roça (...) Nas horas vagas cuidava da casa, fazia almoço era cedo, o almoço já ficava pronto, na hora do almoço era só esquentar. Chegava em casa não tinha água, água nossa era uma mina que descia encanada, bomba não tinha nada não, caia lá no terreiro, ai já enchia as vazias pra pôr dentro de casa. (Dona Inês, 22/07/2014).

Ao se remeterem à época que viveram no campo, essas mulheres sempre se referiram a vida difícil e ao sofrimento diante de suas condições sociais e das dificuldades vivenciadas cotidianamente devido a falta de tecnologias domésticas e de infraestrutura. Sendo a atividade de trabalho tanto da “roça” quanto da casa associado a esse sentimento. Nas condições em que eram realizadas as atividades domésticas, esse trabalho se constituía em uma tarefa “sacrificante” e de “difícil realização” para as mulheres. A falta de água encanada era o principal “dificultador” para realização das atividades, cabendo às mulheres e às meninas a responsabilidade de buscar nas fontes a água utilizada tanto para o trabalho da casa quanto para o consumo dos membros da família.

Percebeu-se que para a realização das atividades domésticas, diante da ausência de tecnologias, essas mulheres, ainda meninas, desenvolviam seus “modos de fazer” próprios, de forma que adaptavam a tarefa à realidade de maneira mais eficiente possível. Por exemplo, elas colocavam a roupa em água fervente para remover a sujidade ou as esfregavam utilizando o sabuco do milho no lugar de escova, pois esta não existia. Além disso, era por meio da realização dessas atividades que as meninas e as mulheres demonstravam suas competências “de mulher”. Isso se deve, porque segundo Kominsky e Santana (2006), esse trabalho enquanto “obrigação feminina”, ao ser realizado pelas meninas está associado à imagem de “boa filha” e aos futuros papéis sociais de “boa esposa” e de “dona de casa dedicada”.

A falta de energia elétrica e de água encanada também organizava a realização do trabalho doméstico e as práticas sociais relacionadas a esse trabalho. O exemplo disso tinha-se as atividades domésticas que eram divididas entre as mulheres da família para que fossem realizadas rapidamente e ainda sob a luz do dia. Com a ausência da água

encanada, era comum as mulheres e as meninas de outras famílias se reunirem para buscar baldes de água na mina ou no ribeirão mais próximo ou ainda para lavarem as roupas da família, atividades tais que eram realizadas em grupo e constituía em momentos de socialização. Assim, o trabalho doméstico na “roça” assumia o caráter de um trabalho coletivo feminino que ultrapassava os limites da casa, sendo por vezes, realizado no seu exterior.

Envolvia ainda um grande número de atividades que iam além do limpar a casa, lavar e passar as roupas e cozinhar. Era preciso também fazer o sabão que era utilizado na lavagem das roupas e dos utensílios, confeccionar o vestuário da casa e dos membros da família, bem como preparar todos os alimentos que seriam consumidos.

Nossa, na roça o trabalho é demais, tem um café pra torrar, socar o café no pilão, até o arroz, lá em casa não levava arroz pra limpar não, **socava, socava** no pilão um tanto que dava pra semana, no pilão e soprando, catando feijão pra semana, Nossa Senhora! Era serviço demais! (Dona Inês, 22/07/2014).

Esse relato evidencia a sobrecarga do trabalho doméstico, mas também o saber-prático desenvolvido pelas mulheres na sua realização. Elas tinham que conhecer todo o processo de preparação dos alimentos desde a sua “saída da roça” até o seu preparo realizado no fogão à lenha.

A limpeza da casa também envolvia determinadas técnicas como, por exemplo, passar barro branco nas paredes e no chão da casa, ou ainda, o estrume de boi.

Antigamente não tinha negócio de piso passava no chão era barro, ou bosta de boi, passava no chão, passava aquilo ali, não fedia. Trazia ela crua do curral, trazia punha numa vazia com água e misturava com um pau, misturava lá com a água e vinha com a vassoura, a vassoura era feita com alecrim (...) Ai cê misturava e vinha passando ela no chão, mas aquilo ficava bonito uma quantidade, ficava bonito demais!(Dona Carmem, 19/07/2014).

Na casa tinha que passar, lá era barro, não tinha piso não, passava barro assim. Eu falo com minhas meninas que quando eu vim pra cidade, minha casa lá na roça, fazia até dó de pisar, do jeito que eu passava barro no fogão eu já passava na casa toda assim, o barro era branco, as pessoas chegava lá, minha filha, as parede tudo branca e o chão branco, eu passava barro branco. O barro pegava no brejo, do jeito que eu passa na parede, passa no fogão, ficava clarinho, branquinho! Fazia até dó de pisar. (Dona Inês, 22/07/14).

A limpeza da casa estava relacionada diretamente à beleza do ambiente, o que refletia na admiração dos outros para com o seu trabalho e o reconhecimento da sua dedicação às atividades domésticas e aos membros da família. Além disso, as técnicas envolvidas na sua realização evidenciaram as peculiaridades do meio rural, uma maneira de ser e de fazer dos sujeitos no qual cada mulher desenvolvia o seu jeito

próprio de fazer o trabalho doméstico. Segundo Giard (2006), cada mulher cria para si mesma um estilo próprio, imprime um toque especial no que faz, acentua determinado elemento de uma prática, aplica-se outro, inventa uma maneira pessoal. Assim, ao se apropriar do “saber-fazer” comum, cada “fada do lar” desenvolve um modo próprio de fazer intervir (GIARD, 2006, p.218).

Entretanto, esse “saber-fazer” relacionado ao trabalho doméstico da “roça” era percebido pelas mulheres como um trabalho árduo, desgastante e sacrificante devido ao número de horas dedicado, ao esforço físico que era empregado na sua realização e à falta de água encanada e de energia elétrica. Por meio dessas percepções sobre o trabalho da casa, essas mulheres percebiam também o espaço rural como um lugar de sofrimento menos desenvolvido e pobre, ao passo que, a cidade era imaginada como um lugar desenvolvido, fonte de oportunidades e de riqueza, uma vez que a cidade se encontrava em processo de desenvolvimento com a implantação de tecnologias de infraestrutura e de eletrodomésticos. Assim, o campo era percebido como um “lugar atrasado” e a cidade “um lugar desenvolvido”.

Ao migrarem para Viçosa, em meados da década de 70, especificamente para o bairro Santo Antônio, estas mulheres se depararam com uma realidade diversa da qual imaginavam, pois tiveram que morar em um bairro periférico até então desprovido de infraestrutura urbana. A iluminação era feita por luz de querosene ou por motores que geravam energia elétrica e a água era obtida a partir de cisternas. Essa realidade muito se assemelhava ao espaço e ao modo de vida rural com os quais elas já estavam acostumadas (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011), como evidenciam os relatos de Dona Carmem e de Dona Maria que se mudaram para o bairro em 1972, aproximadamente.

(...) mas a água era tirada assim, na cisterna, não tinha bomba, não tinha nada não, (...) pra pegar água tinha uma manivela a gente tocava assim, ali que pegava a água. Aqui não tinha asfalto, não tinha lotação, tinha nada não! (Dona Carmem, 19/07/2014).

Não tinha água de rua no nosso bairro (...) Ai ela enxia o tambor de água pra mim, até que a gente furou um poço, uma cisterna e botou aquela bomba que batia e enxia a caixa, mas tinha que tirar tudo no muque (risos). (Dona Maria, 24/07/2014).

Nas décadas seguintes, com a ocupação acelerada, o bairro, gradativamente, foi adquirindo contornos característicos da cidade com água encanada, rede de esgoto, calçamento das ruas, coleta de lixo, transporte públicos e rede de comércio. Ao mesmo tempo, a sua população foi se adaptando ao “novo” modo de vida urbano (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011).

Assim, após as mulheres terem acesso a uma infraestrutura básica e a eletrodomésticos, o trabalho doméstico passou a ser realizado dentro das casas e de forma solitária. Tais tecnologias facilitaram a realização desse trabalho, pois reduziram o esforço físico empregado na sua realização. Entretanto, não eliminaram o trabalho doméstico feminino, pelo contrário, permitiram que as mulheres realizassem um maior número de atividades simultaneamente, além de terem liberado mais tempo para que elas se dedicassem ao trabalho fora de casa, bem como apontou Silva (1998). Segundo esta autora, as tecnologias domésticas, além de terem propiciado o aumento do número de trabalho realizado pelas mulheres, também determinam estereótipos de gênero na divisão do trabalho doméstico e reforçam os papéis sociais das mulheres na esfera doméstica.

Dessa forma, na cidade, esse trabalho continuou sendo uma “obrigação” da mulher associado aos papéis sociais femininos. Essa conservação dos papéis sociais, mesmo após a mudança de uma condição social para outra, ou seja, de mulheres meeiras para mulheres urbanas assalariadas ocorreu porque, segundo Reis (2012) estes papéis encontram-se engendrados pelas relações sociais e estão inseridos em uma rede de significados que fazem parte de uma ideologia dominante que visa conservar uma divisão sexual do trabalho, cabendo a mulher a função de mantenedora do lar e do bem estar dos membros da família. Essa ideologia é difundida pelas principais instituições sociais: Família e Religião e estas, por sua vez, organizam a vida emocional de seus membros por meio de uma visão de mundo, de códigos de conduta e de valores que são constantemente assumidos pelos sujeitos e reproduzidos cotidianamente (REIS, 2012).

Apesar de ainda constituir uma obrigação feminina, o trabalho da casa tornou-se para as mulheres uma atividade menos sacrificante, menos dolorosa e menos desgastante na cidade.

(...) hoje eu não trabalho muito não, hoje eu não trabalho muito que nem eu trabalhei na roça não, trabalho não! Na cidade tem muita facilidade, tem uma roupa, tem um tanquinho, tem máquina, eu sigo o jeito da roça, aqui em casa tem máquina, nem instalei a máquina aqui em baixo não, instalei no cômodo que a minha filha dorme lá em cima. (...) Eu acho que na cidade tá **bem melhor** que na roça, na roça trabalhava demais mesmo, socava café, socava arroz (Dona Inês, 22/07/14).

Pra lavar roupa tinha que andar uma distância, tinha que juntar um “trouxão” de roupa para lavar a roupa na mina, e as roupas que trabalhava na roça eram muito difíceis de lavar, porque eram muito sujas e não existia escova de esfregar roupa, nós tinha que usar sabuco de milho, e limpava e as roupas ficavam limpinhas. Hoje tem a máquina que pode deixar batendo e sair. As coisas melhoraram demais, Nossa Senhora! (...) (Dona Carmem, 19/07/14)

A gente lá na roça, a gente não tem muito capricho com a gente não, as coisas é mais difícil de arrumar, o serviço não deixa a gente ter tempo pra resolver nada, e a gente vem cá pra cidade tudo tem pronto, na roça cê tem que cortar

vassoura e ir no mato, pegar verdura cê tem que ir no mato. E aqui cê trabalha e ganha seu dinheiro, cê já compra tudo prontinho, num precisa de você tá fazendo ou pegando alguma coisa pro cê fazer, cê já tem que compra tudo pronto, na cidade tem isso ai né. (Dona Carmem, 16/09/2014).

As mulheres veem a cidade como um “lugar de facilidades”, porque é onde “você compra tudo prontinho”, onde se “trabalha menos”, ao passo que a “roça” é um “lugar de dificuldades”, de sofrimento, pois se “trabalha demais” e onde o “trabalho é muito difícil”. Percebeu-se que para elas campo/cidade encontram-se ainda dicotomizados, porque elas vivenciaram os espaços de formas diferentes e baseadas na tradicional oposição e de fato a realidade vivenciada por elas era essa.

Para Lefebvre (1991) apud Azevedo (2012), essa dicotomia ocorre porque campo e rural são simbolicamente identificados pelos sujeitos como um lugar de privação, fome, proibição. Por contradição, o urbano e a cidade são identificados como emancipação, libertação, abundância. Ainda segundo Leite (1998), essa concepção sobre os lugares também está relacionada a uma dimensão histórica que, por sua vez, diz respeito às práticas cotidianas, ou seja, às concepções que surgem a partir do plano do vivido. Assim, ao se pensar sobre essas percepções de lugar é preciso também se pensar nas histórias particulares dessas mulheres que foram construídas em função dos contextos históricos, sociais, culturais e econômicos em que campo e cidade realmente se encontravam em oposição.

Se em 1960, o meio rural era percebido pelas mulheres como atrasado e desprovido de tecnologias domésticas, atualmente, ele assume uma nova conformação, como contou Dona Carmem.

Na roça, hoje, até que tem um fogão à gás, mas quando eu morei na roça não tinha um fogão à gás, não tinha um tanquinho pra bater roupa né, (...) lá roça não tinha fogão de gás, hoje, o pessoal tudo já tem, quando eu vou lá ver eles, em casa de roça, tudo tem fogão de gás, hoje, tem banheiro, tem geladeira, tem tudo! (Dona Inês, 27/08/14).

Enquanto visitas, estas mulheres, hoje, percebem as mudanças estruturais ocorridas no campo que, nos últimos anos, começou a ter acesso também às tecnologias, o que contribuiu para atenuar as diferenças entre eles. Isso, devido, segundo Lefebvre (1991) apud Azevedo (2012) à emergência da “Sociedade Urbana” em que o tecido urbano não constitui apenas uma materialidade, uma forma, mas também é um modo de vida que não se restringe aos “muros” das cidades, ele penetra também no campo, modificando a antiga vida camponesa, por meio de “sistemas de objetos e sistemas de valores” (LEFEBVRE, 1991, p. 19 apud AZEVEDO, 2012, p.16). Os objetos compreendem “a água, a eletricidade, o gás, o carro, a televisão, utensílios de plástico, mobiliário moderno,

serviços”; e os valores consistem os “lazer urbanos (danças, canções), os costumes, as rápidas adoções das modas urbanas” (AZEVEDO, 2012, p. 16).

Na cidade, o modo de vida urbano modificou e/ou adaptou o modo de fazer o trabalho doméstico, porque agora elas têm água encanada, rede de esgoto e energia elétrica. Em contrapartida, nos cotidianos familiares verificou-se que mesmo diante do modo de vida urbano e das tecnologias domésticas desejadas, elas continuaram criando seus modos de fazer próprios e, muitas vezes, preservando alguns dos modos de como faziam o trabalho doméstico na época que residiam na “roça”.

Eu continuo fazendo sabão caseiro, eu coloco ele dentro de uma meia e ponho pra bater na máquina junto com as calças jeans, cê precisa ver como elas sai clarinha. (Dona Carmem, 19/07/2014).

Eu sigo o jeito da roça, aqui em casa tem máquina, nem instalei a máquina aqui embaixo não, instalei no cômodo que a minha filha dorme lá em cima (...) instalei a máquina lá, quando tem cobertor é que eu levo pra bater lá, mas o resto das roupas eu lavo aqui no tanque, na mão. Minha filha fala: “e mãe a senhora da seguindo o tempo da roça ainda”. Mas eu gosto de lavar, gosto de esfregar com a escova. Na roça não tinha nem escova parece, esfregava na mão mesmo, assim oh, (fez os gestos com a mão de como esfregava a roupa), tinha aquele negócio de ficar quarando roupa né, no quarador, pra quarar a roupa. (Dona Inês, 22/07/2014).

Apesar de ter acesso às tecnologias domésticas, Dona Inês ainda continua lavando as roupas à mão uma vez que ela preserva o seu saber doméstico aprendido na roça e por meio dele tem poder e importância dentro da família. Ao se utilizar exclusivamente das tecnologias, ela acredita que a sua função enquanto dona de casa será “substituída/diminuída” por uma máquina.

Dessa forma, fica evidente as permanências e as mudanças com relação ao modo de fazer o trabalho doméstico, bem como evidenciam um modo de vida rural, ainda presente no meio urbano. Além de continuarem a fazer seu próprio sabão em barra e da lavagem das roupas feita à mão sobre o tanque, também observou-se o preparo de comidas características da “roça” como o quiabo com angu na casa de Dona Carmem; a presença do pequeno altar de santos e o presépio na copa da casa de Dona Maria e o fogão à lenha na “cozinha dos fundos” na casa de Dona Inês; ou ainda, ao adentrar as suas casas presenciaram-se as fotos de família e as imagens de santos nas paredes da sala e da copa; os forros de crochê sobre o mobiliário; a presença do filtro de barro na “cozinha de dentro”; e no quintal encontrar a pequena horta com algumas verduras e ervas para fazer chás, bem como os cachorros fazendo a proteção dos fundos da casa; e até mesmo uma criação de patos e galinhas, como foi encontrado na residência de Dona Inês.

Assim, no cotidiano dessas mulheres existem elementos que estão carregados de significados trazidos da “roça” e que fazem parte das suas relações com o tempo e com o lugar (LUDWIG, 2006). Desse modo, o lugar, no caso a “roça” é revivido cotidianamente a partir das relações das mulheres com os elementos “trazidos de lá” e com os seus saberes domésticos, sendo estes saberes impregnados de valores que não apenas estabelecem princípios e técnicas do trabalho, mas que estão também na base de uma cultura camponesa (LUDWIG, 2006).

Observou-se que o rural está na cidade da mesma forma que o urbano está no campo. Sendo assim, as manifestações rurais não deixaram de existir devido ao processo de modernização e ambos convivendo no mesmo lugar e nas práticas sociais dos mesmos sujeitos (BIAZZO, 2008).

Foi possível perceber contraposições nos discursos com relação ao trabalho doméstico e, por consequência, sobre os espaços. Quando residiam na “roça” esse trabalho era percebido como sacrificante e árduo devido à falta de tecnologias, sendo o campo, conseqüentemente, percebido como um lugar atrasado e não tecnificado. Ao chegarem à cidade e após terem acesso às tecnologias, o trabalho da casa tornou-se para elas menos penoso e a cidade era percebida como um “lugar de facilidades”, um lugar desenvolvido.

Entretanto, atualmente, com a chegada das tecnologias e dos eletrodomésticos no campo, as diferenças nos modos de fazer o trabalho doméstico foram minimizadas, pois as diferenças existentes entre os espaços se atenuaram, uma vez que, ambos, agora, possuem as mesmas tecnologias.

Percebeu-se, assim, que as atividades domésticas têm variado histórica, geográfica e socialmente ao longo das histórias de vida dessas mulheres, mas permanece constante nas suas vidas. Mesmo com a mudança sócio espacial, o trabalho doméstico continuou como uma “obrigação” exclusivamente feminina associado aos seus papéis de mãe, esposa e dona de casa.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se que a mudança do campo para a cidade promoveu alterações nas maneiras de fazer o trabalho doméstico, estando, portanto, fortemente relacionadas ao tempo e ao espaço vivido. Para as mulheres, nas décadas de 50 e 60, período que residiram no meio rural, o trabalho da casa era um trabalho árduo e sacrificante devido à ausência de tecnologias que auxiliassem na sua realização. Por consequência, também percebiam a “roça” como um lugar atrasado, não tecnificado e inferior com relação à cidade que, por sua vez, era vislumbrada como desenvolvida, tecnificada e superior.

Ao se mudarem para a cidade e terem acesso às tecnologias de infraestrutura e aos eletrodomésticos, o trabalho doméstico passou a ser, para elas, uma atividade menos sacrificante e desgastante, uma vez que tais tecnologias possibilitaram a redução do esforço físico gasto na sua realização. Como consequência, as mulheres passaram a reforçar a imagem de que a cidade era um “lugar de facilidades” e o campo um “lugar de sofrimento”.

Deste modo, a tradicional dicotomia entre os espaços campo/cidade encontrava-se presente no imaginário dessas mulheres, uma vez que o processo de modernização do campo que ocorreu em todo o Brasil durante as referidas décadas aconteceu de forma excludente e tardia na zona rural da microrregião de Viçosa.

Entretanto, atualmente, com a inserção gradativa de tecnologias domésticas de infraestrutura e de eletrodomésticos no meio rural, as diferenças entre os espaços foram atenuadas, bem como suas tradicionais oposições. Assim, o urbano e o rural enquanto modos de vida e de práticas sociais foram além das “fronteiras” da cidade e do campo, pois o urbano encontra-se no campo e o rural na cidade, como foi possível observar no cotidiano dessas mulheres que ainda preservam determinados modos de fazer o trabalho doméstico característico do meio rural.

Também conclui-se que a mudança sócio espacial campo/cidade modificou o modo de fazer o trabalho doméstico, mas não o entendimento delas mesmas de que esse trabalho é uma atribuição feminina, relacionado aos papéis sociais de “boa esposa”, “mãe cuidadora” e “dona de casa caprichosa”. Assim, ao lado das mudanças também encontrou-se as permanências, sendo estas conservadas cotidianamente por meio de uma ideologia dominante sobre o lugar social da mulher dentro de casa e responsável pelo trabalho doméstico.

## **8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, L. M. C. O rural e o urbano na teoria de Henri Lefebvre. In: **XIII Jornada do Trabalho**. Presidente Prudente, SP, 09-12 de out. de 2012, p. 1-21. Disponível em: < <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/09.pdf> > Acesso em: 10 de nov. 2014.

BARLETTO, M. **Uma experiência de curso de formação de pedagogas – diálogos entre diferentes trajetórias**. 2006. 275f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

BIAZZO, P.P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, São Paulo, 2008, p. 132-150. Disponível em: < [http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo\\_p\\_p.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf) > Acesso em: 10 de nov. 2014.

- BIFANO, A. C. S., et al. **Maneiras de Ser e Fazer: Valorização dos saberes e sabores em Viçosa – MG.** Projeto de Pesquisa em andamento. DED, UFV. 2010.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas.** 1994.
- BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v.23, n.2, jul/dez. 2006, p.331-353.
- CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. Identidade feminina - Um conceito complexo. **Paidéia**, v.14, n. 28, 2004 p. 211 -220.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos.** Disponível em: < [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/.../vol15\\_n2\\_1998\\_4artigo\\_45\\_65.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/.../vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf)> . Acesso em: nov. 2010.
- COSTA, R. P. de A., J. D. G. HOLERBACH, e A. C. S. BIFANO. **Bairro Santo Antônio: relatos e história de um Cantinho de Viçosa.** Viçosa-MG, 2011.
- ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FAORO, R. **Os donos do poder 2: formação do patronato político brasileiro.** 6. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.
- GIARD, L. Artes de nutrir. In: CERTEAU M.; GIARD, L. (Orgs), **A invenção do Cotidiano 2.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- KOSMINSKY, E. V; SANTANA, J. N. Crianças e jovens e o trabalho doméstico: a construção social do feminino. **Sociedade e cultura**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p. 227-236.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. In: **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v.1, 1998. Disponível em: < [http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1998/vol21\\_09\\_20.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf) > Acesso em: 20 de nov. 2013.
- LELIS, J. L. **Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG.** 214f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.
- LUDWIG, M. P. Da paisagem ao lugar: memória e identidade de um espaço ameaçado por um projeto de barragem. **Oikos: Revis. Bras. de Economia Doméstica.** v. 17, n.3, 2006, p.251-271.
- MORAIS, J. S.; BIFANO, A. C. S. Conselhos municipais e participação da sociedade civil: um estudo de caso em dois Conselhos Gestores de Viçosa, MG. In: BIFANO, A. C. S.; TEIXEIRA, T. S. (orgs.) **Políticas Públicas e sua efetivação local.** Viçosa, MG: UNIEDHS, 2014, p. 13-48.

NUNES, C. C; PINTO, V. P. **Campo, Cidade, Urbano, Rural: Categorias e Representações**, s.d, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Carla%20Cristiane%20Nunes.pdf>> Acesso em: 10 de nov. 2014.

PAIS, J. M. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W (Org) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, M. A **urbanização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SILVA, E. B. Tecnologia e vida doméstica nos lares. **Cadernos pagu** (10), 1998, p. 21-52.

SILVA, E. B. Teorias sobre trabalho e tecnologias domésticas. Implicações para o Brasil. **Instituto de Geociência**, v. 19, 1997.

SOBARZO, O. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

## 5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Diante do fato de Viçosa ter vivenciado uma rápida e intensa migração, nos anos 60/70 em decorrência da facilidade de se conseguir emprego na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), um grande número de mulheres saiu do campo em busca de uma nova perspectiva de vida na cidade. Entretanto, se depararam com uma realidade diversa da qual imaginavam, pois continuaram empregando-se em postos de trabalho de menor prestígio social e relegadas ao trabalho doméstico de suas residências. Assim, em face dessa condição social da mulher e do trabalho doméstico, esta pesquisa teve como objetivo estudar o processo de construção das identidades das mulheres migrantes, bem como a existência de relação entre a representação sobre o que é ser “mulher” e a relação destas com o trabalho doméstico.

Este estudo foi realizado com três mulheres migrantes residentes no bairro Santo Antônio e participantes de um projeto de pesquisa e de extensão desenvolvido no referido bairro. Essas mulheres pertencem a um universo específico e residem em um bairro periférico com suas especificidades. Desse modo, essa pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, não sendo possível a generalização dos seus resultados. Dessa forma, refaz-se o processo de conhecimento na medida em que, por meio do estudo particular, buscou-se a compreensão de um processo maior, o que significa estabelecer uma ligação necessária entre os processos gerais e os particulares.

A fundamentação metodológica deste estudo se apresentou como uma possibilidade de captar as percepções dos próprios sujeitos em seu universo cotidiano dentro de uma realidade específica. Para tanto, buscou-se empregar diferentes técnicas para a construção dos dados como a utilização da história de vida, das entrevistas abertas e das observações diretas. Por meio destas, foi possível conhecer as histórias, os cotidianos familiares, o processo de construção da identidade dessas mulheres migrantes e suas representações sobre si e o lugar social do trabalho doméstico, bem como suas percepções sobre esse trabalho a partir da mudança sócio espacial e de uma condição social para outra, da condição de meeiras para de assalariadas urbanas.

Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês são de origem de famílias meeiras, pobres, numerosas, negras e sem escolaridade. Elas constituem um grupo específico e, historicamente, fazem parte de um grupo maior de pessoas que tiveram e ainda têm na sociedade menor acesso às oportunidades. Dessa forma, a migração campo/cidade para elas ocorreu devido a uma condição de exclusão social e de dificuldades financeiras nas quais se encontravam. Todas buscaram na mudança para a cidade a oportunidade de

sobreviver, de se empregar de forma remunerada e de ter melhores condições de vida, o que aponta para a desistência delas em continuarem na condição social de moradoras e de trabalhadoras rurais para se tornarem moradoras e trabalhadoras urbanas.

No meio rural, as mulheres, ainda crianças, vivenciaram as dificuldades inerentes da pobreza e do contexto social e econômico que assolavam os pequenos produtores rurais da microrregião de Viçosa. A mão de obra dos membros da família era o principal aporte para a realização do trabalho produtivo nas plantações e para o trabalho da casa, cabendo à mulher e às meninas uma dupla jornada de trabalho. Ao migrarem para a cidade, ainda jovens, elas logo se ocuparam no emprego doméstico ou em postos de trabalho relacionados a ele, e mais uma vez se viram relegadas a uma dupla jornada de trabalho: ao emprego doméstico realizado nas “casas dos outros” e ao trabalho doméstico realizado gratuitamente em suas residências. Assim, tanto na “roça” quanto na cidade, as mulheres tiveram participação direta no trabalho dito produtivo e importante função econômica para a sobrevivência da família, fato este que desmistifica a fragilidade e a submissão feminina.

Contudo, o trabalho feminino remunerado é entendido pelas próprias mulheres, pela família e pelo grupo social como secundário, como uma “ajuda” ao marido-provedor, mesmo quando este não conseguem manter sozinho o sustento da família, porque a mulher já tem definido socialmente os seus papéis de mãe, esposa e dona de casa, responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos. Há então uma idealização das funções dos homens e das mulheres, fato que contribui para o mito da “mulher submissa e restrita ao lar” e para a invisibilidade do seu trabalho. Entretanto, as mulheres deste estudo quebraram esse paradigma a partir do momento que elas transitam, ou transitaram, do espaço doméstico para o extra doméstico contribuindo com a sua força de trabalho para o provimento de família.

Em ambos os espaços, porém, buscou-se manter a interdependência e a complementariedade de uma divisão social e sexual do trabalho em que o trabalho doméstico constitui uma exclusividade da mulher. Constatou-se que as práticas e os discursos referentes a esse trabalho encontram-se relacionados aos papéis sociais, ideologicamente definidos, configurando-se em uma imagem naturalizada, idealizada e reproduzida socialmente às novas gerações de mulheres. A execução das atividades da casa, portanto, encontra-se intimamente associado à construção social do “ser mulher”, pois constitui-se em um elemento socializador e educador para as meninas.

Por meio, da realização do trabalho doméstico no cotidiano familiar, essas mulheres construíram redes de poder dos quais elas se apropriam do “jeitinho” feminino

para burlar o poder masculino dentro do âmbito doméstico, fazendo com que tudo ocorra de acordo com as vontades femininas. Elas teceram uma rede de poder que não as abnegam a uma condição de inferioridade ou de submissão, pelo contrário, as colocam em uma posição superior na “hierarquias de poder” dentro da família.

Apesar de não se mostrarem frágeis e submissas, percebeu-se que a construção das identidades dessas mulheres migrantes está fortemente associada à pertença ao grupo familiar e ao grupo da igreja católica. Família e religião constituem as duas principais instituições sociais, por meio das quais as ideologias são difundidas e reproduzidas. Assim, essas instituições se inter-relacionam e se articulam entre si com o objetivo de regular a produção e a reprodução de normas, valores e os comportamentos socialmente legitimados, cabendo à família e à religião colocar em prática as ideologias referentes aos papéis sociais femininos de esposa, mãe e dona de casa. Assim, esse dois grupos/instituições sociais ao nível da função, do conservador, do reprodutivo buscam um atravessamento de relações, a fim de preservar uma identidade social feminina.

Dessa forma, a identidade feminina é posta e repostada, o que contribui para o fetichismo da personagem e da identidade-mito, ou seja, as mulheres não conseguiram se libertar das imposições da ordem sistêmica, não conseguiram superar as ideologias baseadas no patriarcado e no capitalismo, o que acarreta em uma aparente não metamorfose da identidade.

Assim, percebeu-se que as identidades dessas mulheres são constituídas por mudanças e por permanências, uma vez que as mudanças encontram-se no nível da identidade pessoal e as permanências no nível da identidade social de gênero, pois reproduzem de forma idealizada o “ser mulher”. Cabe à elas próprias se identificarem como mulheres por serem esposas, mães, avós, donas de casa, cuidadoras, religiosas e trabalhadoras remuneradas.

As percepções dessas mulheres sobre o trabalho doméstico estão fortemente relacionadas ao tempo e ao espaço vivido. Quando moravam na roça, esse trabalho era percebido como sacrificante e árduo devido à falta de tecnologias domésticas, como consequência o campo era percebido como um lugar de atraso e não tecnificado. Após a mudança para a cidade, o trabalho doméstico tornou-se menos sacrificante e o da cidade percebida como um local desenvolvido, tecnificado e um “lugar de facilidades”. Atualmente, campo e cidade atenuaram suas diferenças, ao passo que o rural e o urbano enquanto modos de vida continuam se diferenciando e avançando os espaços delimitados. Fato este, que ainda é observado no bairro Santo Antônio onde os habitantes de origem rural ainda conservam no espaço urbano determinadas formas de

ser e de fazer trazidos da roça. Desse modo, rural e urbano como modos de vida e de práticas sociais vão além das fronteiras imaginárias do campo e da cidade. Além disso, constatou-se que os tempos e os espaços que alteraram o “saber-fazer” feminino não foram capazes de liberá-las de seus “trabalhos de mulher”, bem como não alteraram a percepção dessas mulheres sobre esse trabalho enquanto obrigação feminina.

Portanto, a mudança sócio espacial não foi capaz de romper a relação que elas construíram ao longo das suas vidas com esse trabalho e com o cuidado com os membros da família. Para elas “ser mulher”, ainda hoje, representa ser “boa esposa”, “mãe/avó cuidadora”, “cuidadora”, “dona de casa” e também “trabalhadora remunerada”. Assim, compreende-se a identidade feminina como uma multiplicidade dinâmica de papéis sociais que possibilitam a construção da mulher ao longo do tempo.

Se antes acreditava-se que a identidade das mulheres migrantes e a relação destas com o trabalho doméstico seria marcada por transformações causadas principalmente pela mudança sócio espacial e pela condição social, após a concretização desse estudo percebeu-se que a identidade feminina está fortemente associada ao trabalho doméstico e sendo constituída por uma tensão dialética entre a permanência e a mudança. O processo migratório campo/cidade propiciou o surgimento de outras identidades que se interagem mutuamente formando uma totalidade.

Dessa forma, estudos como esse, que priorizam o sujeito inserido em um contexto específico, permitem conhecer realidades que, embora semelhantes, também são múltiplas, em que as pessoas não representam números estatísticos, mas sim sujeitos que possuem histórias individuais, que vivenciaram contextos temporais e espaciais diversos, que possuem aspirações e necessidades específicas e que não podem ser ignorados nas pesquisas sociais.

Por fim, acreditando que este tema de estudo não se esgota aqui, alguns pontos para análises futuras podem ser explorados como: realizar uma análise intergeracional de mulheres migrantes com o intuito de comparar as motivações das mulheres de 60 anos, 40 anos e de 20 anos a fim de identificar mudanças e permanências intergeracionais e buscar conhecer além da visão feminina a percepção masculina dos maridos sobre o trabalho doméstico, tanto no passado quanto nos dias atuais.